Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sábado á segunda-feira, 26, 27 e 28 de setembro de 2026

"LEILÃO EXTRAJUDICIAL"

UILIAN APARECIDO DA SILVA, Leiloeiro Oficial, Registrado na JUCESP sob n° 958, com escritório à Rua Serra de Botucatu, 1195 – 5º andar - Cj 58 - Tatuapé, São Paulo/SP, Telefone (11) 2741-9515, e-mail – contato@leiloesgold.com.br, leva a conhecimento dos interessados, que realizará a PÚBLICO PREGÃO, pela rede mundial da internet, com término do **1º (primeiro) leilão designado para o dia 02/11/2026 às 14:00h**, restando o resultado negativo quanto ao praceamento do bem, fica designado o **2º (segundo) leilão com término previsto para o dia 17/11/2026 às 14:00h**, a alienação do(s) imóvel(eis) consolidado(s) na posse de propriedade de **MARIA LÚCIA GRINBERG**, inscrita no CPF/MF sob o nº 411.167.396-15, com endereço à Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 1001, Apto. 22-A, Tamboré, Santana de Parnaíba/SP, que é parte integrante do EDITAL, na forma da lei 13.303, de 30.06.2016, Decreto 21.981 de 19.10.1932, decreto 22.427 de 01.02.1933, bem como pelas normas do edital e seus anexos. O inteiro teor do edital, e seus anexos estão disponíveis no portal www.leiloesgold.com.br. Informações pelo telefone (11) 2741-9515.

4TEK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ nº 26.263.810/0001-24 - NIRE nº 35270725732

Alteração Contratual de Transformação de Sociedade Empresária Ltda. para S.A. de Capital Fechado

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a Sociedade Empresária Limitada, abaixo qualificada e, para os atos subsequentes, os cessionários, subscritores e acionistas adiante qualificados: **4TEK Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, CNPJ nº 26.263.810/0001-24, registrada perante a JUCESP NIRE nº 35270725732, com sede na Rua Bacaetava, 191, conj.1.807, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04705-010, cidade de SP - Capital, SP, representada por seu único sócio, o Sr. **Alexandre Cunha Malheiros**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Porto Alegre, RS, nascido em 02/04/79, RG nº 1070536824 SJSII/RS, CPF nº 899.400.830-68, residente e domiciliado no Estado de SP, Município de SP, Rua Barão do Triunfo, 277, Bairro Brooklin Paulista, CEP 04602-000, resolve celebrar o presente instrumento de transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima de Capital Fechado, com cessão onerosa de direitos às ações resultantes da transformação, ingresso de acionistas, aumento do capital social e eleição da Diretoria, mediante as cláusulas e condições seguintes: **I. Do Desenquadramento de Porte:** A Sociedade Empresária delibera pelo desenquadramento da condição de Empresa de Pequeno Porte - EPP, em razão da transformação em sociedade anônima, passando o registro empresarial à condição de DEMAIS. **II. Da Alteração do Objeto:** A Sociedade delibera alterar o objeto, que passará a ser: participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades no Brasil ou no exterior; gestão e administração da propriedade imobiliária; incorporação de empreendimentos imobiliários; compra e venda de imóveis próprios; e aluguel de imóveis próprios. **III. Da Alteração do Nome Empresarial e da Transformação em Sociedade Anônima:** A Sociedade delibera alterar o nome empresarial, que deixa de ser **4TEK Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e passa a adotar a denominação **4TEK Empreendimentos Imobiliários S.A.;** ato contínuo, a Sociedade delibera transformar seu registro de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima de Capital Fechado, passando a Companhia a ser regida pela Lei 6.404/76, por este instrumento, pelo Estatuto Social e pelas demais disposições legais aplicáveis, sem dissolução, liquidação ou solução de continuidade. A transformação produzirá efeitos a partir do arquivamento deste instrumento. O capital da Sociedade Empresária, no valor de R$ 1.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente no país, é convertido no capital social inicial da Companhia, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem emissão de certificados, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. A transformação preserva a continuidade do registro empresarial, permanecendo inalterados o CNPJ, os bens, direitos, obrigações, contratos, responsabilidades, livros, registros contábeis e demais relações jurídicas, que passam a ser regidos pelo tipo societário resultante. **IV. Da Cessão Onerosa dos Direitos às Ações Resultantes da Transformação, do Ingresso dos Subscritores:** Como operação simultânea, integrante e indissociável da transformação, sob condição suspensiva do arquivamento deste instrumento, **Alexandre Cunha Malheiros** cede e transfere, de forma onerosa, a totalidade das 1.000 ações ordinárias nominativas resultantes da conversão do capital inicial, as quais serão, com a eficácia do registro, diretamente atribuídas aos cessionários e subscritores abaixo: **a) Teleios Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, CNPJ nº 67.684.930/0001-82, registrada perante a JUCESP NIRE nº 35250366940, com sede no Estado de SP, Município de SP, Rua Bacaetava, 191, Conj. 1.807, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04705-010, neste ato representada por seu sócio administrador **Alexandre Cunha Malheiros** , já qualificado, 500 ações ordinárias nominativas, pelo preço certo e ajustado de R$ 500,00, pago neste ato pela cessionária ao cedente, que dá plena, geral e irrevogável quitação; e **b) Marcelo Ramos Fernandes**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 09/05/71, RG nº 19.709.821-6 SSP/SP, CPF nº 147.273.258-88, residente e domiciliado no Estado de SP, Município de SP, Rua das Flechas, 501, Apto 202, Bairro Jardim Prudência, CEP 04364-030, 500 ações ordinárias nominativas, pelo preço certo e ajustado de R$ 500,00, pago neste ato pelo cessionário ao cedente, que dá plena, geral e irrevogável quitação. Os cessionários aceitam expressamente a cessão e o ingresso na Companhia na qualidade de subscritores e acionistas. Consumada a transformação, **Teleios Participações Ltda** e **Marcelo Ramos Fernandes** passam a únicos acionistas. Os subscritores declaram conhecer e aprovar integralmente este instrumento, o Estatuto Social, os direitos e obrigações deles decorrentes e a situação patrimonial da sociedade empresária transformada. **V. Do Aumento do Capital Social e da Nova Distribuição Acionária:** Uma vez totalmente realizado o capital social inicial de R$ 1.000,00, os acionistas deliberam, de comum acordo, pelo aumento do capital social da Companhia, que passa de R$ 1.000,00 para R$ 5.000.000,00, mediante a criação e emissão de 4.999.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem emissão de certificados, com valor nominal e preço de emissão de R$ 1,00 cada uma. O aumento de capital, no montante de R$ 4.999.000,00, é integralmente subscrito neste ato, cabendo a **Teleios Participações Ltda.** 2.499.500 novas ações ordinárias e a **Marcelo Ramos Fernandes** 2.499.500 novas ações ordinárias, conforme o Boletim de Subscrição constante do Anexo I. O saldo de R$ 2.499.500,00 devido por cada acionista será integralizado em moeda corrente no país no prazo máximo de 3 anos, equivalente a 36 meses, contado da data do arquivamento deste instrumento, em uma ou mais parcelas, mediante chamadas da Diretoria e sempre na proporção das respectivas subscrições. Em virtude do aumento de capital e da subscrição ora formalizada, o capital social da Companhia passa a ser de R$ 5.000.000,00, totalmente subscrito e dividido em 5.000.000 de ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, das quais R$ 1.000,00 se encontram totalmente integralizados em moeda corrente no país e R$ 4.999.000,00 permanecem a integralizar, distribuídas da seguinte forma: **Acionista / Ações Ordinárias / Valor Subscrito / Capital Integralizado / Capital a Integralizar / %:** Teleios Participações Ltda. / 2.500.000 / R$ 2.500.000,00 / R$ 500,00 / R$ 2.499.500,00 / 50,00%; Marcelo Ramos Fernandes / 2.500.000 / R$ 2.500.000,00 / R$ 500,00 / R$ 2.499.500,00 / 50,00%; **Total / 5.000.000 / R$ 5.000.000,00 / R$ 1.000,00 / R$ 4.999.000,00 / 100,00%. VI. Da Eleição da Diretoria:** Em continuidade, os acionistas elegem, para mandato unificado de 03 anos, com início em 11/08/2026 e término em 10/08/2029, permitida a reeleição e condicionada a eficácia da investidura ao arquivamento deste instrumento, os seguintes membros da Diretoria da Companhia: a) Diretor-Presidente: **Alexandre Cunha Malheiros**, já qualificado neste instrumento. b) Diretor Vice-Presidente: **Marcelo Ramos Fernandes**, já qualificado neste instrumento. Os acionistas deliberam que os Diretores ora eleitos exercerão seus respectivos cargos sem remuneração até ulterior deliberação da Assembleia Geral, nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76. Os Diretores aceitam expressamente os cargos e serão investidos mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse constantes do Anexo II. **VII. Da Aprovação do Estatuto Social:** Os acionistas aprovam, sem ressalvas, o Estatuto Social da Companhia, constante do Anexo III, o qual passa a reger integralmente a sociedade transformada e substitui, para todos os fins, o registro de sociedade empresária anteriormente vigente. **VIII. Das Publicações, Livros e Providências Registrais:** Ficam os administradores autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação e ao arquivamento da presente transformação, bem como a providenciar a abertura e a escrituração dos livros societários obrigatórios da Companhia. Os administradores providenciarão, no prazo de 30 dias subsequentes ao arquivamento, a publicação dos atos constitutivos e a posterior apresentação do respectivo comprovante para arquivamento, na forma da legislação aplicável. As demais publicações obrigatórias da Companhia serão realizadas segundo o regime legal vigente, admitida a forma eletrônica enquanto preenchidos os requisitos aplicáveis às companhias fechadas. **IX. Da Ratificação:** Permanecem válidas as declarações e disposições da Sociedade Empresária até o momento de eficácia da transformação, ressalvadas as matérias expressamente alteradas neste instrumento. Após o arquivamento, prevalecerão exclusivamente este instrumento e o Estatuto Social da **4TEK Empreendimentos Imobiliários S.A.** E, por estarem de acordo, a sociedade empresária transformada e cedente, os cessionários, subscritores, acionistas e diretores assinam o presente instrumento, para que produza seus efeitos legais. São Paulo/SP, 11/08/2026. **Acionistas: Teleios Participações Ltda.** - Representada por **Alexandre Cunha Malheiros. Marcelo Ramos Fernandes**. **Acionista Cedente: Alexandre Cunha Malheiros. Diretores: Alexandre Cunha Malheiros -** Diretor-Presidente; **Marcelo Ramos Fernandes -** Diretor Vice-Presidente. **Advogado: Helder Alexandre Leandro de Lira -** OAB/SP 327.984. **JUCESP** - 349.026/26-9, **NIRE** 35300703308 em 14/09/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A **4TEK Empreendimentos Imobiliários S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, regida por este Estatuto Social, pela Lei 6.404/76, e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede no Estado de SP, Município de SP, Rua Bacaetava, 191, conj. 1.807, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04705-010, podendo abrir, manter e extinguir filiais, escritórios, agências, representações ou quaisquer dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria ou da Assembleia Geral, conforme a natureza do ato. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades no Brasil ou no exterior; a gestão e administração da propriedade imobiliária; a incorporação de empreendimentos imobiliários; a compra e venda de imóveis próprios; e o aluguel de imóveis próprios. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R$ 5.000.000,00, dividido em 5.000.000 de ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **§1º.** Do capital social subscrito, o montante de R$ 1.000,00 encontra-se totalmente integralizado em moeda corrente no país. **§2º.** O saldo remanescente do capital social subscrito, no valor de R$ 4.999.000,00, será integralizado pelos acionistas em moeda corrente no país, na proporção de suas subscrições, no prazo máximo de 3 anos, equivalente a 36 meses, contado da data do arquivamento do ato constitutivo, em uma ou mais parcelas, mediante chamadas da Diretoria. **§3º.** Cada ação ordinária nominativa confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **§4º.** As ações da Companhia são indivisíveis em relação à mesma e a responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. **Artigo 6º.** As ações serão nominativas e não serão representadas por certificados, salvo deliberação da Assembleia Geral em sentido diverso, sendo sua propriedade comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Artigo 7º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que reconhecerá apenas 1 proprietário para cada ação. **Artigo 8º.** A transferência de ações será realizada mediante termo lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas, observada a legislação aplicável e eventual direito de preferência ou acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **§ Único.** Salvo deliberação diversa dos acionistas ou disposição em acordo de acionistas arquivado na sede social, a transferência de ações a terceiros dependerá de prévia oferta aos demais acionistas, em igualdade de condições, pelo prazo de 30 dias contados do recebimento de comunicação escrita contendo preço, forma de pagamento e demais condições da transferência pretendida. **Capítulo III - Da Assembleia Geral - Artigo 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, observadas as formalidades legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 10º.** A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei 6.404/76, ficando dispensadas as formalidades de convocação quando comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Artigo 11º.** A Assembleia Geral será instalada e deliberará de acordo com os quóruns previstos na Lei das S.A. e neste Estatuto Social. **Artigo 12º.** A Assembleia Geral poderá ser realizada de forma presencial, semipresencial ou digital, desde que observadas as regras legais e regulamentares aplicáveis e assegurada a participação, manifestação e votação dos acionistas. **Artigo 13º.** Compete privativamente à Assembleia Geral, além das matérias previstas em lei: reformar o Estatuto Social; eleger e destituir os membros da Diretoria; tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; deliberar sobre transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e liquidação; e deliberar sobre qualquer matéria relevante aos interesses da Companhia. **Capítulo IV - Da Administração e da Diretoria - Artigo 14º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 02 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 anos, permitida a reeleição, sendo 1 Diretor-Presidente e 1 Diretor Vice-Presidente. **Artigo 15º.** Os Diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados em livro próprio ou documento equivalente mantido na sede da Companhia, devendo declarar, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração. **Artigo 16º.** Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à administração da Companhia, representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer terceiros, órgãos públicos, instituições financeiras, cartórios, juntas comerciais, autarquias, entidades privadas e demais repartições, bem como cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 17º.** A administração da Companhia e sua representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, serão exercidas por qualquer dos Diretores, isoladamente, para a prática de atos que não envolvam conteúdo econômico determinado e para a celebração de atos, contratos, negócios, operações ou assunção de obrigações cujo valor total seja igual ou inferior a R$ 50.000,00, sempre no interesse social. **§1º.** Os atos, contratos, negócios, operações ou obrigações cujo valor total seja superior a R$ 50.000,00 somente poderão ser praticados ou assumidos mediante a atuação e a assinatura conjunta dos 02 Diretores. **§2º.** Para fins de aplicação do limite previsto neste artigo, será considerado o valor econômico total da operação, inclusive quando o pagamento ou o cumprimento da obrigação ocorrer de forma parcelada, continuada, sucessiva ou por meio de instrumentos vinculados, ficando vedado o fracionamento de atos ou operações com a finalidade de afastar a exigência de atuação conjunta dos Diretores. **§3º.** É vedado aos administradores utilizar a denominação social em negócios estranhos ao objeto social ou assumir obrigações em favor de terceiros sem autorização societária competente. **Artigo 18º.** Compete especialmente ao Diretor-Presidente coordenar a administração geral da Companhia, representar institucionalmente a Companhia, supervisionar as operações sociais e exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. **Artigo 19º.** Compete especialmente ao Diretor Vice-Presidente auxiliar o Diretor-Presidente, substituí-lo em suas ausências, impedimentos ou vacância, e exercer as atribuições administrativas, financeiras, operacionais e societárias que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral ou pela Diretoria. **Artigo 20º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, suas atribuições poderão ser exercidas pelo outro Diretor, de forma interina, até o retorno do substituído. **Artigo 21º.** Em caso de vacância definitiva de qualquer cargo da Diretoria, o Diretor remanescente assumirá interinamente as atribuições do cargo vago e convocará Assembleia Geral no prazo de até 30 dias para eleição do substituto, que completará o mandato remanescente. Em caso de vacância total da Diretoria, o acionista com maior número de ações praticará os atos urgentes de administração e convocará imediatamente a Assembleia Geral para eleição dos novos Diretores, na forma da lei. **Artigo 22º.** A remuneração dos administradores, se houver, será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individualizado, observadas as disposições legais aplicáveis. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 23º.** A Companhia terá Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que somente será instalado mediante solicitação de acionistas, na forma da Lei das S.A. **Artigo 24º.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observados os requisitos, impedimentos, atribuições e remuneração previstos na Lei das S.A. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Lucros e Dividendos - Artigo 25º.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável. **Artigo 26º.** Do lucro líquido do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, se aplicáveis, e as participações estatutárias ou legais, quando houver. **Artigo 27º.** Do lucro líquido ajustado na forma da Lei das S.A., será destinado aos acionistas, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, salvo deliberação legalmente admissível em sentido diverso, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 28º.** Após as deduções legais e estatutárias, o saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado à formação de reservas, retenção de lucros, distribuição de dividendos adicionais ou outras finalidades admitidas em lei. **Artigo 29º.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou especiais, em periodicidade inferior ao exercício social, e declarar dividendos intermediários ou intercalares, inclusive à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros, observados os limites e procedimentos legais. Os dividendos intermediários ou intercalares poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício. **Capítulo VII - Das Publicações, Livros e Registros Societários - Artigo 30º.** A Companhia manterá os livros societários obrigatórios, em meio físico ou digital, conforme admitido pela legislação aplicável, incluindo, quando exigíveis, o Livro de Registro de Ações Nominativas, Livro de Transferência de Ações Nominativas, Livro de Atas das Assembleias Gerais, Livro de Presença dos Acionistas, Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e demais livros legalmente obrigatórios. **Artigo 31º.** As publicações ordenadas pela Lei 6.404/76, e pela legislação aplicável serão realizadas na forma legal vigente. Enquanto preenchidos os requisitos aplicáveis às companhias fechadas, a Companhia poderá realizar as publicações obrigatórias por meio eletrônico no sistema legalmente designado. **§ Único**. Caso a Companhia deixe de preencher os requisitos legais para a publicação eletrônica simplificada, deverá observar integralmente o regime ordinário de publicações aplicável às sociedades por ações. **Capítulo VIII - Da Transformação, Dissolução e Liquidação - Artigo 32º.** A Companhia poderá transformar-se em outro tipo societário, sem dissolução ou liquidação, mediante deliberação da Assembleia Geral e observados os quóruns, direitos de retirada e demais requisitos previstos na legislação aplicável. **Artigo 33º.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis. **Artigo 34º.** Em caso de liquidação, a Assembleia Geral elegerá o liquidante, fixará sua remuneração e definirá a forma de liquidação, podendo instalar o Conselho Fiscal para funcionar durante o período de liquidação, nos termos da lei. **Capítulo IX - Do Foro e das Disposições Gerais - Artigo 35º.** Fica eleito o foro da Comarca de SP, Estado de SP, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Estatuto Social, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ressalvadas as competências legais inderrogáveis. **Artigo 36º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados pela Lei das S.A. e demais normas legais aplicáveis.

LINHA 4 PROPRIEDADES E TELECOM S.A.

(em constituição)

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 1º de setembro de 2026. À **LINHA 4 PROPRIEDADES E TELECOM S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8501, Andar 5 Sala 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **IGOR DE CASTRO CAMILLO**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11.625.227-1/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.464.367-05, com endereço profissional na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Bairro Vila Sônia, São Paulo/Sp/SP, CEP 05522-000, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro suplente do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Escritura Pública de Constituição realizada em 10/08/2026 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **IGOR DE CASTRO CAMILLO** - Ciente em: 01/09/2026; **LINHA 4 PROPRIEDADES E TELECOM S.A.** André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 351.590/26-2 em 21.09.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

LINHA 4 PUBLICIDADE METROVIÁRIA S.A.

(em constituição)

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 1º de setembro de 2026. À **LINHA 4 PUBLICIDADE METROVIÁRIA S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8501, Andar 5 Sala 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **IGOR DE CASTRO CAMILLO**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11.625.227-1/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.464.367-05, com endereço profissional na Rua Heitor dos Prazeres, 320, Andar 5 Sala 4, Bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP 05522-000, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro suplente do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Escritura Pública de Constituição realizada em 10/08/2026 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **IGOR DE CASTRO CAMILLO** - Ciente em: 1/09/2026; **LINHA 4 PUBLICIDADE METROVIÁRIA S.A.** André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 352.752/26-9 em 22.09.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35 - NIRE Nº. 35300514611 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 17 de agosto de 2026, às 10h30, na sede social da Companhia, localizada na Estrada de Itapecerica, 4157, bairro Capão Redondo, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração de aditivo de contrato com terceiro. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** a lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** a celebração, pela Companhia, do 2º Aditivo ao Contrato nº 4600088904 firmado com a CAF Brasil Indústria e Comércio S.A., para a inclusão de novo CNPJ da empresa CAF - 02.430.238/0006-97 - no referido contrato, responsável pelo fornecimento de serviços de engenharia e manutenção integral dos trens, tudo conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 17 de agosto de 2026. **Assinaturas**: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.**, por André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes; e **(2) RUASINVEST S.A.**, por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz e Por Paulo José Dinis Ruas. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 351.220/26-4 em 22.09.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 3530038771-6

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 15 de Junho de 2026

1. Data, Horário e Local: No dia 15 (quinze) do mês de junho de 2026, às 10h00, na sede social da Engineering do Brasil S.A., localizada na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020, cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** dispensadas as formalidades de convocação previstas no artigo 21, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, pessoalmente, ou, conforme o caso, por procurador devidamente constituído, conforme procurações arquivadas na sede da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Michele Allamprese; Secretária: Joyce Santos de Aguilar. **4. Ordem do Dia: (i)** Consignação da renúncia do Sr. Luigi Bianchini Neto ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro; **(ii)** Eleição do Sr. Abner Roque Cagni como substituto; e **(iii)** Apreciação, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, da participação, da Companhia, na licitação, promovida por empresa do segmento de Óleo e Gás, para a contratação de Serviços de liderança técnica e processos para desenvolvimento das atividades e soluções de governança de dados, engenharia de dados e análise de dados e arquitetura da tecnologia da informação ("Licitação"). **5. Deliberações:** Colocadas em discussão as matérias objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, **(i)** Consignaram a renúncia do Sr. Luigi Bianchini Neto, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 9.103.675 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 006.646.568-03, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, para o qual havia sido eleito na Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 30 de abril de 2026 e registrada perante a JUCESP sob o nº 216.449/26-1, em sessão de 18 de maio de 2026, conforme carta de renúncia entregue à Companhia em 15 de junho de 2026; **(ii)** Elegeram, para preenchimento do cargo vago decorrente da renúncia ora consignada, como substituto do Sr. Luigi Bianchini Neto, o Sr. **Abner Roque Cagni**, brasileiro, vivendo em união estável, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 46327000 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 380.383.418-05, residente e domiciliado na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Vitória Régia, nº 1410 ap. 122, CEP 09080-320, o qual toma posse, nesta data, no cargo de **Diretor Administrativo e Financeiro** da Companhia, mediante a assinatura do respectivo termo de posse (Anexo I à presente Ata), para cumprir o prazo remanescente do mandato anual da Diretoria em curso, nos termos do Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia. O Diretor ora eleito declara, sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes que o impeçam de exercer o cargo para o qual foi eleito, nem impedido por lei especial ou condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação; e **(iii)** Aprovaram, nos termos dos Artigos 19 e 32 do seu Estatuto Social, a participação, pela Companhia, da Licitação, disposto que os documentos e informações relativos à Licitação foram analisados e aprovados previamente pelos setores internos e competentes da Companhia, como o departamento jurídico, o departamento fiscal e a Diretoria, e, em seguida, submetidos à apreciação dos membros do Conselho de Administração, cujas cópias serão arquivadas na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata, ficando, desde já, a Diretoria autorizada, observada a forma de representação disposta no Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários, incluindo, mas não se limitando à elaboração, obtenção e submissão de documentos, bem como a celebração de contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive a assinatura do contrato com a responsável pelo certame, caso a Companhia venha a ser declarada vencedora da Licitação, desde que observadas as disposições do Edital e documentos correlatos, as práticas comerciais usuais da Companhia, bem como seus normativos internos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio da Companhia. Mesa: Michele Allamprese - Presidente; Joyce Santos de Aguilar - Secretária. Conselheiros: Michele Allamprese, p.p. Luigi Bianchini Neto; Leonardo Vasconcellos Terribili; Flavio Porta Miche Hirschfeld. JUCESP 297.574/26-7 em 22/7/26. Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/09/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sábado á segunda-feira, 26, 27 e 28 de setembro de 2026

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 35300387716

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Julho de 2026

1. Data, Horário e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026, às 13h00, na sede social da Engineering do Brasil S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas detentores do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas na lista de presenças anexa a este instrumento como Anexo I. **3. Mesa:** Presidente: Filippo Di Cesare; Secretária: Joyce Santos de Aguilar. **4. Ordem do Dia:** **(i)** Aprovação da lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.; **(ii)** Deliberação sobre a transferência do endereço da filial da Companhia localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0004-00, com a consequente alteração do Artigo 2º, Parágrafo 1º, item [ii], do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Alteração da redação do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** Alteração da redação dos Artigos 21 e 26 do Estatuto Social da Companhia; **(v)** Alteração da redação do Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia; **(vi)** Alteração da redação do Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia; e **(vii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Colocadas em discussão as matérias objeto da ordem do dia, os acionistas, de forma unânime: **(i)** Aprovaram a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.; e **(ii)** aprovaram a transferência do endereço da filial da Companhia localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0004-00 para o seguinte endereço: **Rua da Assembleia, nº 100, sala 1901, Centro, CEP 20011-000, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro**. Em razão da deliberação ora aprovada, fica consignado que a Companhia deixará de exercer as atividades da referida filial no endereço situado na Avenida Rio Branco, nº 277, sala 807, Centro, CEP 20040-904, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e passará a exercer as atividades da mesma filial no novo endereço. Em decorrência da deliberação acima, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 2º, Parágrafo 1º, item [ii], do Estatuto Social da Companhia, de forma que o Artigo 2º passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 2º** - A sociedade tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020, que é seu foro. **Parágrafo 1º:** A sociedade tem filiais localizadas nos seguintes endereços: **[i]** estado de Minas Gerais, cidade de Belo Horizonte, na Avenida Álvares Cabral, nº 1345, 5º andar, bairro Lourdes, CEP 30170-004, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0003-29; **[ii]** estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, sala 1901, Centro, CEP 20011-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0004-00; **[iii]** estado do Espírito Santo, cidade de Vitória, na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 59, salas 701 e 702, Centro, CEP 29010-250, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0006-71; e **[iv]** estado do Pará, cidade de Parauapebas, na Avenida Castelo Branco, nº 74, quadra 120, lote 062, sala A, CEP 68515-000, Bairro Rio Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0008-33. **Parágrafo 2º -** Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior." **(iii)** Aprovaram a alteração da redação do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, a fim de prever expressamente regra específica aplicável à participação da Companhia em licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da Companhia, bem como à submissão de propostas, lances, ofertas ou documentos equivalentes e à celebração dos respectivos contratos decorrentes, estabelecendo que tais matérias observarão alçada específica de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), a qual prevalecerá, nessa matéria, sobre a regra geral de aprovação prévia para a prática de atos, assinatura de contratos ou assunção de obrigações com valor individual superior a R$ 20.000.000,00. Nesse sentido, a redação de referida cláusula passa a ser a seguinte: **Artigo 19 -** Compete ao Conselho de Administração: **[i]** fixar a orientação geral dos negócios da companhia; **[ii]** eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições; **[iii]** fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **[iv]** convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente; **[v]** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; **[vi]** autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, salvo quando se tratar de matéria de competência exclusiva da Assembleia Geral, nos termos do artigo 13; **[vii]** escolher e destituir os auditores independentes; **[viii]** aprovar o orçamento anual da companhia; **[ix]** aprovar as políticas globais da companhia, incluindo, mas não se limitando às políticas de compliance, políticas de privacidade e proteção de dados, programas de integridade, políticas de ESG, políticas de remuneração, entre outras porventura necessárias ou desejadas pela companhia; **[x]** eleger e destituir os membros do Comitê de Ética da companhia; **[xi]** a aprovação de investimentos de valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **[xii]** a aprovação de aquisição, permuta, e venda de bens imóveis, bem como sobre a realização de contratos relativos a bens imóveis; **[xiii]** a aprovação de concessão de garantias hipotecárias ou fidejussórias, excluídas aquelas prestadas em garantia de contratos de venda, de fornecimento, ou de licitação de obras ou serviços; **[xiv]** a aprovação de aquisição, pela companhia, de quotas ou ações de outras sociedades, bem como de cessão ou sujeição a quaisquer ônus em relação às ações ou quotas de titularidade da companhia; **[xv]** a aprovação de aquisição, cessão, concessão, venda, aluguel usufruto ou qualquer tipo de oneração dos bens que compõem o estabelecimento da companhia; **[xvi]** a deliberação sobre operações extraordinárias (cessão de estabelecimento, transformação, fusão, cisão, liquidação, abertura de capital em bolsa e todas as outras operações sobre o capital social) de controladas diretas, bem como a estipulação de seus estatutos e acordos de sócios/acionistas; **[xvii]** a aprovação, prévia, para a prática de atos, ou assinatura de contratos, **com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**; **[xviii]** a aprovação, prévia, de operações financeiras ativas e/ou passivas **com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**; **[xix]** a aprovação prévia da participação da Companhia em licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da Companhia, bem como da submissão de propostas, lances, ofertas ou documentos equivalentes, vinculantes ou não vinculantes, **cujo valor individual seja superior a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)**, ficando desde já entendido que a aprovação concedida pelo Conselho de Administração para a submissão da respectiva proposta compreenderá, salvo deliberação expressa em sentido diverso, a autorização para que a Diretoria pratique todos os atos necessários à participação no respectivo procedimento e, caso a Companhia seja declarada vencedora, celebre o contrato decorrente e seus instrumentos acessórios, desde que observados os termos, condições, premissas econômicas e limites de risco submetidos e aprovados pelo Conselho de Administração; observado, ainda, que a regra prevista neste item constitui regra específica aplicável à participação da Companhia nos referidos procedimentos e prevalecerá, nessa matéria, sobre a regra geral de aprovação prévia para a prática de atos, assinatura de contratos ou assunção de obrigações com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **[xx]** nomear e destituir o Delegado do Controlador de Dados e o DPO da Companhia; **[xxi]** fiscalizar e acompanhar o trabalho do Delegado do Controlador de Dados e do DPO da Companhia; **[xxii]** definir o orçamento anual disponível para o DPO da Companhia desempenhar as atividades compreendidas no Modelo Organizacional de Privacidade aplicável; **[xxiii]** manifestar-se sobre o relatório anual de gestão e desempenho do sistema de controle interno de privacidade da Companhia; e **[xxiv]** autorizar a constituição do Comitê Técnico Local, a pedido do DPO da Companhia, nos termos do Modelo Organizacional de Privacidade aplicável. **(iv)** Aprovaram a alteração das redações dos Artigos 21 e 26 do Estatuto Social da Companhia para prever expressamente a possibilidade de participação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nas reuniões dos seus respectivos órgãos de forma remota, por vídeo conferência. Nesse sentido, as redações de referidas cláusulas passam a ser as seguintes: **Artigo 21 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, por meio de convocação realizada pelo Presidente do Conselho, com 3 (três) dias de antecedência, mediante o envio de e-mails para os endereços eletrônicos dos membros do Conselho de Administração cadastrados junto à companhia para essa finalidade, desde que comprovadas a entrega e a leitura ou por meio de carta registrada, com aviso de recebimento. **Parágrafo 1º -** As formalidades de convocação ficam dispensadas quando o Conselho de Administração se reunir com a presença de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo 2º -** É admitido, em todas as reuniões do Conselho de Administração, que o Conselheiro participe da reunião de forma remota, por vídeo conferência, ou mesmo manifeste seu voto por carta, telegrama, ou e-mail, desde que recebidos na sede social até o momento da reunião. Cumpridas as exigências deste parágrafo 2º, o Conselheiro será considerado presente, inclusive para os fins do presente Artigo. Os documentos que corporificarem os votos ou manifestações do Conselheiro não presente serão arquivados na sede da companhia para todos os fins de direito, bem como transcritos no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º -** Será condição para realização de Reunião do Conselho de Administração subsequente que a Ata da Reunião do Conselho de Administração anterior tenha sido devidamente firmada, de modo que as reuniões precedentes sejam formalizadas. **Parágrafo 4º -** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos conselheiros, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda convocação, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de votos de seus membros e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio, devendo as Atas que necessitam gerar efeitos perante terceiros ser registradas na Junta Comercial competente. **Parágrafo 5º -** Em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração, cabe ao Conselheiro Presidente exarar voto de qualidade. **Artigo 26 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, por meio de convocação realizada por qualquer de seus membros, com 3 (três) dias de antecedência, mediante o envio de e-mail para os endereços eletrônicos de seus membros cadastrados junto à companhia para essa finalidade, desde que comprovadas a entrega e a leitura ou por meio de carta registrada, com aviso de recebimento. **Parágrafo 1º -** As formalidades de convocação ficam dispensadas quando a Diretoria se reunir com a presença de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo 2º -** Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor participe da reunião de forma remota, por vídeo conferência, ou mesmo manifeste seu voto por carta, telegrama, ou e-mail, desde que recebidos na sede social até o momento da reunião. Cumpridas as exigências deste parágrafo 2º, o Diretor será considerado presente, inclusive para os fins do presente Artigo. Os documentos que corporificarem os votos ou manifestações do Diretor não presente serão arquivados na sede da companhia para todos os fins de direito, bem como transcritos no livro de atas das reuniões da Diretoria. **Parágrafo 3º -** Será condição para realização de próxima Reunião da Diretoria que a Ata da Reunião da Diretoria imediatamente anterior tenha sido devidamente firmada, de modo que as reuniões precedentes estejam formalizadas. **Parágrafo 4º -** Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio, devendo as Atas que necessitam gerar efeitos perante terceiros, ser registradas na Junta Comercial competente. **Parágrafo 5º -** Em caso de empate nas deliberações da Diretoria, cabe ao Diretor-Presidente exarar voto de qualidade. **(v)** Aprovaram a alteração da redação do Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, a fim de prever expressamente a obrigação da Diretoria de submeter relatório periódico ao Conselho de Administração a respeito da participação da Companhia em licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes. Nesse sentido, a redação do Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar conforme segue: **Artigo 29 -** Compete à Diretoria: **[i]** elaborar, enviar e apresentar aos membros do Conselho de administração, no âmbito da reunião do Conselho que deliberar sobre o tema, e aos acionistas, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se em operação; **[ii]** elaborar relatório trimestral que deverá ser enviado a todos os acionistas que contenha (a) a descrição das atividades desenvolvidas por cada diretor; (b) o elenco dos contratos celebrados pela companhia no período, com breve indicação dos principais aspectos como partes, valor, objeto e obrigações principais e (c) relatório circunstanciado das contas e dos investimentos financeiros de titularidade da companhia. Tal documento deverá ser assinado pelos Diretores Presidente e Administrativo e Financeiro em exercício, com responsabilidade individual pelo não envio. No caso de falta de assinatura de um desses diretores, o outro diretor deverá enviar os documentos previstos neste item (ii) com indicação do motivo da ausência de assinatura de qualquer dos diretores; **[iii]** elaborar e encaminhar trimestralmente aos membros do Conselho de Administração relatório contendo a descrição das licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes dos quais a Companhia tenha participado no respectivo período, incluindo, no mínimo, a identificação da oportunidade, o objeto, o valor estimado ou contratado, a data de submissão da proposta, o status ou desfecho do procedimento, a indicação de eventual contratação decorrente e, quando aplicável, eventuais informações adicionais consideradas relevantes pela Diretoria; **[iv]** propor aos membros do Conselho de Administração, no âmbito da reunião do Conselho que deliberar sobre o tema, e aos acionistas, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, a destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições legais e as deste Estatuto Social; **[v]** representar a companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 32, infra. **Parágrafo Único -** Os Diretores dividirão entre si as atribuições da Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social. **(vi)** Aprovaram a alteração da redação do Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, a fim de ajustar e consolidar as regras de representação da Companhia, inclusive no que se refere à prática de atos por Diretores, à possibilidade de atuação conjunta de Diretor e procurador devidamente constituído, aos limites aplicáveis à atuação de procuradores e à execução de atos previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, a redação de referida cláusula passa a ser a seguinte: **Artigo 32 -** A companhia considerar-se-á obrigada quando representada: **[i] isoladamente, por qualquer Diretor**, em todos e quaisquer atos de administração ordinária da companhia e disposições necessárias ou convenientes à consecução do objeto social como, por exemplo, mas não se limitando a: a. representação perante qualquer divisão administrativa pública federal, estadual e municipal, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda do Estado e do Município, outras autoridades públicas ou privadas, autarquias, Correios e Telégrafos; b. representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; c. prática de atos, ou assinatura de contratos, **com valor individual igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**; d. realização e o cumprimento de qualquer operação financeira ativa e/ou passiva, **com valor individual igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**; e. representação da companhia em quaisquer licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da Companhia e **cujo valor individual seja igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**, observado o disposto no artigo 19, supra; e f. a execução de quaisquer dos atos que tiverem sido previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, observadas as condições, limites e termos da respectiva deliberação societária; **[ii] conjuntamente, pelos Diretores Presidente e Administrativo e Financeiro, ou por qualquer um deles em conjunto com um procurador devidamente constituído**, observadas as regras e limitações do respectivo instrumento de mandato e do presente Estatuto Social, nos seguintes atos: a. prática de atos, ou assinatura de contratos, **com valores individuais entre R$ 10.000.000,01 (dez milhões de reais e um centavo) e R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive**. Para a prática de atos e/ou assinatura de contratos, com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), será necessária a aprovação prévia do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19, supra, ressalvada a regra específica aplicável aos procedimentos previstos na alínea "c" abaixo; b. realização e o cumprimento de qualquer operação financeira ativa e/ou passiva, **com valores entre R$ 10.000.000,01 (dez milhões de reais e um centavo) e R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive**. Para operações financeiras ativas e/ou passivas que envolvam valores superiores a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), será necessária a aprovação prévia do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19, supra; e c. participação da companhia em licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da Companhia, bem como submissão de propostas, lances, ofertas ou documentos equivalentes, vinculantes ou não vinculantes, e assinatura dos contratos decorrentes e respectivos instrumentos acessórios, **quando o valor individual da oportunidade, proposta ou contrato for superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e igual ou inferior a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)**, observado o disposto no artigo 19, supra; **[iii] por um ou mais procuradores**, agindo isoladamente ou conjuntamente entre si, conforme previsto no respectivo instrumento de mandato, observadas as regras e limitações do instrumento de procuração outorgado e do presente Estatuto Social, **desde que o valor individual do ato, contrato, operação, proposta ou oportunidade não exceda R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)**, ressalvadas a possibilidade de atuação conjunta de um procurador com um Diretor nos termos do item [ii] acima e a execução de atos previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração nos termos da alínea "g" abaixo, nos seguintes atos: a. representação perante quaisquer terceiros, incluindo, mas não se limitando, sociedades, empresas, veículos de investimento, consórcios, joint ventures ou outras entidades nas quais a companhia detenha, direta ou indiretamente, participação societária, ainda que minoritária, no Brasil ou no exterior; b. representação perante qualquer divisão administrativa pública federal, estadual e municipal, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda do Estado e do Município, outras autoridades públicas ou privadas, autarquias, Correios e Telégrafos; c. representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; d. prática de atos, ou assinatura de contratos; e. realização e o cumprimento de qualquer operação financeira ativa e/ou passiva; f. representação da companhia em quaisquer licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da companhia, observadas as regras e limitações do instrumento de mandato e do presente Estatuto Social; e g. a execução de quaisquer dos atos que tiverem sido previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, independentemente do respectivo valor, observadas as condições, limites e termos da respectiva deliberação societária e do instrumento de mandato outorgado. **Parágrafo 1º -** Para a constituição de procuradores, os instrumentos por meio dos quais os poderes serão outorgados deverão ser, necessariamente, assinados pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Administrativo e Financeiro da companhia. **Parágrafo 2º -** Salvo quando para fins judiciais, todos os demais instrumentos de mandato outorgados pela companhia terão sua vigência por prazo determinado. **(vii)** Aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual vigora nos moldes do Anexo II da presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, que lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio da Companhia. Mesa: Filippo Di Cesare - Presidente; Joyce Santos de Aguilar - Secretária. JUCESP 310.300/26-5 em 18/8/26. Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral. **Anexo II - Estatuto Social: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social: Artigo 1º -** A ENGINEERING DO BRASIL S.A. é uma sociedade por ações (companhia) regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Parágrafo Único -** A companhia adotará como nome fantasia 'Engineering'. **Artigo 2º -** A sociedade tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020, que é seu foro. **Parágrafo 1º:** A sociedade tem filiais localizadas nos seguintes endereços: **[i]** estado de Minas Gerais, cidade de Belo Horizonte, na Avenida Álvares Cabral, nº 1345, 5º andar, bairro Lourdes, CEP 30170-004, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0003-29; **[ii]** estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 100, sala 1901, Centro, CEP 20011-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0004-00; **[iii]** estado do Espírito Santo, cidade de Vitória, na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 59, salas 701 e 702, Centro, CEP 29010-250, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0006-71; e **[iv]** estado do Pará, cidade de Parauapebas, na Avenida Castelo Branco, nº 74, quadra 120, lote 062, sala A, CEP 68515-000, Bairro Rio Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0008-33. **Parágrafo 2º -** Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º -** O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A companhia tem por objeto social, como atividades principais, o desenvolvimento, licenciamento e cessão de direito de uso de softwares sob encomenda. **Parágrafo 1º -** De modo secundário, tem por objeto social: **[i]** a prestação, a realização e a comercialização de serviços telemáticos, tecnológicos, informáticos, bem como atividades de integração, atualização, consultoria, pesquisa, instalação, garantia, manutenção, desenvolvimento de programas de software, padrão e personalizados, de tratamento e transmissão de dados, de faturamento e assistência ao cliente, de sistemas de assistência técnica, especialmente, mas não se limitando às áreas de informática e telecomunicações; **[ii]** a comercialização, a importação, a exportação, o desenvolvimento, o fornecimento e a distribuição de produtos de software e hardware, desenvolvidos por terceiros, para o tratamento e a transmissão de dados, voltados à automação de estabelecimentos comerciais, bem como à administração empresarial. A companhia desenvolverá, ainda, as atividades de comercialização relativas à atualização de licenças de uso de software; **[iii]** constituição e/ou administração de centros de análise e elaboração de dados; **[iv]** o desenvolvimento, a aquisição e a pesquisa de patentes, invenções, modelos industriais, marcas, nomes e direitos de autor, bem como a realização de todas as atividades correlatas, conexas e consequentes como, entre outras, concessões e venda de licenças; **[v]** detalhamento de projetos de prestação de serviços de engenharia elétrica eletrônica, inclusive instalação, manutenção, instrumentação e automação industrial; **[vi]** comercialização de acessórios e painéis elétricos; **[vii]** fabricação de equipamentos de informática; **[viii]** aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios e outros; e **[ix]** preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, bem como a realização de serviços combinados de escritório e apoio administrativo. **Parágrafo 2º -** Para alcançar seus objetivos sociais, a companhia poderá: **[i]** realizar todas as operações financeiras, administrativas, imobiliárias e mobiliárias, comerciais e industriais, funcionalmente ligadas à realização do objeto social; e **[ii]** assumir, direta ou indiretamente, participação nos lucros, quotas e participações acionárias em outras sociedades ou empresas de qualquer natureza, constituir ou participar de consórcios com outras sociedades, bem como constituir ou participar de associações temporárias de empresas como mandatária ou mandante. **CAPÍTULO II - Do Capital e das Ações: Artigo 5º -** O capital social é de R$ 51.630.020,00 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta mil, e vinte reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 51.630.020 (cinquenta e uma milhões, seiscentas e trinta mil, e vinte) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º -** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 7º -** A ação é indivisível em relação à companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 8º -** As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Artigo 9º -** Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos. **Artigo 10 -** O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações ou direitos de subscrição a terceiros não acionistas, a qualquer título, total ou parcialmente, deverá notificar todos os demais acionistas da companhia, por escrito, com antecedência, mínima, de 30 (trinta) dias no caso de ações, e, de 15 (quinze) dias, no caso dos direitos de subscrição, para que tais acionistas, em igualdade de condições e na proporção de suas participações societárias, possam exercer o direito de preferência na aquisição das ações ou dos direitos de subscrição. **Parágrafo 1º -** Nos 30 (trinta), ou 15 (quinze) dias, conforme o caso, seguintes ao recebimento da notificação de que trata este artigo, os demais acionistas poderão exercer seu direito de preferência para aquisição das ações ou dos direitos de subscrição ofertados. Se qualquer dos acionistas notificados não exercer o seu direito de preferência, os demais terão o prazo, adicional, de 30 (trinta) dias, no caso das ações remanescentes, e de 10 (dez) dias, no caso dos direitos de subscrição, para adquiri-los, conforme o caso e de forma proporcional. **Parágrafo 2º -** Decorrido o prazo adicional a que se refere o parágrafo 1º, supra, sem que os acionistas exerçam o seu direito de preferência e desde que aprovado o ingresso do novo acionista, nos termos do artigo 13, [vi] abaixo, a cessão das ações ou dos direitos de subscrição, conforme o caso, poderá ser implementada junto ao ofertante, nos 90 (noventa) dias subsequentes, observadas as mesmas condições da oferta; decorrido esse prazo sem que se efetive a cessão, se o acionista notificante desejar alienar suas ações ou os direitos de subscrição, deverá renovar o procedimento estabelecido neste artigo. **Parágrafo 3º -** Não se aplica o disposto neste artigo às conferências de ações para integralização do capital social de outras sociedades, desde que o controle de tais sociedades seja detido pelo mesmo acionista que procedeu à conferência. **Parágrafo 4º -** Nenhum acionista poderá dar em garantia as próprias ações sem a autorização, prévia e por escrito, de acionistas representando, ao menos, 75% do capital social com direito a voto. **Parágrafo 5º -** O direito de preferência previsto neste artigo deverá ser averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da companhia. **Parágrafo 6º -** Equipara-se à alienação de ações e/ou direitos de ações e/ou direitos de subscrição, para os fins da preferência estabelecida nesta cláusula, a alienação indireta, a permuta de ações, a venda da nua propriedade das ações, bem como os direitos inerentes ao usufruto. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais: Artigo 11 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em até 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações no que concerne às respectivas convocações. **Artigo 12 -** A Assembleia Geral será instalada, observadas as disposições legais aplicáveis, e presidida pelo Diretor-Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pelos acionistas titulares de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Ao Presidente da Assembleia caberá a designação do Secretário. **Artigo 13 -** Compete privativamente à Assembleia Geral, sem prejuízo de outras matérias previstas em lei: **[i]** eleger e destituir os conselheiros da companhia; **[ii]** deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; **[iii]** fixar e aprovar alterações da política de qualidade da atividade empresarial, bem como dos padrões de excelência do quadro funcional; **[iv]** aprovar a expansão das atividades da companhia em mercados externos; **[v]** deliberar por qualquer alteração do Estatuto Social da companhia; **[vi]** aprovar o ingresso de novo acionista, qualquer que seja a natureza do ato que o determina; e **[vii]** aprovar o balanço patrimonial e a destinação do resultado do exercício social. **Parágrafo Único -** Por deliberação de acionistas representando 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias, a companhia poderá aplicar lucros ou reservas no resgate ou na amortização de ações, determinando as condições e o modo de se proceder à operação. **Artigo 14 -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, serão tomadas por maioria do capital social. **Parágrafo Único -** Em caso de empate nas deliberações da Assembleia Geral, a deliberação deverá ser levada à arbitragem, conforme o disposto no Capítulo VIII. **Capítulo IV - Da Administração da Companhia: Artigo 15 -** A companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme disposto neste estatuto, respeitadas as disposições legais. **Do Conselho de Administração: Artigo 16 -** O Conselho de Administração da companhia será composto por, no máximo, 7 (sete) membros, sendo 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral. **Artigo 17 -** Os membros do Conselho de Administração serão empossados mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do órgão e permanecerão em função até a posse de seus substitutos ou sucessores. **Artigo 18 -** O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. **Artigo 19 -** Compete ao Conselho de Administração: **[i]** fixar a orientação geral dos negócios da companhia; **[ii]** eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições; **[iii]** fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **[iv]** convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente; **[v]** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; **[vi]** autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, salvo quando se tratar de matéria de competência exclusiva da Assembleia Geral, nos termos do artigo 13; **[vii]** escolher e destituir os auditores independentes; **[viii]** aprovar o orçamento anual da companhia; **[ix]** aprovar as políticas globais da companhia, incluindo, mas não se limitando às políticas de compliance, políticas de privacidade e proteção de dados, programas de integridade, políticas de ESG, políticas de remuneração, entre outras porventura necessárias ou desejadas pela companhia; **[x]** eleger e destituir os membros do Comitê de Ética da companhia; **[xi]** a aprovação de investimentos de valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **[xii]** a aprovação de aquisição, permuta, e venda de bens imóveis, bem como sobre a realização de contratos relativos a bens imóveis; **[xiii]** a aprovação de concessão de garantias hipotecárias ou fidejussórias, excluídas aquelas prestadas em garantia de contratos de venda, de fornecimento, ou de licitação de obras ou serviços; **[xiv]** a aprovação de aquisição, pela companhia, de quotas ou ações de outras sociedades, bem como de cessão ou sujeição a quaisquer ônus em relação às ações ou quotas de titularidade da companhia; **[xv]** a aprovação de aquisição, cessão, concessão, venda, aluguel usufruto ou qualquer tipo de oneração dos bens que compõem o estabelecimento da companhia; **[xvi]** a deliberação sobre operações extraordinárias (cessão de estabelecimento, transformação, fusão, cisão, liquidação, abertura de capital em bolsa e todas as outras operações sobre o capital social) de controladas diretas, bem como a estipulação de seus estatutos e acordos de sócios/acionistas; **[xvii]** a aprovação, prévia, para a prática de atos, ou assinatura de contratos, com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **[xviii]** a aprovação, prévia, de operações financeiras ativas e/ou passivas com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **[xix]** a aprovação prévia da participação da companhia em licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da companhia, bem como da submissão de propostas, lances, ofertas ou documentos equivalentes, vinculantes ou não vinculantes, cujo valor individual seja superior a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ficando desde já entendido que a aprovação concedida pelo Conselho de Administração para a submissão da respectiva proposta compreenderá, salvo deliberação expressa em sentido diverso, a autorização para que a Diretoria pratique todos os atos necessários à participação no respectivo procedimento e, caso a companhia seja declarada vencedora, celebre o contrato decorrente e seus instrumentos acessórios, desde que observados os termos, condições, premissas econômicas e limites de risco submetidos e aprovados pelo Conselho de Administração; observado, ainda, que a regra prevista neste item constitui regra específica aplicável à participação da companhia nos referidos procedimentos e prevalecerá, nessa matéria, sobre a regra geral de aprovação prévia para a prática de atos, assinatura de contratos ou assunção de obrigações com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **[xx]** nomear e destituir o Delegado do Controlador de Dados e o DPO da companhia; **[xxi]** fiscalizar e acompanhar o trabalho do Delegado do Controlador de Dados e do DPO da companhia; **[xxii]** definir o orçamento anual disponível para o DPO da companhia desempenhar as atividades compreendidas no Modelo Organizacional de Privacidade aplicável; **[xxiii]** manifestar-se sobre o relatório anual de gestão e desempenho do sistema de controle interno de privacidade da companhia; e **[xxiv]** autorizar a constituição do Comitê Técnico Local, a pedido do DPO da companhia, nos termos do Modelo Organizacional de Privacidade aplicável. **Artigo 20 -** A substituição dos membros do Conselho de Administração será feita da seguinte forma: a. em suas ausências ou impedimentos temporários, o membro do Conselho de Administração poderá nomear procurador para o substituir nas reuniões, cabendo ao procurador o exercício pleno do direito de voto de seu representado, conforme indicações e instruções específicas do mandante; ou b. no caso de haver mais de 4 (quatro) vagas não preenchidas no Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada pelos Conselheiros remanescentes para eleição de substituto para os cargos de Conselheiro que se encontram vagos, de forma a, ao menos, garantir o número mínimo de membros necessários para o seu funcionamento nos termos da legislação aplicável. **Artigo 21 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, por meio de convocação realizada pelo Presidente do Conselho, com 3 (três) dias de antecedência, mediante o envio de e-mails para os endereços eletrônicos dos membros do Conselho de Administração cadastrados junto à companhia para essa finalidade, desde que comprovadas a entrega e a leitura ou por meio de carta registrada, com aviso de recebimento. **Parágrafo 1º -** As formalidades de convocação ficam dispensadas quando o Conselho de Administração se reunir com a presença de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo 2º -** É admitido, em todas as reuniões do Conselho de Administração, que o Conselheiro participe da reunião de forma remota, por vídeo conferência, ou mesmo manifeste seu voto por carta, telegrama, ou e-mail, desde que recebidos na sede social até o momento da reunião. Cumpridas as exigências deste parágrafo 2º, o Conselheiro será considerado presente, inclusive para os fins do presente Artigo. Os documentos que corporificarem os votos ou manifestações do Conselheiro não presente serão arquivados na sede da companhia para todos os fins de direito, bem como transcritos no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º -** Será condição para realização de Reunião do Conselho de Administração subsequente que a Ata da Reunião do Conselho de Administração anterior tenha sido devidamente firmada, de modo que as reuniões precedentes sejam formalizadas. **Parágrafo 4º -** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos conselheiros, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda convocação, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de votos de seus membros e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio, devendo as Atas que necessitam gerar efeitos perante terceiros ser registradas na Junta Comercial competente. **Parágrafo 5º -** Em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração, cabe ao Conselheiro Presidente exarar voto de qualidade. **Da Diretoria: Artigo 22 -** A companhia terá uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor Administrativo e Financeiro. **Artigo 23 -** O prazo de mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º -** Qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do último exercício social de suas gestões. **Parágrafo 2º -** Mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores, de forma a evitar problemas na representação da companhia. **Artigo 24 -** A investidura no cargo de diretor far-se-á por termo de posse lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 25 -** No caso de vaga ou impedimento ocasional de qualquer membro da Diretoria, o substituto será indicado pelo Conselho de Administração, podendo assim permanecer até a nova eleição da Diretoria. **Parágrafo Único -** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 26 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, por meio de convocação realizada por qualquer de seus membros, com 3 (três) dias de antecedência, mediante o envio de e-mail para os endereços eletrônicos de seus membros cadastrados junto à companhia para essa finalidade, desde que comprovadas a entrega e a leitura ou por meio de carta registrada, com aviso de recebimento. **Parágrafo 1º -** As formalidades de convocação ficam dispensadas quando a Diretoria se reunir com a presença de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo 2º -** Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor participe da reunião de forma remota, por vídeo conferência, ou mesmo manifeste seu voto por carta, telegrama, ou e-mail, desde que recebidos na sede social até o momento da reunião. Cumpridas as exigências deste parágrafo 2º, o Diretor será considerado presente, inclusive para os fins do presente Artigo. Os documentos que corporificarem os votos ou manifestações do Diretor não presente serão arquivados na sede da companhia para todos os fins de direito, bem como transcritos no livro de atas das reuniões da Diretoria. **Parágrafo 3º -** Será condição para realização de próxima Reunião da Diretoria que a Ata da Reunião da Diretoria imediatamente anterior tenha sido devidamente firmada, de modo que as reuniões precedentes estejam formalizadas. **Parágrafo 4º -** Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio, devendo as Atas que necessitam gerar efeitos perante terceiros, ser registradas na Junta Comercial competente. **Parágrafo 5º -** Em caso de empate nas deliberações da Diretoria, cabe ao Diretor-Presidente exarar voto de qualidade. **Artigo 27 -** Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos e adquirir ou alienar bens da companhia, respeitado o disposto nos artigos 13, 19 e 29 deste Estatuto Social. **Artigo 28 -** A Diretoria tem amplos poderes de administração, podendo praticar todos e quaisquer atos de gestão, consoante os fins da companhia, observadas as demais disposições do presente Estatuto Social. **Artigo 29 -** Compete à Diretoria: **[i]** elaborar, enviar e apresentar aos membros do Conselho de administração, no âmbito da reunião do Conselho que deliberar sobre o tema, e aos acionistas, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se em operação; **[ii]** elaborar relatório trimestral que deverá ser enviado a todos os acionistas que contenha (a) a descrição das atividades desenvolvidas por cada diretor; (b) o elenco dos contratos celebrados pela companhia no período, com breve indicação dos principais aspectos como partes, valor, objeto e obrigações principais e (c) relatório circunstanciado das contas e dos investimentos financeiros de titularidade da companhia. Tal documento deverá ser assinado pelos Diretores Presidente e Administrativo e Financeiro em exercício, com responsabilidade individual pelo não envio. No caso de falta de assinatura de um desses diretores, o outro diretor deverá enviar os documentos previstos neste item (ii) com indicação do motivo da ausência de assinatura de qualquer dos diretores; **[iii]** elaborar e encaminhar trimestralmente aos membros do Conselho de Administração relatório contendo a descrição das licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes dos quais a companhia tenha participado no respectivo período, incluindo, no mínimo, a identificação da oportunidade, o objeto, o valor estimado ou contratado, a data de submissão da proposta, o status ou desfecho do procedimento, a indicação de eventual contratação decorrente e, quando aplicável, eventuais informações adicionais consideradas relevantes pela Diretoria; **[iv]** propor aos membros do Conselho de Administração, no âmbito da reunião do Conselho que deliberar sobre o tema, e aos acionistas, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, a destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições legais e as deste Estatuto Social; **[v]** representar a companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 32, infra. **Parágrafo Único -** Os Diretores dividirão entre si as atribuições da Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social. **Artigo 30 -** Compete ao Diretor-Presidente: **[i]** a representação da companhia, nos termos do artigo 32; **[ii]** executar as deliberações e determinações do Conselho de Administração; e **[iii]** realizar todos os atos de gestão da companhia, ainda que não expressos neste Estatuto Social. **Artigo 31 -** Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro: **[i]** a representação da companhia, nos termos do artigo 32; e **[ii]** o exercício de atos administrativos e financeiros, consoante aos fins da companhia. **Artigo 32 -** A companhia considerar-se-á obrigada quando representada: **[i]** isoladamente, por qualquer Diretor, em todos e quaisquer atos de administração ordinária da companhia e disposições necessárias ou convenientes à consecução do objeto social como, por exemplo, mas não se limitando a: a. representação perante qualquer divisão administrativa pública federal, estadual e municipal, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda do Estado e do Município, outras autoridades públicas ou privadas, autarquias, Correios e Telégrafos; b. representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; c. prática de atos, ou assinatura de contratos, com valor individual igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); d. realização e o cumprimento de qualquer operação financeira ativa e/ou passiva, com valor individual igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e. representação da companhia em quaisquer licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da Companhia e cujo valor individual seja igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), observado o disposto no artigo 19, supra; e f. a execução de quaisquer dos atos que tiverem sido previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, observadas as condições, limites e termos da respectiva deliberação societária; **[ii]** conjuntamente, pelos Diretores Presidente e Administrativo e Financeiro, ou por qualquer um deles em conjunto com um procurador devidamente constituído, observadas as regras e limitações do respectivo instrumento de mandato e do presente Estatuto Social, nos seguintes atos: a. prática de atos, ou assinatura de contratos, com valores individuais entre R$ 10.000.000,01 (dez milhões de reais e um centavo) e R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive. Para a prática de atos e/ou assinatura de contratos, com valor individual superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), será necessária a aprovação prévia do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19, supra, ressalvada a regra específica aplicável aos procedimentos previstos na alínea "c" abaixo; b. realização e o cumprimento de qualquer operação financeira ativa e/ou passiva, com valores entre R$ 10.000.000,01 (dez milhões de reais e um centavo) e R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive. Para operações financeiras ativas e/ou passivas que envolvam valores superiores a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), será necessária a aprovação prévia do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19, supra; e c. participação da companhia em licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da Companhia, bem como submissão de propostas, lances, ofertas ou documentos equivalentes, vinculantes ou não vinculantes, e assinatura dos contratos decorrentes e respectivos instrumentos acessórios, quando o valor individual da oportunidade, proposta ou contrato for superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e igual ou inferior a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), observado o disposto no artigo 19, supra; **[iii]** por um ou mais procuradores, agindo isoladamente ou conjuntamente entre si, conforme previsto no respectivo instrumento de mandato, observadas as regras e limitações do instrumento de procuração outorgado e do presente Estatuto Social, desde que o valor individual do ato, contrato, operação, proposta ou oportunidade não exceda R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ressalvadas a possibilidade de atuação conjunta de um procurador com um Diretor nos termos do item [ii] acima e a execução de atos previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração nos termos da alínea "g" abaixo, nos seguintes atos: a. representação perante quaisquer terceiros, incluindo, mas não se limitando, sociedades, empresas, veículos de investimento, consórcios, joint ventures ou outras entidades nas quais a companhia detenha, direta ou indiretamente, participação societária, ainda que minoritária, no Brasil ou no exterior; b. representação perante qualquer divisão administrativa pública federal, estadual e municipal, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda do Estado e do Município, outras autoridades públicas ou privadas, autarquias, Correios e Telégrafos; c. representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; d. prática de atos, ou assinatura de contratos; e. realização e o cumprimento de qualquer operação financeira ativa e/ou passiva; f. representação da companhia em quaisquer licitações, concorrências públicas ou privadas, requests for proposal (RFPs), requests for quotation (RFQs), tomadas de preço, processos competitivos ou procedimentos equivalentes, desde que relacionados às atividades compreendidas no objeto social da companhia, observadas as regras e limitações do instrumento de mandato e do presente Estatuto Social; e g. a execução de quaisquer dos atos que tiverem sido previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, independentemente do respectivo valor, observadas as condições, limites e termos da respectiva deliberação societária e do instrumento de mandato outorgado. **Parágrafo 1º -** Para a constituição de procuradores, os instrumentos por meio dos quais os poderes serão outorgados deverão ser, necessariamente, assinados pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Administrativo e Financeiro da companhia. **Parágrafo 2º -** Salvo quando para fins judiciais, todos os demais instrumentos de mandato outorgados pela companhia terão sua vigência por prazo determinado. **Artigo 33 -** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da companhia, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pelo descumprimento desta cláusula. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 34 -** A companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento), das ações com direito a voto, nos termos do artigo 161, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único -** É assegurado aos acionistas detentores de, ao menos, 15% (quinze por cento) do capital social com direito a voto, o direito de requerer à Diretoria, a qualquer momento, informações sobre as atividades sociais e da contabilidade. Tal requisição deverá ser efetuada por escrito e entregue na sede social. Os acionistas têm o direito de fiscalizar, às suas próprias expensas, todos os registros e documentos contábeis da companhia. **Artigo 35 -** Caso solicitado seu funcionamento, os acionistas deverão determinar o número de membros efetivos e igual número de suplentes para compor o Conselho Fiscal, disposto que cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **Artigo 36 -** A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VI - Do Exercício Social e Distribuição de Lucros: Artigo 37 -** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. **Artigo 38 -** Dos lucros líquidos assim apurados serão destinados: a. 5% (cinco por cento), para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b. 25% (vinte e cinco por cento), para distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, com possibilidade de cumulação para distribuição em exercício posterior, nos termos dos parágrafos 1º e 3º deste artigo. **Parágrafo 1º -** Os dividendos previstos neste artigo não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária que este é incompatível com a situação financeira da companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da companhia permitir. **Parágrafo 2º -** O saldo dos lucros líquidos terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser transferido para Reserva de Aumento de Capital ou outra reserva de lucros, cujos saldos, somados, não poderão ultrapassar o valor do capital social; atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **Parágrafo 3º -** A Assembleia Geral Ordinária poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao previsto neste artigo ou a retenção de todo o lucro. Os lucros que, assim, deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da companhia permitir. **Artigo 39 -** A companhia poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. **Artigo 40 -** A companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em Assembleia Geral. **Capítulo VII - Da Liquidação e Dissolução da Companhia: Artigo 41 -** A companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo VIII - Da Arbitragem: Artigo 42 -** Qualquer controvérsia que surja entre os acionistas e entre os acionistas e a companhia será resolvida definitivamente mediante procedimento de arbitragem de direito, conduzido pela Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP/FIESP, com sede em São Paulo, segundo o seu regulamento (o "Tribunal Arbitral"). **Artigo 43 -** A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo e o laudo arbitral será proferido na mesma cidade. **Artigo 44 -** Os árbitros julgarão segundo as normas do direito brasileiro, vedando-se expressamente o julgamento por equidade. **Artigo 45 -** O laudo arbitral será definitivo, sem possibilidade de apelação ou recurso. Os custos da arbitragem serão determinados com base nas normas previstas pelo regulamento mencionado no artigo 42, supra, e o Tribunal Arbitral estabelecerá, no laudo, a forma de sua repartição. **Artigo 46 -** A língua do procedimento arbitral será a portuguesa. **Artigo 47 -** Durante o procedimento da arbitragem, os acionistas continuam obrigados ao cumprimento de seus deveres legais e estatutários. **Artigo 48 -** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, disposto que, para tanto, fica eleito o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Capítulo IX - Das Disposições Finais: Artigo 49 -** A qualquer tempo, a companhia poderá transformar-se em outra forma jurídica, por decisão de acionistas representando a maioria do capital com direito a voto, reunidos em Assembleia Geral, devidamente convocada para este fim. **Artigo 50 -** Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e respectivas alterações.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/09/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 4

Edição Digital Certificada*Sábado á segunda-feira, 26, 27 e 28 de setembro de 2026

UNIGEL

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (reapresentado)	Controladora 01/01/2024 (reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (reapresentado)	Consolidado 01/01/2024 (reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.590	65	244	130.679	182.160	165.836
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	212.085	129.720	148.065
Estoques	10	-	-	-	491.762	647.234	640.125
Ativo fiscal corrente	12	63	61	2.531	166.514	263.537	270.232
Adiantamentos a fornecedores		102	48	12	67.965	55.168	20.980
Créditos contratuais		-	-	-	1.818	15.099	66.566
Outros ativos		3.897	581	1.786	27.402	42.855	37.491
Total do ativo circulante		**5.652**	**755**	**4.573**	**1.098.225**	**1.335.773**	**1.349.295**
Bens destinados à venda	15	-	-	-	378.789	-	387.218
Total do ativo circulante e bens destinados a venda		**5.652**	**755**	**4.573**	**1.477.014**	**1.335.773**	**1.736.513**
Não circulante							
Conta corrente com partes relacionadas	11	7.638	4.020	2.170	1.780	1.650	700
Ativo fiscal corrente	12	59	-	9	347.898	208.842	293.872
Impostos diferidos	13	-	-	-	836.390	839.245	858.520
Depósitos judiciais	20	24	24	47	28.019	14.250	13.132
Créditos contratuais		-	-	-	1.101	3.359	3.359
Reembolsos por cobrar de contingências	20	-	-	-	28.162	14.907	18.917
Outros ativos		967	50.519	-	10.055	110.265	47.434
Investimentos	14	408.211	887.426	1.588.203	-	-	-
Imobilizado	15	2.274	2.772	3.647	1.746.380	2.227.844	2.102.527
Direito de uso	16	5.674	15.452	23.085	152.752	168.955	241.511
Intangível		1.600	3.077	4.313	19.348	16.316	20.170
Total do ativo não circulante		**426.447**	**963.290**	**1.621.474**	**3.171.885**	**3.605.633**	**3.600.142**
Total do ativo		**432.099**	**964.045**	**1.626.047**	**4.648.899**	**4.941.406**	**5.336.655**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (reapresentado)	Controladora 01/01/2024 (reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (reapresentado)	Consolidado 01/01/2024 (reapresentado)
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	41.537	713.096	565.936	3.848.730	6.066.110	4.490.836
Fornecedores	18	23.858	24.922	4.697	704.465	791.870	798.626
Passivo de arrendamento	16	1.985	11.130	4.650	53.316	86.963	66.297
Dividendos a pagar	11	64.963	64.963	64.963	64.963	64.963	64.963
Conta corrente com partes relacionadas	11	53	53	53	-	-	-
Passivo fiscal corrente	19	242	328	-	64.625	79.516	71.093
Salários e encargos		-	-	-	30.607	40.156	44.020
Adiantamentos de clientes		-	-	-	56.949	142.435	36.547
Operações com derivativos		-	-	-	-	-	60.397
Provisões diversas		6.779	1.315	3.239	95.383	89.658	103.068
Outros passivos		123	533	-	16.459	55.251	23.539
Total do passivo circulante		**139.540**	**816.340**	**643.538**	**4.935.497**	**7.416.922**	**5.759.386**
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		-	-	-	-	-	185.714
Total do passivo circulante e dos passivos relacionados a ativos mantidos para venda		**139.540**	**816.340**	**643.538**	**4.935.497**	**7.416.922**	**5.945.100**
Não circulante							
Fornecedores	18	-	-	-	-	122.474	19.525
Passivo de arrendamento	16	4.309	5.550	16.588	130.482	256.700	353.800
Conta corrente com partes relacionadas	11	1.852.357	1.242.389	1.194.284	2.674.923	222	22
Passivo fiscal corrente	19	-	-	-	21.513	23.704	29.045
Impostos diferidos	13	117.137	117.137	117.137	117.529	126.639	119.109
Benefícios pós-emprego		-	-	-	22.835	18.106	27.314
Provisão para contingências	20	937	325	300	223.427	77.036	72.006
Provisão para perdas nos investimentos	14	1.795.126	1.899.262	899.948	-	-	-
Outros passivos		-	-	-	-	16.561	16.482
Total do passivo não circulante		**3.769.866**	**3.264.663**	**2.228.257**	**3.190.709**	**641.442**	**637.303**
Patrimônio líquido negativo							
Capital social		920.963	920.963	920.963	920.963	920.963	920.963
Ajustes de avaliação patrimonial		188.706	(85.910)	(75.065)	188.706	(85.910)	(75.065)
Prejuízo acumulado		(4.586.976)	(3.952.011)	(2.091.646)	(4.586.976)	(3.952.011)	(2.091.646)
Total do patrimônio líquido negativo	21	**(3.477.307)**	**(3.116.958)**	**(1.245.748)**	**(3.477.307)**	**(3.116.958)**	**(1.245.748)**
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		**432.099**	**964.045**	**1.626.047**	**4.648.899**	**4.941.406**	**5.336.655**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(572.051)**	**(1.862.564)**	**(572.051)**	**(1.862.564)**
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - Ajustes de conversão	(50.310)	22.865	(50.310)	22.865
Ganhos (perdas) de *hedge* de fluxo de caixa	336.116	(42.311)	336.116	(42.311)
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido	(3.668)	10.800	(3.668)	10.800
Resultados abrangentes totais	**(289.913)**	**(1.871.210)**	**(289.913)**	**(1.871.210)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita líquida	22	-	-	2.769.572	3.148.937
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(2.891.049)	(3.277.690)
Prejuízo bruto		**-**	**-**	**(121.477)**	**(128.753)**
Despesas de vendas	23	-	-	(20.759)	(33.574)
Despesas administrativas	23	(13.664)	(18.765)	(111.189)	(166.333)
Reversão (provisão) de perdas de créditos estimada	11	-	-	(6.583)	(6.579)
Perdas com impairment de ativo imobilizado	24	-	-	(98.188)	(62.591)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	(1.436)	(1.015)	164.502	239.194
Receitas (despesas) operacionais		**(15.100)**	**(19.780)**	**(72.217)**	**37.860**
Equivalência patrimonial	14	(586.615)	(1.690.840)	-	-
Prejuízo antes dos resultados financeiros e impostos		**(601.715)**	**(1.710.620)**	**(193.694)**	**(90.893)**
Receitas financeiras		634	1.535	19.192	39.870
Despesas financeiras		(16.483)	(152.859)	(981.281)	(1.102.883)
Variações cambiais, líquidas		45.513	(620)	434.510	(768.349)
Resultado financeiro líquido	25	**29.664**	**(151.944)**	**(527.579)**	**(1.831.362)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(572.051)**	**(1.862.564)**	**(721.273)**	**(1.922.255)**
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	8.131	(18.008)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	141.091	77.699
Imposto de renda e contribuição social	13	**-**	**-**	**149.222**	**59.691**
Prejuízo líquido do exercício		**(572.051)**	**(1.862.564)**	**(572.051)**	**(1.862.564)**
Prejuízo por ação básico e diluído - R$		**(0,6211)**	**(2,0224)**	**(0,6211)**	**(2,0224)**
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício		**920.962.726**	**920.962.726**	**920.962.726**	**920.962.726**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2025	**920.963**	**(85.910)**	**(3.952.011)**	**(3.116.958)**
Prejuízo líquido do período	-	-	(572.051)	(572.051)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado, líquida de efeitos tributários	-	(7.522)	7.522	-
Resultados abrangentes:				
Ajustes de conversão em operações no exterior	-	(50.310)	-	(50.310)
Perdas de *hedges* de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	336.116	-	336.116
Impostos realização baixa *hedge account*	-	-	(70.436)	(70.436)
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido, líquido de impostos	-	(3.668)	-	(3.668)
Saldos em 31/12/2025	**920.963**	**188.706**	**(4.586.976)**	**(3.477.307)**

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2024 (reapresentado)	**920.963**	**(75.065)**	**(2.091.646)**	**(1.245.748)**
Prejuízo líquido do período	-	-	(1.862.564)	(1.862.564)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	(2.199)	2.199	-
Resultados abrangentes:				
Ajustes de conversão em operações no exterior	-	22.865	-	22.865
Perdas de hedges de fluxo de caixa	-	(42.311)	-	(42.311)
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	10.800	-	10.800
Saldos em 31/12/2024 (reapresentado)	**920.963**	**(85.910)**	**(3.952.011)**	**(3.116.958)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Prejuízo líquido do período		**(572.051)**	**(1.862.564)**	**(572.051)**	**(1.862.564)**
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	23	6.549	12.831	169.494	191.484
Juros de arrendamentos	25	533	3.348	25.992	36.441
Provisões para contingências	23	1.188	232	41.382	35.729
Provisões (reversões) ambientais e reembolsos a cobrar	24	-	-	22.321	(2.196)
Provisões (reversões) de estoques	10	-	-	10.549	(366)
Impostos correntes e diferidos	13	-	-	(149.222)	(59.691)
Perda (reversão) de créditos estimada	9	-	-	6.583	6.579
Derivativos	25	-	-	169.368	230.135
Juros provisionados e variação cambial	25	(28.665)	147.362	226.712	1.488.548
Juros sobre impostos parcelados	25	-	-	15.856	25.086
Multas sobre empréstimos	17	-	-	17.430	-
Baixa de ativo imobilizado	15	-	-	32.790	-
Resultado na venda de ativos	24	-	-	-	(299.463)
Resultado de equivalência patrimonial	14	586.615	1.690.840	-	-
Provisão de *impairment* de ativo imobilizado	15	-	-	98.188	62.591
Baixa definitiva de ativos	15	-	-	(137.647)	-
Atualização monetária sobre crédito de PIS/COFINS	25	-	-	(3.169)	(21.996)
Encargos sobre duplicatas descontadas	25	-	-	72.070	59.415
Juros benefício pós-emprego		-	-	2.505	2.532
Juros de fornecedores	25	-	-	18.316	40.775
		(5.831)	**(7.951)**	**67.467**	**(66.961)**
Variações em:					
Contas a receber de clientes	9	-	-	(109.729)	16.771
Estoques	10	-	-	150.749	(15.357)
Ativos e passivos fiscais		(147)	2.807	30.837	57.976
Adiantamento de clientes		-	-	(85.486)	-
Créditos contratuais		-	-	2.258	-
Fornecedores	18	(1.064)	20.269	(64.368)	(218.220)
Demais ativos e passivos de curto e longo prazo		17.418	200	(26.105)	(8.107)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		**10.376**	**15.325**	**(34.377)**	**(233.898)**
Juros pagos	17	(10)	(28)	(140.107)	(144.885)
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(78)	(78)
Pagamento de contingências		-	-	(23.069)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades operacionais		**10.366**	**15.297**	**(197.631)**	**(378.861)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	15	-	-	(177.718)	(95.594)
Recebimentos por vendas de ativo		-	-	-	520.697
Dividendos de operações mantidas para venda		-	-	-	28.701
Adiantamentos de caixa a partes relacionadas		-	-	(152)	(750)
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento		**-**	**-**	**(177.870)**	**453.054**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e debêntures	17	-	-	718.837	489.857
Pagamentos de empréstimos e debêntures	17	(2.349)	(174)	(352.376)	(459.767)
Pagamentos de arrendamento	16	(5.716)	(11.037)	(42.396)	(94.925)
Adiantamentos de caixa de partes relacionadas		(776)	(4.265)	-	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(8.841)**	**(15.476)**	324.065	**(64.835)**
Fluxo de caixa líquido					
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa		-	-	(45)	6.966
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**1.525**	**(179)**	**(51.481)**	**16.324**
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro		**65**	**244**	**182.160**	**165.836**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**1.590**	**65**	**130.679**	**182.160**

Em 31/12/2025, a principal transação que não envolveu caixa no Fluxo de Caixa da empresa Controladora foi: (i) Dívidas liquidadas por partes relacionadas no valor de R$ 679.106 conforme divulgado na nota explicativa 17.5. Em 31/12/2025, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram: (i) Dívidas liquidadas por partes relacionadas no valor de R$ 2.825.099 conforme divulgado na nota explicativa 17.2; (ii) Execução de carta fiança para pagamento de credores no valor de R$ 172.585, que afetaram fornecedores de imobilizado e endividamento; (iii) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R$ 167.853 (R$ 250.657 em 31/12/2024); (iv) Custos de transação pagos em anos anteriores no valor de R$ 106.400; (v) Adições, baixas e remensurações de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R$ 100.262 (R$ 12.746 em 31/12/2024). (vi) Transferência de bens de imobilizado para bens mantidos para venda no valor de R$ 378.789. (vii) Transferência de derivativos para dívida no valor de R$ 29.269 em 31/12/2024. (viii) Devolução dos estoques recebidos no início do arrendamento das fábricas FAFEN Sergipe e FAFEN Bahia, no montante de R$ 108.626, em decorrência da devolução dessas plantas à Petrobras em outubro e novembro de 2025, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa 6.4 estoques. (ix) Compensação de impostos a pagar com créditos tributários no valor de R$ 126.899 (R$ 154.010 em 31/12/2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Unigel Participações S.A. - Em recuperação judicial (a seguir denominada "Unigel" ou "Companhia"), constituída em 24/09/2005 e, é uma sociedade anônima de capital fechado, que teve pedido de cancelamento de seu registro tipo A na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), deferido em 29/09/2025, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.551 - 15º andar, conjuntos 1501/1503, bairro Brooklin Novo, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. que detêm 99,9% das ações. A Companhia atua como empresa "*holding*" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, revenda, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de acrílicos e estirênicos. Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964. **1.1 Plano de Reestruturação Financeira aprovado pela Recuperação Extrajudicial:** Em 20/02/2024, o Grupo Unigel ajuizou um pedido homologação de plano de recuperação extrajudicial que, foi homologado pelos tribunais Brasileiro e de Nova Iorque em 11 novembro e 10/12/2024, respectivamente, para que a Companhia pudesse implementar esse plano. As ações de implementação foram concluídas em 30/01/2025. Os planos de recuperação extrajudicial buscaram equacionar as dívidas da Companhia e assegurar sua sustentabilidade financeira. O Plano de recuperação extrajudicial pedido foi dividido em dois planos consensuais distintos, um para holding e outro para as entidades operacionais e prevê os seguintes eventos e ações: • __Venda de ativos:__ A venda da Plastiglas de México S/A de CV por aproximadamente US$ 83 milhões líquidos (equivalente a R$430 milhões), efetivada no primeiro semestre de 2024, com entrada do caixa em 5/06/2024. • __Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre seu valor contábil:__ Totalizando US$120 milhões, por meio da emissão de Senior Notes (Novos Recursos) com vencimento em dezembro de 2027 e juros trimestrais de 13,5% ao ano, sujeito a *cash sweep* trimestral inicial de U$ 100 milhões até 2025 e U$75 milhões de 2026 em diante. • __Reorganização societária:__ Criação de uma nova holding na Holanda ("HoldCo"), que passou a ter titularidade dos investimentos no Grupo Unigel. A empresa foi criada em dezembro de 2024, sendo denominada Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. Os credores abrangidos pelo Plano de Reestruturação optaram pelas modalidades de pagamento disponíveis no plano de Recuperação Extrajudicial para seus créditos, incluindo a conversão em novos títulos de dívida, participação societária na HoldCo e pagamentos em dinheiro, conforme descrito a seguir: • __*Credores financiadores:*__ 75,19% dos credores optaram por contribuir com novos recursos ("Novos Recursos") para a Companhia, e receberam em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas de Novos Recursos ("1L Notes"), emitidas pela Unigel Luxembourg e Notas Participativas e ações emitidas pela HoldCo. • __*Credores não financiadores:*__ 20,08% dos credores optaram por não contribuir com Novos Recursos, e receberam em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas Participativas. • __*Opções de pagamento em dinheiro com prazo alongado*__: O Plano de Recuperação Extrajudicial também contemplou opções de pagamento em dinheiro para 4,73% dos credores, com prazos e condições específicas. • __Reestruturação da dívida:__ A renegociação das dívidas existentes determinou a criação de novas dívidas em substituição as anteriores, com as seguintes características: • __Novas Notas Reestruturadas (2L Notes)__: Notas emitidas pela Unigel Luxembourg de acordo com as leis do estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com vencimento em 31/12/2028 e juros remuneratórios de (i) 12% a.a. da data do pedido de recuperação extrajudicial até 31/12/2025, a serem capitalizados ao principal da dívida, ou (ii) 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre, a critério da Companhia e a partir de 1º/01/2026, juros de 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao final de cada trimestre fiscal. As notas serão garantidas pelas ações da HoldCo, das empresas do Grupo: Unigel Participações S.A., Companhia Brasileira de Estireno - CBE, Proquigel Química S.A., Unigel Químicos S.A., Unigel Distribuidora S.A., Unigel Comercializadora de Energia S.A., Ecohydrogen Energy S.A. e Unigel Luxembourg; por equipamentos industriais, plantas, edifícios e terrenos constituindo ativos industriais, além de 30% dos recebíveis de clientes. • __Notas Participativas (*Participating Notes*)__: Notas emitidas pela HoldCo, sendo 90% destinado a credores aderentes ao plano e 10% destinado a Cigel Participações S.A. As notas terão vencimento em 31/12/2044 com juros de (i) 15% a.a. a serem capitalizados no valor principal da data do pedido até 31/12/2028; (ii) a partir de 1/01/2029, juros de 15% a.a. que poderão ser capitalizados no valor principal ou pagos anualmente, desde que as 2L Notes e os novos recursos tenham sido integralmente amortizados. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao fim de cada trimestre fiscal. As Notas Participativas serão convertidas em 95% do capital social total da HoldCo nos seguintes casos: (a) obrigatoriamente e automaticamente, caso as notas participativas não tenham sido integralmente amortizadas ou refinanciadas até 31/12/2029, podendo ser postergado para 31/12/2030 caso o saldos das notas participativas em 31/12/2029 seja igual ou menor que o saldo das notas participativas em 31/12/2028; (b) tenha ocorrido um evento de conversão antecipado. Enquanto existirem as notas participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos. • __Participação societária e governança:__ Diluição da Cigel Participações S.A., que permanece com 50% de direitos econômicos e de governança da Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. e emissão de certificados de depósito (*depositary receipts*), representando o restante dos direitos econômicos e de governança, que são inicialmente emitidos em benefício dos credores que elegeram conceder novo financiamento e podem ser negociados no mercado internacional. • __Garantias:__ As 1L Notes emitidas no contexto dos planos tem garantia de primeiro grau de parte substancial dos ativos da Companhia, com exceção de ativos específicos mencionados no Anexo A do plano de recuperação extrajudicial. As Notas 2L tem garantia de segundo grau sobre os mesmos ativos. A implementação do Plano de Recuperação Extrajudicial resultou em uma significativa redução do endividamento da Companhia e na injeção já ocorrida de novos recursos financeiros, do fortalecimento da gestão e da governança do Grupo. O objetivo da implementação do Plano de Recuperação Extrajudicial era de manter o fluxo originalmente contratado com os fornecedores e honrar com as obrigações financeiras não reestruturadas na Recuperação Extrajudicial sem qualquer alteração significativa no volume ou dinâmica de pagamentos, apostando numa retomada célere do mercado e no crescimento da participação do Grupo. No entanto a estratégia se provou insuficiente para viabilizar a uma solução global e estruturante para o passivo do Grupo. As premissas da Recuperação Extrajudicial não se materializaram e consequentemente inviabilizaram o plano de negócios originalmente traçados, e de outro lado as negociações bilaterais com os credores não sujeitos a recuperação extrajudicial foram infrutíferas ou, no limite, resultaram em acordos inviáveis de serem cumpridos pelas Recuperandas. Por estes motivos, em agosto de 2025, o Grupo Unigel retomou as negociações com seus credores em busca de uma solução definitiva e estruturante para a sua estrutura de capital. Como resultado, a Companhia entendeu que a medida mais prudente foi o ajuizamento do pedido de recuperação judicial, para a preservação de seus ativos e de sua capacidade de geração de riquezas, e permitir um ambiente coordenando e abrangente de negociação. **1.2 Recuperação judicial:** Inicialmente, a Companhia, em conjunto com as suas controladas e controlada em conjunto, instaurou procedimento de mediação perante a Wind Câmara de Mediação e, para assegurar o resultado útil das negociações, ajuizou Tutela de Urgência Cautelar em 12/08/2025, autuada em 13/08/2025 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, sob o nº 1105782-96.2025.8.26.0100. A medida foi ajuizada no contexto dos esforços da Companhia para preservar sua liquidez e garantir um ambiente estável para a conclusão das negociações em andamento com credores financeiros e operacionais, permitindo também a continuidade dos investimentos para conclusão da nova planta de Ácido Sulfúrico. Embora a suspensão dos pagamentos tenha sido apoiada pelos principais credores do Grupo, a Tutela de Urgência Cautelar mostrou-se necessária para assegurar o resultado útil do processo negocial. A Tutela de Urgência Cautelar suspendeu as ações, execuções e constrições patrimoniais contra o Grupo Unigel movidas pelos credores convidados a participar do procedimento de mediação instaurado em 13/08/2025, pelo prazo inicial de 60 (sessenta) dias. Em 8/10/2025, conforme divulgado por meio de Comunicado ao Mercado, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, pedido de Recuperação Judicial perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido em 9/10/2025 ("Recuperação Judicial"). O pedido complementou as medidas administrativas e operacionais que já vinham sendo adotadas pela Companhia e foi aprovado *ad referendum* pelo Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data. O pedido de Recuperação Judicial tem como objetivo viabilizar uma solução para a reestruturação da estrutura de capital da Companhia, preservando sua continuidade operacional e proporcionando um ambiente organizado para negociação com seus credores, fornecedores, trabalhadores e demais partes interessadas. A Companhia entende que a Recuperação Judicial constitui o instrumento jurídico mais adequado para viabilizar a renegociação de seu passivo financeiro e operacional, bem como criar condições para eventual captação de novos recursos, inclusive por meio de financiamento na modalidade Debtor-in-Possession ("DIP"), necessários ao soerguimento do Grupo. O pedido de Recuperação Judicial decorreu, principalmente: i. __Desafios no setor e impactos no desempenho operacional__: Os setores químico e agroindustrial, nos quais o Grupo atua, vêm enfrentando, desde 2023, condições econômicas adversas, caracterizadas pela manutenção de elevados custos das principais matérias-primas, tanto no mercado nacional quanto internacional, e pela redução dos preços de venda de seus produtos, impactando negativamente suas margens operacionais. ii. __Restrições de crédito__: Desde 2023, a Companhia passou a enfrentar restrições de acesso às linhas de crédito junto às instituições financeiras, em decorrência da deterioração de sua situação financeira e do rebaixamento de sua classificação de risco. Adicionalmente, os custos financeiros associados ao endividamento da Companhia foram impactados pelo elevado patamar da taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC), bem como pelo aumento dos spreads de crédito, contribuindo para a deterioração de seus resultados financeiros e da geração de caixa operacional. Como consequência, a Companhia passou a enfrentar dificuldades no cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fatores que contribuíram para o ingresso, inicialmente, no processo de Recuperação Extrajudicial e, posteriormente, na Recuperação Judicial. No curso do processo de Recuperação Judicial, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo deferiu em 09/03/2026, a prorrogação do *stay period* por mais 180 (cento e oitenta) dias, considerando que o decurso do prazo inicialmente concedido não decorreu de desídia, culpa ou conduta protelatória das Recuperandas. A Companhia foi requerida apresentar proposta de Plano de Recuperação Judicial, para cumprir com os requisitos legais, porém a proposta apresentada foi preparada pela administração anterior em 15/12/2025, e uma nova proposta foi construída preliminarmente pela Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos e financeiros, e foi apresentado aos credores na Assembleia Geral de Credores, realizada em 3/08/2026. Nesta assembleia foi apresentado a nova proposta, que subsequentemente foi suspensa para ter continuidade no próximo dia 9/09/2026. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Assembleia Geral de Credores poderá deliberar pela aprovação, modificação ou rejeição da proposta apresentada. Caso o Plano de Recuperação Judicial seja aprovado pelos credores na referida Assembleia Geral de Credores, após esta aprovação, o Plano de Recuperação Judicial deve ser protocolado e homologado em juízo. A administração da Companhia trabalha com o cenário de continuidade operacional, apesar de ter comunicado ao mercado em 30/04/2026, como "blowout materials", três cenários para negociação com os credores: (1) continuidade operacional - que incluí a renegociação com todos os credores e a captação de dois novos recursos financeiros através de empréstimos; (2) o encerramento gradual de suas atividades; ou (3) falência. Paralelamente às negociações relativas à proposta do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia obteve autorização judicial para contratação de financiamento na modalidade Debtor-in-Possession (DIP), destinado ao reforço do capital de giro e à continuidade das operações. Após processo competitivo conduzido pela Companhia, foi submetida à homologação judicial operação estruturada no montante de US$ 20.000.000, tendo como financiadores a JMG Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada e determinados credores titulares das 13.5%/15.0% Senior Secured PIK Toggle Notes due 2027. A operação prevê a liberação dos recursos em duas tranches após a homologação judicial e destina-se, principalmente, à conclusão da planta de Ácido Sulfúrico e ao fortalecimento da liquidez da Companhia. Em abril de 2026, representantes da família fundadora reassumiram a condução da administração da Companhia, passando a coordenar o processo de reestruturação financeira e operacional, incluindo as negociações com credores e a condução do processo de Recuperação Judicial. A Companhia permanece empenhada na condução do processo de Recuperação Judicial e na negociação de sua proposta de Plano de Recuperação Judicial junto aos credores, buscando implementar as medidas necessárias ao restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro, à preservação de suas operações e à continuidade de suas atividades. **1.3 Plano de ação operacional implementado pela Companhia:** A Administração do Grupo vem implementando ações nas áreas operacional e financeira, visando preservar a liquidez, reduzir os prejuízos operacionais, melhorar a geração de caixa e priorizar investimentos com maior retorno econômico. Entre as principais ações implementadas e em andamento, destacam-se: • __Ajustes operacionais__: Conforme informado anteriormente, a Companhia adaptou suas operações com o objetivo de preservar sua liquidez, por meio da paralisação de operações com margens operacionais negativas e da adequação dos volumes de produção de determinadas plantas, com foco em priorizar os mercados que propiciam maior margem, aliado a um rigoroso plano de redução de custos fixos, além da renegociação de contratos de fornecimento visando, também, à redução de custos variáveis. Neste contexto, a Administração optou, em 2023, pela paralisação das operações das duas plantas do segmento Agro, localizadas em Camaçari/BA e Laranjeiras/SE, ambas envolvidas em tratativas com a Petrobras. • __Acordo Global com a Petrobras__: Em 30/05/2025, a Companhia celebrou um Acordo Global de Transação com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cujo objetivo foi o encerramento definitivo de todas as disputas contratuais e processos litigiosos existentes entre as partes. O referido acordo, devidamente homologado pelo Tribunal Arbitral da Câmara de Comércio Internacional (CCI), pôs fim a todos os contratos vigentes entre as partes e estabeleceu uma resolução completa para as controvérsias. Dentre os principais termos pactuados destacam-se: (i) a rescisão do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos contratos de arrendamento vinculados às duas plantas do segmento Agro, localizadas em Camaçari/BA e Laranjeiras/SE, sem pagamento de multa sobre as obrigações futuras de compra de gás natural, em um volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034; e (ii) a rescisão dos contratos de arrendamento das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFENs), localizadas nos polos de Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE), com a consequente devolução das respectivas unidades industriais à Petrobras. Como resultado direto do encerramento dos contratos e da resolução das disputas, a Companhia reconheceu a baixa contábil integral dos passivos de arrendamento relacionados às FAFENs, no montante de R$ 138 milhões, bem como de outros ativos e passivos vinculados aos litígios encerrados, resultando no reconhecimento de ganho contábil líquido de R$ 120 milhões. Em ato contínuo, em 24/10/2025, a unidade de Laranjeiras/SE foi formalmente devolvida, enquanto a unidade de Camaçari/BA foi devolvida em 26/11/2025. Os efeitos financeiros e patrimoniais decorrentes dessas negociações foram devidamente mensurados e refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia. Com a celebração do acordo, a Companhia extinguiu todas as obrigações contratuais decorrentes dos instrumentos abrangidos pela transação. • __Segmento químico__: Foram paralisadas as plantas de acrilonitrila, em Camaçari/BA, e de metacrilatos, em Candeias/BA, em razão das margens operacionais negativas. Como estratégia comercial, a Companhia vem mantendo o abastecimento do mercado interno de resinas plásticas por meio da importação de monômeros acrílicos para produção local das resinas. Em janeiro de 2026, a Companhia decidiu pela paralisação das atividades da fábrica de estireno e tolueno, em Cubatão/SP, e da fábrica de poliestireno, em São José dos Campos/SP, após análise da situação de seus negócios e do cenário da indústria química global, que atravessa um ciclo de baixa sem precedentes, marcado por forte sobreoferta de commodities. • __Novos investimentos__: Em virtude da situação financeira da Companhia, a Administração suspendeu, temporariamente, novos investimentos destinados à expansão das plantas existentes e à construção de novas unidades, priorizando a preservação da liquidez e a continuidade das operações. O Grupo mantém a expectativa de que, observadas a evolução das condições de mercado e a implementação das medidas de reestruturação em curso, as plantas químicas atualmente paralisadas possam retomar suas operações. **1.4 Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional da Companhia. Em 31/12/2025, a Companhia apresentava Patrimônio Líquido negativo no montante de R$ 3.477.307 (R$ 3.116.958 em 31/12/2024), margem bruta negativa e prejuízo líquido de R$ 121.477 e de R$ 572.051, respectivamente (margem bruta negativa e prejuízo líquido de R$ 128.753 e de R$ 1.862.564, respectivamente em 31/12/2024), geração de caixa operacional consolidado negativa de 173.284 (R$ 378.861 em 31/12/2024), e um capital circulante líquido consolidado negativo de R$ 3.458.483 (capital circulante líquido consolidado negativo de R$ 6.081.149 em 31/12/2024). Em decorrência da posição financeira acima, em conjunto com os eventos citados nas notas explicativas 1.1, 1.2 e 1.3, a administração da Companhia entende que esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional do Grupo, porém todas as ações para readequação do equilíbrio econômico e de reestruturação de capital, estão sendo tomadas pela Companhia. A recuperação judicial, conforme descrito na nota explicativa acima, constitui a principal iniciativa no âmbito da reestruturação da Companhia e tem por objetivo estabelecer uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade de seus negócios, além de assegurar a suspensão das ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia, bem como dos respectivos prazos prescricionais. A continuidade operacional da Companhia depende, primordialmente, do êxito das ações a serem implementadas no âmbito da recuperação judicial. A composição societária do Grupo em 31/12/2025 é a mesma em relação a 31/12/2024. Portanto, o Grupo possui, atualmente, as seguintes empresas controladas:

Empresas	País	% Participação 31/12/2025	Principais produtos
Proquigel Química S.A. e subsidiária:	Brasil	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio, sulfato de amônio, ácido metacrílico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%	Hidrogênio verde
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	Estireno, poliestireno, etil benzeno, tolueno, látex, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Unigel Inc.	EUA	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiária:	México	99,9%	Holding intermediária.
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). **2.2 Declaração de relevância:** A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.3 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo, ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração. Adicionalmente, como anteriormente citado, em 30/01/2025, foi concluída a reestruturação da dívida do Grupo, que se mostrou insuficiente para o soerguimento da Companhia, e com o pedido de Recuperação Judicial deferido, e devido à complexidade dessa reestruturação, a Companhia não concluiu a apuração do valor justo dos empréstimos reestruturados, e optou por registrar neste exercício, o valor de custo da operação. As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente, e de acordo com sua projeção do fluxo de caixa, e com premissas apresentadas na nota explicativa 1 relacionado ao Plano de Reestruturação, possuirá recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. **2.4 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado da Companhia de 31/12/2025 e de 2024, incluem as operações das controladas mencionadas na nota 1. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24/08/2026 e autorizadas a publicação em 24/08/2026. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção de sua subsidiária no México, cuja moeda funcional é o dólar americano. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **4.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 16 -** __Prazo do arrendamento__: se o Grupo tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação previstas. **4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31/12/2025, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 9 -** __Contas a receber de clientes__: mensuração da perda de crédito esperada com premissas de perda esperada. • **Nota explicativa nº 10 -** __Estoques__: a Companhia avalia trimestralmente o valor realizável dos estoques para identificar possível *impairment* por meio de uma análise do custo de produção versus o valor de realização. • **Nota explicativa nº 13 -** __Impostos diferidos__: a Companhia avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros que podem ser utilizados com os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias. • **Nota explicativa nº 15 -** __Imobilizado__: a Companhia avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno, e realiza avaliação de possível *impairment* por meio do valor em uso versus valor contábil, ao menos uma vez ao ano ou quando há indicativos de mudanças significativas dos ativos. • **Nota explicativa nº 20.2 -** __Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais__: reconhecimento e mensuração de contingências, e avaliação das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos. **4.3 Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente os dados significativos e ajustes de avaliação. Informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: *inputs* para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* inobserváveis). Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a mensuração. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • O ativo ou passivo líquido de benefícios pós-emprego definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido. **6. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **6.1 Base de consolidação:** **(i)** __Subsidiárias__: Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii)** __Transações eliminadas na consolidação__: Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(iii)** __Perda de controle__: Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **6.2 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: (i)** __Transações em moedas estrangeiras__: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(ii)** __Operações no exterior__: Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **6.3 Instrumentos financeiros: (i)** __Reconhecimento e mensuração inicial__: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes, sem um componente significativo de financiamento, são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **(ii)** __Classificação e mensuração subsequente__: a. __Ativos financeiros__: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas os pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. b. __Ativos financeiros - Avaliação por modelo de negócio__: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados a saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros, em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). c. __Ativos financeiros - Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros__: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo); • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Termos contratuais que possam ajustar a taxa de juros de um ativo. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

d. __Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas__:

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

e. __Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas__: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja a nota explicativa 27.3 sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*. **(iii)** __Desreconhecimento__: a. __Ativos financeiros__: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. b. __Passivos financeiros__: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv)** __Compensação__: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v)** __Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge__: O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção de determinados passivos financeiros não derivativos. No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. **(vi)** __Hedges de fluxo de caixa__: Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **(vii)** __Derivativos embutidos__: Derivativos embutidos são componentes de um contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo fazendo com que a totalidade ou parte dos fluxos de caixa do contrato principal seja modificada. O Grupo avaliou a existência e a necessidade de separação de derivativos embutidos em todos os seus contratos e, quando necessária a separação, efetuou a mensuração destes derivativos utilizando as mesmas práticas adotas para outros derivativos que o Grupo possui. **6.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda. **6.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Os grupos de terrenos, edificações, equipamentos, instalações industriais e dependências, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação, exceto para terrenos. Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais, matéria-prima, mão de obra direta e outros, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração. Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado são capitalizadas como parte do ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **Depreciação:** Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

Categoria	Taxa de depreciação 2024 (a.a.)	Taxa de depreciação 2025 (a.a.)
Edifícios	5,23%	5,3%
Máquinas e equipamentos	6,5%	14,2%
Instalações, ferramentas e instrumentos	6,7%	7,3%
Equipamentos de informática	14,6%	30,6%
Veículos	20,0%	20,0%
Móveis e utensílios	10,0%	19,3%
Materiais de reposição (i)	6,5%	0,0%
Benfeitorias em bens próprios	4,5%	7,4%

(i) Este item refere-se a materiais específicos feitos sob medida que mantêm linhas produtivas específicas e, portanto, sua depreciação tem a mesma taxa que as máquinas relacionadas. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** (i) __Ativos financeiros não-derivativos__: O Grupo reconhece provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento é aquela que resulta de todos os eventos de *default* que podem ocorrer em toda a vida do instrumento. O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo sobre o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e avaliação de garantias. O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. O Grupo avalia as contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 90 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna. O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou (ii) o ativo financeiro estiver vencido a mais de 90 dias. *__Mensuração das PCEs__:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). *__Ativos financeiros com problemas de recuperação__:* Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *__Baixa__:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) __Ativos não financeiros__: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado. **6.6 Benefícios a empregados:** (i) __Benefícios de curto prazo a empregados__: As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) __Planos de contribuição definida__: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. (iii) __Planos de benefício definido__: A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e perdas resultantes dos planos de benefício definido são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Patrimônio líquido. **6.7 Incentivos fiscais:** Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado da Companhia no período que ocorrem e quando há suficiente segurança de que eles serão realizados. O Grupo reconhece receitas de incentivos estaduais oriundos do DESENVOLVE (Bahia) e incentivos federais referentes ao REIQ, redução de IR (região da SUDENE) e REINTEGRA, conforme nota explicativa nº 28. **6.8 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos concedidos e recebíveis, resultado de derivativos, descontos de fornecedores, variações cambiais ativas e outras receitas financeiras. As despesas financeiras incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre receitas financeiras, juros de empréstimos e fornecedores, resultado de derivativos, variações cambiais passivas e outras despesas financeiras. (i) __Reconhecimento das receitas financeiras__: As receitas consideram-se realizadas: • nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à Companhia, quer pela fruição de serviços por esta prestados; • quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior; • pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; (ii) __Reconhecimento das despesas financeiras__: Consideram-se incorridos os gastos: • quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro; • pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; • pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda. **6.9 Imposto de renda e contribuição social:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para IR e 9% sobre o lucro tributável para CSSL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real do exercício. As despesas com IR e CS compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à itens diretamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. (i) __Receitas (Despesas) de IR e CS corrente__: As despesas ou receitas de imposto corrente são os impostos a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e são registradas no resultado do exercício, respectivamente, contra passivos fiscais a pagar ou ativos fiscais a recuperar. (ii) __Receitas (Despesas) de IR e CS diferido__: As receitas e despesas de IR e CS diferidos são reconhecidos no resultado do exercício contra ativos e passivos fiscais diferidos. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos, em relação às diferenças temporárias, entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os autorizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da CS são reconhecidos com o objetivo de serem compensados com IR e CS sobre lucros tributáveis futuros, limitado a 30% destes lucros em cada exercício. Um ativo fiscal diferido somente é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/09/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

continuação...

revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios acima forem atendidos. **6.10 Ativos e passivos contingentes:** Ativos contingentes são reconhecidos quando são praticamente certos e quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; Passivos contingentes; Reconhecidas quando: • A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. • São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. • Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **6.11 Receita de contrato com cliente:** A receita é medida com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente. As informações a seguir fornecem entendimento sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho no contrato com o cliente: (i) Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos: Os clientes obtêm o controle dos produtos de Estirênicos, Acrílicos e Agro, conforme apresentado no item 6.11.(ii), "Reconhecimento de Receita". Os prazos de pagamento de faturas são determinados com base em análise de crédito realizada para cada cliente. Desconto comercial pode ser concedido aos clientes com base em negociação, e eles representam uma redução do preço padrão. A nota fiscal é emitida pelo preço padrão menos a quantia de desconto comercial. Além disso, o Grupo pode conceder descontos aos clientes como incentivos para os que anteciparem o pagamento. Alguns contratos permitem que o cliente devolva o produto antes da aceitação. (ii) Reconhecimento de Receita - CPC 47 / IFRS 15: A receita é reconhecida quando as mercadorias são aceitas pelo cliente, de acordo com os seguintes tipos de frete:

Canal	Tipo de frete	Natureza e tempo de satisfação das obrigações de performance	Reconhecimento de receita
Rodoviário	Frete pago pelo vendedor	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações.	Reconhecido quando as mercadorias foram entregues e aceitas nas premissas do cliente.
Rodoviário	Frete pago pelo comprador	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.	Reconhecido no despacho da mercadoria.
Marítimo	Custo seguro e frete *(cost insurance and freight)*	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias chegam ao porto de destino.	Reconhecido quando o navio de carga chega ao porto de destino.
Marítimo	*Free on board*	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.	Reconhecido quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.

6.12 Informações por segmento: Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à diretoria. Da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e IR e CS. **6.13 Lucro ou prejuízo por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o grupo não possui nenhum efeito diluidor nos exercícios apresentados. **6.14 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos:** (i) Definição de arrendamento: O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento quando ele transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16. No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do mesmo a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. (ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16: Os arrendamentos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo no momento da contratação. A taxa de desconto foi calculada considerando o custo efetivo de empréstimos no nível do Grupo. Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados. Conforme descrito na nota explicativa nº 15, o Grupo identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso. **6.15 Ativos mantidos para venda:** Os ativos circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda, em conformidade com o CPC 31 (IFRS 5). A classificação ocorre quando a administração conclui que a recuperação do valor contábil desses ativos ocorrerá predominantemente por meio de sua alienação, em vez de seu uso continuado nas operações do grupo. A partir da data da classificação, esses ativos deixam de ser depreciados. **6.16 Alterações nas políticas contábeis e novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Normas adotadas em 2025: A Companhia adotou, a partir de 1º/01/2025, as alterações à IAS 21 - Falta de Conversibilidade, sem impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Normas emitidas e ainda não efetivas: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou antecipadamente as seguintes IFRSs novas e revisadas, já emitidas e ainda não aplicáveis: IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras, aplicável aos exercícios iniciados em ou após 1º/01/2027; IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, aplicável aos exercícios iniciados em ou após 1º/01/2027. A Administração está avaliando os impactos da adoção dessas normas e, com base nas análises realizadas até o momento, não espera efeitos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração dos ativos, passivos, receitas e despesas do Grupo, sendo esperados impactos principalmente na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. **7. Reapresentação de valores correspondentes:** O balanço patrimonial e a demonstração das mutações do patrimônio líquido estão sendo reapresentados devido a Administração ter identificado uma reclassificação referente ao saldo de *hedge accounting* que vinha sendo apresentada em outros resultados abrangentes enquanto deveria compor o prejuízo acumulado em exercícios anteriores ao findo em 31/12/2024, incluindo os saldos de abertura em 1º/01/2024. Consequentemente, a Companhia está reapresentando os valores correspondentes em atendimento as orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8.

Balanço Patrimonial:

Controladora:	31/12/2024	31/01/2024		31/12/2024 Originalmente apresentado	Ajustes realizados	31/12/2024 Reapresentado	01/01/2024 Originalmente apresentado	Ajustes realizados	01/01/2024 Reapresentado
Ativo circulante	755	4.573	**Passivo circulante**	816.340	-	816.340	643.538	-	643.538
Ativo não circulante	963.290	1.621.474	**Passivo não circulante**	3.264.663	-	3.264.663	2.228.257	-	2.228.257
			Patrimônio líquido negativo						
			Capital social	920.963	-	920.963	920.963	-	920.963
			Ajustes de avaliação patrimonial	(205.872)	(119.962)	(85.910)	(1.971.684)	(119.962)	(2.091.646)
			Prejuízos acumulados	(3.832.049)	119.962	(3.952.011)	(195.027)	119.962	(75.065)
			Total PL negativo	**(3.116.958)**	**-**	**(3.116.958)**	**(1.245.748)**	**-**	**(1.245.748)**
Ativo total	**964.045**	**1.626.047**	**Passivo + PL negativo**	**964.045**	**-**	**964.045**	**1.626.047**	**-**	**1.626.047**

Consolidado:	31/12/2024	31/01/2024		31/12/2024 Originalmente apresentado	Ajustes realizados	31/12/2024 Reapresentado	01/01/2024 Originalmente apresentado	Ajustes realizados	01/01/2024 Reapresentado
Ativo circulante	1.335.773	1.736.513	**Passivo circulante**	7.416.922	-	7.416.922	5.945.100	-	5.945.100
Ativo não circulante	3.605.633	3.600.142	**Passivo não circulante**	641.442	-	641.442	637.303	-	637.303
			Patrimônio líquido negativo						
			Capital social	920.963	-	920.963	920.963	-	920.963
			Ajustes de avaliação patrimonial	(205.872)	(119.962)	-	(1.971.684)	(119.962)	(2.091.646)
			Prejuízos acumulados	(3.832.049)	119.962	(3.952.011)	(195.027)	119.962	(75.065)
			Total PL negativo	**(3.116.958)**	**-**	**(3.031.048)**	**(1.245.748)**	**-**	**(1.245.748)**
Ativo total	**4.941.406**	**5.336.655**	**Passivo + PL negativo**	**4.941.406**	**-**	**5.027.316**	**5.336.655**	**-**	**5.336.655**

Patrimônio líquido e Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido:

Controladora	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1/01/2024 (originalmente apresentado)	**920.963**	**(195.027)**	**(1.971.684)**	**(1.245.748)**
Ajustes realizados	-	119.962	(119.962)	-
Saldos em 1/01/2024 (reapresentado)	**920.963**	**(75.065)**	**(2.091.646)**	**(1.245.748)**

Consolidado	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2024 (originalmente apresentado)	**920.963**	**(205.872)**	**(3.832.049)**	**(3.116.958)**
Ajustes realizados	-	119.962	(119.962)	-
Saldos em 31/01/2024 (reapresentado)	**920.963**	**(85.910)**	**(3.952.011)**	**(3.116.958)**

8. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Caixa em bancos em Reais	81	65	38.693	32.770
Caixa em bancos em Dólares	31	-	88.348	70.172
Certificados de depósitos bancários [1]	1.478	-	3.638	79.218
	1.590	**65**	**130.679**	**182.160**

[1] Investimentos em certificados de depósitos bancários - CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 98,9% (98,9% em 31/12/2024) do CDI. Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em certificados de depósitos bancários (CDBs). Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

9. Contas a receber de clientes:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Mercado interno	198.859	124.484
Mercado externo	16.393	14.703
Partes relacionadas (Nota explicativa 11)	8.652	192
	223.904	**139.379**
(-) Perda de crédito esperada	(11.819)	(9.659)
	212.085	**129.720**

O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, inferior a 30 dias, razão pelo qual o valor de seus títulos a receber é similar ao seu valor presente. A Companhia realiza parte de suas contas a receber de clientes por meio da alienação de títulos para fundos destinados à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas, de duas formas: (i) com direito de regresso, de forma que ficam registradas no ativo e na rubrica de empréstimos até a sua liquidação; e (ii) sem direito de regresso, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pelo qual os títulos são baixados no momento da operação. A Companhia possuía títulos cedidos com instituições financeiras, com direito de regresso, no valor de R$78.026 em 31/12/2025 (R$ 66.124 em 31/12/2024). Ao longo do exercício findo em 31/12/2025 foram apropriados juros de R$ 72.070 (R$ 59.415 no período findo em 31/12/2024), referentes as operações de desconto de duplicatas. As perdas de crédito esperadas referem-se a perdas estimadas para a vigências do contrato e, nos casos vencidos acimas de 360 dias, para a totalidade do valor, exceto se houver garantia ou, se na visão do comitê de crédito do Grupo, houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação. Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
A vencer	201.013	129.764
Vencidos: Entre 1 e 30 dias	2.561	6.677
Entre 31 e 60 dias	586	557
Entre 61 e 90 dias	40	-
Acima de 91 dias	19.704	2.381
	223.903	**139.379**

	Consolidado
Saldo em 01/01/2024	**(8.735)**
Adições e reversões	(6.579)
Baixas	7.347
Variação cambial	186
Ajustes de conversão - Controladas no exterior	(1.878)
Saldo em 31/12/2024	**(9.659)**
Adições e reversões	(6.583)
Baixas	4.251
Ajustes de conversão - Controladas no exterior	172
Saldo em 31/12/2025	**(11.819)**

10. Estoques:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Produtos acabados	116.888	157.796
Produtos em processo	1.743	1.133
Matérias-primas	73.700	112.749
Materiais secundários	72.543	44.141
Almoxarifado de materiais de manutenção [1]	162.661	254.135
Estoques em trânsito	32.017	46.313
Estoques em poder de terceiros	32.209	30.967
	491.761	**647.234**

[1] Conforme detalhado na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, em decorrência do acordo de negociação firmado com a Petrobras, a Companhia tinha a obrigação de devolver o estoque recebido quando do início do arrendamento pelo valor de custo daquela época, bem como de efetuar a venda de parte do estoque de manutenção. Ademais, em 31/10/2025, a Companhia devolveu a fábrica denominada FAFEN Sergipe para a Petrobras, sendo emitidas notas de devolução dos estoques recebidos no início do arrendamento, referentes a essa planta, no montante de R$ 36.835. Com a devolução da fábrica FAFEN Bahia, em novembro de 2025, foram emitidas as notas de devolução dos estoques recebidos no início do arrendamento no montante de R$ 71.791. A venda dos estoques foi realizada entre novembro e dezembro de 2025, e a Petrobras continua adquirindo itens remanescentes desse estoque. Os itens de estoques de almoxarifado de materiais de manutenção são administrados por meio da gestão de estoque único e consideram materiais que, por vezes, podem ser utilizados em diferentes unidades fabris. Tal conceito é adotado para minimizar eventuais compras e estocagem em mais de um almoxarifado de materiais de uso comum entre as unidades fabris, reduzindo, desta forma, o custo de capital de giro da Companhia. Os itens de estoques são apresentados pelo seu custo ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois valores, o menor. Em 31/12/2025 o valor de R$ 7.256 (R$ 7.698 em 31/12/2024), foi reconhecido como uma redução de estoques em contrapartida do resultado do exercício, em custo dos produtos vendidos. A movimentação da provisão para perdas a valor realizável líquido de estoques está a seguir demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2024	**(9.090)**
Adições e reversões	366
Baixas por perda efetiva	1.252
Ajustes de conversão - Subsidiárias no exterior	(226)
Saldo em 31/12/2024	**(7.698)**
Adições e reversões	(10.549)
Baixas por perda efetiva	10.991
Saldo em 31/12/2025	**(7.256)**

Em 31/12/2025 o Grupo possui o valor de R$ 179.964 (R$ 222.245 em 31/12/2024) dos estoques dados em garantia para empréstimos e parcelamentos de fornecedores.

11. Partes relacionadas: 11.1 Saldos patrimoniais:

Controladora – 31/12/2025

	Ativo – Não circulante – Conta Corrente	Passivo – Circulante – Dividendos	Passivo – Circulante – Conta Corrente	Passivo – Não circulante – Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	(520.667)
Unigel Químicos S.A.	3.192	-	-	-
Cigel Participações S.A.	1.689	(64.963)	-	-
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	(36.094)
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	(1.066.816)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	(78.601)
Unigel Distribuidora S.A.	-	-	-	(31.571)
Ecohydrogen Energia S.A	2.757	-	-	-
Unigel Luxemburgo	-	-	-	(118.609)
Outras	-	-	(53)	-
Total	**7.638**	**(64.963)**	**(53)**	**(1.852.358)**

Controladora – 31/12/2024

	Ativo – Não circulante – Conta Corrente	Passivo – Circulante – Dividendos	Passivo – Circulante – Fornecedores	Passivo – Circulante – Conta Corrente	Passivo – Não circulante – Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	(200)
Unigel Químicos S.A.	1.355	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	1.559	(64.963)	-	-	-
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	(2.083)
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.117.592)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	-	(89.142)
Unigel Distribuidora S.A.	-	-	-	-	(33.372)
Metacril Holdings S.A. de C.V.	-	-	(1.352)	-	-
Ecohydrogen Energia S.A	1.106	-	-	-	-
Outras	-	-	-	(53)	-
Total	**4.020**	**(64.963)**	**(1.352)**	**(53)**	**(1.242.389)**

Consolidado – 31/12/2025

	Ativo – Circulante – Contas a receber	Ativo – Circulante – Adiantamento a fornecedores	Ativo – Não circulante – Conta Corrente	Passivo – Circulante – Dividendos	Passivo – Circulante – Fornecedores	Passivo – Não circulante – Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	-	(2.674.901)
Cigel Participações S.A.	-	-	130	(64.963)	-	(22)
CPE Plásticos Ltda.	8.466	-	-	-	-	-
Grupo Ergotrans	186	9.789	-	-	(13.239)	-
Total	**8.652**	**9.789**	**130**	**(64.963)**	**(13.239)**	**(2.674.923)**

Consolidado – 31/12/2024

	Ativo – Circulante – Contas a receber	Ativo – Circulante – Adiantamento a fornecedores	Ativo – Não circulante – Conta Corrente	Passivo – Circulante – Dividendos	Passivo – Circulante – Fornecedores	Passivo – Não circulante – Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	-	(200)
Quimivita Fertilizantes Ltda.	159	-	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	-	-	1.650	(64.963)	-	(22)
CPE Plásticos Ltda.	-	-	-	-	-	-
Grupo Ergotrans	33	5.951	-	-	(6.594)	-
Total	**192**	**5.951**	**1.650**	**(64.963)**	**(6.594)**	**(222)**

Dividendos: Conforme divulgado na Nota 1. Contexto operacional, enquanto existirem as notas participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos. **Conta corrente:** Os valores classificados como conta corrente são referentes a transações de caixa entre as empresas do Grupo suportados por contratos com prazo de validade indeterminado ou com renovação automática e são denominados como "Contratos de Conta Corrente". Nestes contratos, as partes estabeleceram que não haverá cobrança de juros nem prazo para devolução dos montantes. Desta forma, por tratar-se de operações entre partes relacionadas, sem previsão de restituição ou quitação, o Grupo classificou estes montantes no longo prazo. Os valores com a Unigel Netherlands Holdings Co. (HoldCo) se refere ao pagamento da dívida das empresas do Grupo mediante emissão de títulos pela HoldCo. Conforme já divulgado, em 30/01/2025, foi concluída a reestruturação da dívida do Grupo e a Companhia optou por registrá-los pelo valor de custo da operação. **Adiantamento a fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores referem-se à antecipação de valores de frete enquanto ocorre a análise documental e emissão da nota para pagamento, o que usualmente ocorre em menos de 30 dias. **Contas a receber e fornecedores:** Os saldos demonstrados em contas a receber referem-se a vendas de produtos a partes relacionadas e os saldos estão referenciados na nota explicativa nº 9 - Contas a receber de clientes, assim como, os montantes demonstrados em fornecedores são referentes a contratação de serviços, também com partes relacionadas, e estão destacados na nota explicativa nº 18 - Fornecedores. **11.2 Transações com partes relacionadas:** A seguir estão demonstradas as transações entre as empresas do Grupo Unigel. A totalidade destas transações foram eliminadas do resultado do período e do balanço patrimonial consolidado. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

Controladora	Vendas 31/12/2025	Vendas 31/12/2024	Compras 31/12/2025	Compras 31/12/2024
Companhia Brasileira de Estireno	1.887.654	1.971.659	(1.906.701)	(1.948.687)
Unigel Distribuidora S.A.	1.887.998	1.917.927	(1.887.300)	(1.968.687)
Unigel Químicos S.A.	15.696	23.680	(20.817)	(28.211)
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	5.770	3.788	(3.525)	(7.434)
Proquigel Química S.A.	21.225	35.965	-	
Total	**3.818.343**	**3.953.019**	**(3.818.343)**	**(3.953.019)**

A seguir estão demonstradas as transações comerciais com empresas consideradas ligadas ao Grupo Unigel. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

Consolidado – Montante transacionado	Vendas 31/12/2025	Vendas 31/12/2024	Compras 31/12/2025	Compras 31/12/2024
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	13.686	39.763	-	-
Quimivita Fertilizantes Ltda.	736	4.532	-	-
Grupo Ergotrans	2.046	-	(124.931)	(173.878)
Total	**16.468**	**44.295**	**(124.931)**	**(173.878)**

Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de juros com empréstimos de partes relacionadas no valor de R$ 386.947 em 31/12/2025 (R$ 290.633 em 31/12/2024). Estes empréstimos de partes relacionadas são originários do repasse de valores para as companhias operacionais do Grupo referente à captação do *Bond* feito pela Unigel Luxemburgo e foram realizados em condições semelhantes às condições pactuadas na referida captação de mercado para juros e prazos. Os juros apropriados foram alocados nas empresas individuais e eliminados no processo de consolidação, conforme abaixo:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Companhia Brasileira de Estireno	261.744	178.042
Proquigel Química S.A.	125.204	112.591
Total	**386.947**	**290.633**

11.3 Transações com pessoal-chave da administração: O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrito abaixo:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Proventos e encargos sociais	7.607	9.475
Benefícios de curto prazo	112	374
Benefícios de curto prazo	**7.718**	**9.849**
Benefícios pós-emprego	64	202
Total	**7.782**	**10.051**

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores Estatutários; e (ii) Membros do Conselho de Administração.

12. Ativo fiscal corrente:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
PIS/COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	128.338	132.955
ICMS	169.023	106.813
ICMS sobre ativo imobilizado	12.012	15.368
PIS	38.644	32.048
COFINS	135.616	123.560
Programa REINTEGRA	9.316	9.183
INSS	1.800	1.987
IPI	3.617	2.503
IR (IRPJ)	11.469	39.759
CS (CSLL)	1.392	1.411
Outros	3.185	6.792
	514.412	**472.379**
	514.412	**472.379**
Circulante	**166.514**	**263.537**
Não circulante	**347.898**	**208.842**

12.1 Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: Com base na decisão do STF, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referente aos valores destacados nas notas fiscais, e ficou assegurado o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rubrica. Os processos tiveram o trânsito em julgado em 5/07/2022. Com base no citado trânsito em julgado, a Companhia entrou com processo administrativo de habilitação destes créditos junto à Secretaria de Receita Federal com o objetivo de efetuar as respectivas solicitações de Restituição e/ou compensação com outros débitos tributários federais. Os créditos vêm sendo atualizados pela SELIC desde o momento do seu fato gerador até o momento da sua realização. Para as parcelas originadas em meses nos quais a Companhia apurou pagamento a maior indevido ou saldo credor, é feita a atualização monetária normalmente. No entanto, para a atualização monetária dos meses em que a Companhia apurou saldo credor é feita uma provisão de *impairment* pois o tema ainda é controverso. As datas de homologação dos créditos e montantes já compensados pela companhia estão apresentadas no quadro abaixo:

Consolidado	Homologado principal	Homologado juros	Selic	Compensação	*Impairment*	31/12/2025
Unigel Químicos S.A. homologação do crédito 07/Dez/2023	5.248	4.306	941	(3.041)	(3.825)	3.629
Companhia Brasileira de Estireno homologação do crédito 17/Out/2023	221.845	157.459	37.937	(170.592)	(121.940)	124.709
Proquigel Química S.A. homologação do crédito 15/Set/2023	13.705	10.726	933	(25.364)	-	-
Total	**240.798**	**172.491**	**39.811**	**(198.997)**	**(125.765)**	**128.338**

12.2 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS: Os saldos credores de ICMS são decorrentes de aquisições de produtos ou serviços utilizados em seus processos produtivos que não foram absorvidos pelos débitos gerados em suas saídas tributadas nos períodos subsequentes, basicamente, em decorrência de vendas destinadas a Zona Franca de Manaus e exportações. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações *intercompany* com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de drawback e monetização dos créditos através da negociação com terceiros quando autorizados pelos respectivos governos estaduais da localidade dos estabelecimentos que apuram tais saldos credores. A controlada CBE, detentora de parte substancial do saldo credor de ICMS no estado de São Paulo, homologou parte dos seus créditos via e-Credac visando obter a autorização da fazenda estadual para utilizar esses saldos credores na aquisição de insumos ou negociação deles com terceiros localizados dentro do estado. Em 15/10/2024, a Companhia obteve liberação de parte destes créditos, no montante de R$ 5.989, para aquisição de insumos para o seu processo produtivo. **12.3 ICMS, PIS e COFINS sobre imobilizado:** Os créditos de impostos provenientes das aquisições de imobilizados são apropriados nas respectivas apurações mensais dos tributos, na razão de 1/48 por mês, no caso de ICMS, e conforme a depreciação do referido bem que deu direito ao citado crédito, no caso do PIS e da COFINS, ou seja, conforme a vida útil de cada bem. A classificação entre curto e longo prazo desses créditos é realizada considerando esses prazos de realização. **12.4 PIS e COFINS:** Os saldos credores de PIS e COFINS das empresas do Grupo são constituídos, basicamente, em virtude do elevado montante de operações isentas ou não tributadas, tais como exportações ou vendas para a Zona Franca de Manaus, ou seja, a empresa adquire produtos e serviços utilizados em seus processos produtivos que geram créditos de impostos e, em contrapartida, tem uma parcela relevante de suas vendas sem tributação gerando, desta forma, um acúmulo de créditos que não tiveram débitos suficientes para serem compensados. Apesar do Grupo estar executando compensações integrais de impostos federais, a administração vem implementando ações judiciais e administrativas que permitem a monetização desses créditos, inclusive com a contratação de consultorias e assessores jurídicos que tem por objetivo implementar diversas estratégias para a realização desses montantes com maior celeridade. **13. Imposto renda e contribuição social:** O IR e a CS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e, também, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CS.

13.1 IR e CS diferidos:

Consolidado – Ativos	31/12/2024	DRE	ORA	31/12/2025
Valores reconhecidos em ORA				
Benefício pós-emprego	4.926	82	-	5.008
Hedge de fluxo de caixa	134.920	-	(134.920)	-
Valores reconhecidos no resultado	-	-	-	-
Perda de crédito esperada	7.822	(313)	-	7.509
Provisão para contingências	23.725	(5.951)	-	17.774
Variação cambial não realizada	307.837	(170.831)	-	137.006
Prejuízos fiscais acumulados	1.420.973	103.960	-	1.524.933
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(59.505)	58.262	-	(1.243)
Ganhos não realizados nos estoques	7.672	(2.854)	-	4.818
Fretes	7.387	(1.363)	-	6.024
Derivativos	(10.860)	10.860	-	-
Ativo permanente (Impairment)	269.606	(14.160)	-	255.446
Outras provisões	40.400	9.096	85	49.581
Impostos diferidos (Impairment)	(1.278.235)	143.474	-	(1.134.761)
	876.668	**130.262**	**(134.835)**	**872.095**
Passivos				
Valores reconhecidos em ORA				
Custo atribuído	(38.075)	1.980	-	(36.095)
Valores reconhecidos em DRE				
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	(117.137)
Variação cambial não realizada	(8.850)	8.850	-	-
	(164.062)	**10.830**	**(134.835)**	**(153.232)**
Ativo diferido líquido	**712.606**	**141.092**	**(134.835)**	**718.863**
Ativo fiscal diferido	839.245			836.391
Passivo fiscal diferido	(126.639)			(117.528)
Ativo diferido líquido	**712.606**			**718.863**

Consolidado – Ativos	31/12/2023	DRE	ORA	Compensação	31/12/2024
Valores reconhecidos em ORA					
Benefício pós-emprego	7.392	(2.466)	-	-	4.926
Hedge de fluxo de caixa	115.661	108.141	(88.882)	-	134.920
Valores reconhecidos no resultado					
Perda de crédito esperada	7.629	193	-	-	7.822
Provisão para contingências	8.859	14.866	-	-	23.725
Variação cambial não realizada	20.700	287.137	-	-	307.837
Prejuízos fiscais acumulados	1.129.620	306.114	-	(14.761)	1.420.973
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(72.488)	12.983	-	-	(59.505)
Ganhos não realizados nos estoques	-	7.672	-	-	7.672
Fretes	3.612	3.775	-	-	7.387
Derivativos	(8.678)	(2.182)	-	-	(10.860)
Operações no exterior	68	(68)	-	-	-
Ativo permanente (Impairment)	248.325	21.281	-	-	269.606
Outras provisões	57.885	(16.624)	(861)	-	40.400
Impostos diferidos (Impairment)	(612.419)	(665.816)	-	-	(1.278.235)
	906.166	**75.006**	**(89.743)**	**(14.761)**	**876.668**
Passivos					
Valores reconhecidos em ORA					
Custo atribuído	(39.538)	1.463	-	-	(38.075)
Valores reconhecidos em DRE					
Operações no exterior	(10.080)	10.080	-	-	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-	(117.137)
Variação cambial não realizada	-	(8.850)	-	-	(8.850)
	(166.755)	**2.693**	**-**	**-**	**(164.062)**
Ativo diferido líquido	**739.411**	**77.699**	**(89.743)**	**(14.761)**	**712.606**
Ativo fiscal diferido	858.520				839.245
Passivo fiscal diferido	(119.109)				(126.639)
Ativo diferido líquido	**739.411**				**712.606**

Compensação: Os valores de compensação se referem a adesão ao programa de redução de litigiosidade fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme portaria conjunta da PGFN/RFB nº 1, de 12/01/2023, o qual permite a utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa das empresas para fins de redução parcial de seus débitos fiscais.

13.1 Reconciliação da alíquota efetiva:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Prejuízo contábil antes do IR e da CS	**(721.278)**	**(1.922.256)**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Expectativa de créditos de IR e CS pela alíquota fiscal combinada	**245.235**	**653.567**
Adições: Juros não dedutível - subcapitalização	(42.569)	(38.281)
Tributação em bases universais	(132.415)	(7.292)
Outras (exclusões) adições permanentes	5.351	7.230
Exclusões: Benefícios fiscais - Reintegra (Nota 28)	47	71
Total	**75.649**	**615.295**
Alíquota efetiva	**10%**	**32%**
Outros ajustes: Hedge accounting - Realização liquidada	(73.048)	106.617
Impairment impostos diferidos não realizados	146.627	(684.507)
Ajustes acumulados de conversão - CTA - Realização	-	22.287
IR e CS no resultado do ano	**149.228**	**59.692**
Corrente	**8.131**	**(18.008)**
Diferido	**141.097**	**77.700**

Tributação em bases universais: A alíquota para controlada no México é cerca de 30% e na controlada em Luxemburgo pode chegar a 25%. Na reconciliação da alíquota efetiva demonstramos o valor líquido desses ajustes em linha única. **Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias não reconhecidos:** Correspondem a valores de prejuízos fiscais, bases negativas de CSSL e diferenças temporárias de algumas empresas do Grupo que, pelos históricos e pelas projeções atuais, não indicam, no momento, geração de lucros tributáveis suficientes para compensar esses montantes em um prazo razoável de tempo. O saldo total não reconhecido está apresentado abaixo:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Unigel Participações S.A.	107.309	110.761
Unigel Químicos S.A.	85.318	80.427
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	4.877	20.472
Companhia Brasileira de Estireno	317.973	343.416
Proquigel Química S.A.	603.959	721.778
Ecohydrogen Energy S.A	13.103	-
Unigel Distribuidora S.A.	2.222	1.382
	1.134.761	**1.278.236**

Teste de recuperabilidade dos impostos diferidos: Os impostos diferidos foram submetidos em 31/12/2024 a teste de recuperabilidade utilizando o CPC 01 (R1). O teste de recuperabilidade consistiu na apuração do valor recuperável pelo uso das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para obtenção da base tributável basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios aprovados pelos credores que fez parte da homologação do plano de recuperação extrajudicial do Grupo. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química. As principais premissas adotadas foram: (i) Projeção de EBITDA para os próximos 13 anos (2025 a 2037); (ii) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iii) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iv) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN); (v) Com base no EBITDA projetado acima, a Companhia projetou as despesas de juros, depreciação e outras diferenças temporárias para chegar na projeção de lucro tributável. Também consideramos as alterações legais relevantes relacionadas ao IR e aos benefícios fiscais iniciadas em 2024. Conforme Lei nº 14.789/23, a partir de janeiro de 2024 benefícios fiscais como o Desenvolve e o PSDI, benefícios que as empresas do Grupo têm direito conforme divulgado na nota explicativa 28 - Subvenções e assistências governamentais, passam a ser tributados pelo IRPJ, pela CSLL e pelo PIS e pela COFINS. Essa alteração afeta de forma significativa a expectativa de realização dos prejuízos fiscais das empresas do Grupo uma vez que o Desenvolve apresentou um resultado de R$100.456 (R$116.966 no período findo em 30/09/2024). Conforme divulgado na nota 1. Contexto operacional, a companhia deferiu o Pedido de Recuperação Judicial da Unigel Participações e de controladas do Grupo, e por esse motivo, apresentará um novo plano de reestruturação financeira que está em elaboração. Diante desse cenário a Companhia ainda não consegue avaliar qual será o horizonte de tempo necessário para a utilização desses impostos diferidos.

14. Investimentos: 14.1 Movimentação dos investimentos:

	Companhia Brasileira de Estireno	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora S.A.	Unigel Químicos S.A.	Unigel Com. de Energia S.A.	Total
Saldo em 1º/01/2024	**1.459.419**	**(889.636)**	**3.064**	**77.990**	**47.729**	**(10.311)**	**688.255**
Resultado de equivalência patrimonial	(690.490)	(927.354)	139	(7.621)	(16.618)	(48.896)	(1.690.840)
Hedge de fluxo de caixa	(19.052)	(23.065)	-	-	(194)	-	(42.311)
Benefício pós-emprego	10.800	-	-	-	-	-	10.800
Ajuste acumulado de conversão	21.976	-	888	-	-	-	22.864
Dividendos/Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	-	-	(604)	-	-	(604)
Saldo em 31/12/2024	**782.654**	**(1.840.055)**	**4.091**	**69.765**	**30.917**	**(59.207)**	**(1.011.835)**
Resultado de equivalência patrimonial	(529.779)	(73.564)	(11.016)	(2.473)	(16.524)	46.741	(586.615)
Hedge de fluxo de caixa	134.551	130.959	-	-	-	-	265.510
Ajuste acumulado de conversão	(3.668)	-	-	-	-	-	(3.668)
Benefícios pós-emprego	(61.187)	-	10.877	-	-	-	(50.310)
Saldo em 31/12/2025	**322.572**	**(1.782.660)**	**3.952**	**67.292**	**14.393**	**(12.466)**	**(1.386.917)**
Ativo							
Saldo em 31/12/2024							887.426
Saldo em 31/12/2025							408.211
Passivo							
Saldo em 31/12/2024							1.899.262
Saldo em 31/12/2025							(1.795.126)

14.2 Composição do capital:

Empresa	Data	Capital social	Patrimônio líquido	Participação - %	Lucros (prejuízo) nos estoques e no imobilizado	Patrimônio líquido ajustado
Companhia Brasileira de Estireno	31/12/2025	629.291	336.518	99,99%	(13.946)	**322.572**
	31/12/2024	629.291	801.987	99,99%	(19.333)	**782.654**
Proquigel Química S.A.	31/12/2025	459.636	(1.782.660)	99,99%	-	**(1.782.660)**
	31/12/2024	459.636	(1.840.055)	99,99%	-	**(1.840.055)**
Unigel Luxemburgo S.A.	31/12/2025	127	3.952	99,99%	-	**3.952**
	31/12/2024	127	4.091	99,99%	-	**4.091**
Unigel Distribuidora S.A.	31/12/2025	62.372	67.292	99,99%	-	**67.292**
	31/12/2024	62.372	69.764	99,99%	-	**69.765**
Unigel Químicos S.A.	31/12/2025	59.551	14.346	99,99%	47	**14.393**
	31/12/2024	59.551	31.016	99,99%	(99)	**30.917**
Unigel Com. de Energia S.A.	31/12/2025	1.000	(12.466)	99,99%	-	**(12.466)**
	31/12/2024	1.000	(59.207)	99,99%	-	**(59.207)**
Total	**31/12/2025**					**(1.386.917)**
	31/12/2024					**(1.011.835)**

14.3 Resultado de equivalência patrimonial:

Empresa	Data	Resultado do período	Lucros (prejuízos) nos estoques e no imobilizado	Participação - %	Resultado de equivalência patrimonial
Companhia Brasileira de Estireno	31/12/2025	(535.174)	5.395	99,99%	**(529.779)**
	31/12/2024	(683.916)	(6.574)	99,99%	**(690.490)**
Proquigel Química S.A.	31/12/2025	(73.564)	-	99,99%	**(73.564)**
	31/12/2024	(927.354)	-	99,99%	**(927.354)**
Unigel Luxemburgo S.A.	31/12/2025	(11.016)	-	99,99%	**(11.016)**
	31/12/2024	139	-	99,99%	**139**
Unigel Distribuidora S.A.	31/12/2025	(2.473)	-	99,99%	**(2.473)**
	31/12/2024	(7.621)	-	99,99%	**(7.621)**
Unigel Químicos S.A.	31/12/2025	(16.667)	143	99,99%	**(16.524)**
	31/12/2024	(16.588)	(30)	99,99%	**(16.618)**
Unigel Com. de Energia S.A.	31/12/2025	46.741	-	99,99%	**46.741**
	31/12/2024	(48.896)	-	99,99%	**(48.896)**
Total	**31/12/2025**				**(586.615)**
	31/12/2024				**(1.690.840)**

15. Imobilizado: 15.1 Movimentação dos valores de custo do imobilizado consolidado:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Bens destinados à venda	Ajustes de conversão	Saldo em 31/12/2025
Edifícios	**155.842**	-	-	-	(251)	-	**155.590**
Máquinas e equipamentos	**1.404.861**	-	(33.966)	45.815	(15.384)	(4.745)	**1.396.581**
Instalações e instrumentos	**1.698.289**	-	(80)	53.721	(10.448)	(219)	**1.741.262**
Terrenos	**105.932**	-	-	(1.985)	-	(269)	**103.678**
Equipamentos de informática	**31.607**	-	-	82	-	-	**31.689**
Veículos	**42.055**	-	-	561	-	-	**42.616**
Móveis e utensílios	**11.564**	-	-	934	(1)	-	**12.497**
Benfeitorias	**64.728**	319	-	(15.853)	(18.873)	-	**30.321**
Materiais de reposição	**2.275**	-	-	-	-	(14)	**2.262**
Adiantamento a fornecedores	**166.607**	-	-	(1.472)	(160.286)	(4.239)	**610**
Imobilizado em andamento	**1.086.602**	182.325	(997)	(85.375)	(187.221)	(11.717)	**983.618**
Provisão para *impairment*	**(655.313)**	(95.998)	-	-	-	-	**(751.311)**
Total	**4.115.049**	**86.646**	**(35.043)**	**(3.572)**	**(392.466)**	**(21.204)**	**3.749.412**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes de conversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	**155.911**	-	(85)	-	16	**155.842**
Máquinas e equipamentos	**1.319.517**	1.718	(14.550)	95.832	2.344	**1.404.861**
Instalações e instrumentos	**1.647.576**	226	(400)	50.100	787	**1.698.289**
Terrenos	**105.440**	-	-	-	492	**105.932**
Equipamentos de informática	**32.806**	-	(1.759)	197	363	**31.607**
Veículos	**52.245**	-	(10.194)	-	4	**42.055**
Móveis e utensílios	**11.907**	140	-	(604)	121	**11.564**
Benfeitorias	**64.698**	30	(23)	23	-	**64.728**
Materiais de reposição	**2.275**	-	-	-	-	**2.275**
Adiantamento a fornecedores	**169.843**	34	(32.847)	-	29.577	**166.607**
Imobilizado em andamento	**906.821**	341.612	(14.354)	(147.478)	1	**1.086.602**
Provisão para *impairment*	**(593.611)**	-	(61.702)	-	-	**(655.313)**
Total	**3.875.428**	**343.760**	**(135.914)**	**(1.930)**	**33.705**	**4.115.049**

Para o exercício de 2024, o saldo remanescente de transferências está pulverizado entre transferências para intangíveis, referente ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS e a compensação de adiantamentos de fornecedores. Para o exercício de 2025, a Companhia transferiu para o Ativo Circulante na conta de bens destinados à venda o valor de R$ 392.466, referente a itens do ativo imobilizado que a Companhia possui negociações para vender nos próximos 12 meses.

15.2 Movimentação dos valores de depreciação do imobilizado consolidado:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025
Edifícios	**(125.927)**	(5.648)	-	-	-	**(131.574)**
Máquinas e equipamentos	**(889.998)**	(54.780)	-	3.331	(2)	**(941.448)**
Instalações e instrumentos	**(812.299)**	(45.240)	21	2.371	219	**(854.927)**
Equipamentos de TI	**(21.297)**	(4.263)	-	224	11	**(25.327)**
Veículos	**(11.508)**	(8.417)	-	-	-	**(19.925)**
Móveis e utensílios	**(9.566)**	(2.147)	-	110	-	**(11.603)**
Benfeitorias	**(14.335)**	(1.611)	-	(5)	-	**(15.951)**
Materiais de reposição	**(2.275)**	-	-	-	-	**(2.275)**
Total	**(1.887.205)**	**(122.106)**	**21**	**6.031**	**228**	**(2.003.031)**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	**(123.324)**	(6.340)	85	4.622	(970)	**(125.927)**
Máquinas e equipamentos	**(839.259)**	(51.065)	6.329	(5.129)	(873)	**(889.998)**
Instalações e instrumentos	**(766.065)**	(46.160)	293	63	(430)	**(812.299)**
Equipamentos de TI	**(17.954)**	(4.557)	811	-	403	**(21.297)**
Veículos	**(3.898)**	(9.006)	1.354	42	-	**(11.508)**
Móveis e utensílios	**(7.423)**	(2.115)	-	402	(430)	**(9.566)**
Benfeitorias	**(12.702)**	(1.633)	-	-	-	**(14.335)**
Materiais de reposição	**(2.275)**	-	-	-	-	**(2.275)**
Total	**(1.772.901)**	**(120.876)**	**8.872**	**-**	**(2.300)**	**(1.887.205)**

15.3 Projetos em andamento: O principal projeto em andamento do Grupo é a nova planta de ácido sulfúrico com investimentos de R$ 765.399 (R$ 641.769 em 31/12/2024). A previsão de finalização da construção dessa planta foi revista para setembro de 2026. **15.4 Adiantamento a fornecedores:** Adiantamentos a fornecedores de imobilizado, substancialmente constituídos para a construção da planta de ácido sulfúrico. **15.5 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Em 31/12/2023 e 2024 em linha com o exposto na nota explicativa 1 - Contexto Operacional, o Grupo identificou indicativos de *impairment* em algumas de suas unidades produtivas e realizou análise dos ativos destas unidades pelo seu valor em uso. De acordo com as projeções de resultado do Grupo para estas unidades, dado que tais operações não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos em um horizonte de curto e longo prazo, foi identificado a necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* em tais ativos, os quais estão relacionados ao negócio Agro e a unidades desativadas do segmento de químicos no México e no Brasil. Especificamente, em relação às unidades de Agro, que são arrendadas e, de acordo com o contrato de arrendamento, sem possibilidade de realizar sublocação, a administração reconheceu provisão para *impairment* referente a totalidade dos ativos líquidos investidos pela Companhia nestas plantas, no montante de R$ 640.708. As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios utilizado no contexto do plano de recuperação extrajudicial. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química. As principais premissas adotadas foram: (i) Projeção de fluxo de caixa para os próximos 13 anos; (ii) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iii) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iv) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN); (v) Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 21,91% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital. Em 31/12/2025, a Companhia. complementou sua provisão para *impairment* em R$ 95.998. **16. Direito de uso e passivo de arrendamento: 16.1 Direito de uso:**

Consolidado	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023	**148.149**	**59.620**	**33.742**	**241.511**
Adições e baixas	3.607	(17.346)	49	(13.690)
Reajustes	(3.851)	3.984	8.353	8.486
Transferências	-	-	(12.746)	(12.746)
Reversão de *impairment*	(889)	-	-	(889)
Amortização	(12.427)	(25.499)	(15.791)	(53.717)
Saldo em 31/12/2024	**134.589**	**20.759**	**13.607**	**168.955**
Adições e baixas	-	-	386	386
Reajustes contratuais e cambiais	7.610	(3.587)	1.536	5.559
Amortização	(12.735)	(21.978)	(11.324)	(46.037)
Remensuração	(2.796)	16.960	9.725	23.889
Saldo em 31/12/2025	**126.669**	**12.153**	**13.930**	**152.752**

Impairment de contratos de arrendamento: A controlada Proquigel possui contratos para arrendar ativos relacionados ao segmento Agro como o arrendamento das plantas de fertilizantes nitrogenados, além dos terminais marítimos e uma termelétrica. Devido a atual situação dos negócios do Grupo, no segmento Agro, tais ativos foram testados para *impairment* em 31/12/2024, e dado que as projeções de resultado para essas plantas não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos, como demonstrado no estudo de recuperação pelo seu valor em uso e, visto que, a Companhia não pode subarrendar os ativos para terceiros, foi contabilizada uma provisão para *impairment* da totalidade destes ativos líquidos, referentes a direito de uso, no montante de R$ 136.961. Em 30/05/2025, conforme divulgado na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, a Companhia celebrou o acordo com a Petrobras, que estabelece a rescisão dos contratos de arrendamento das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFENs). O principal termo do acordo prevê a restituição da posse das referidas plantas industriais pela Companhia à Petrobras. A Companhia realizou a baixa desses contratos e consequentemente dos passivos de arrendamento, as quais geraram um resultado positivo de R$ 138.651, dado que, os ativos já se encontram integralmente com uma provisão para *impairment*.

16.2 Passivo de arrendamento:

Consolidado	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 01/01/2024	**(322.698)**	**(64.117)**	**(33.282)**	**(420.097)**
Adições e baixas	(3.607)	17.346	(49)	13.690
Reajustes	3.851	(3.984)	(8.353)	(8.486)
Juros	(30.598)	(4.676)	(1.167)	(36.441)
Transferências	-	-	12.746	12.746
Pagamentos	55.057	28.654	11.214	94.925
Saldo em 31/12/2024	**(297.995)**	**(26.777)**	**(18.891)**	**(343.663)**
Circulante				(86.963)
Não circulante				(256.700)
				(343.663)
Saldo em 31/12/2024	**(297.995)**	**(26.777)**	**(18.891)**	**(343.663)**
Adições e baixas [1]	94.311	-	6	94.317
Reajustes contratuais e cambiais	(7.610)	3.587	(1.536)	(5.559)
Juros	(22.024)	(2.435)	(1.534)	(25.993)
Pagamentos	22.779	12.233	7.384	42.396
Remensuração	56.757	(1.282)	(773)	54.702
Saldo em 31/12/2025	**(153.782)**	**(14.674)**	**(15.344)**	**(183.799)**
Circulante				**(26.956)**
Não circulante				**(156.842)**

[1] Considera a baixa dos passivos de arrendamento com a Petrobras devido ao acordo firmado, conforme descrito na Nota 12.1. **17. Empréstimos e financiamentos: 17.1 Saldos patrimoniais:**

Controladora

Moeda	Tipo	Taxa	31/12/2025 Valor	31/12/2025 Taxa média ao ano	31/12/2024 Valor	31/12/2024 Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	-	-	713.096	25,11%
	Empréstimos	Pré-fixado	878	0,25%	-	-
USD	Empréstimos	Pré-fixado	40.659	0,25%	-	-
Total			**41.537**		**713.096**	
	Circulante		**41.537**		**713.096**	
	Não circulante		**-**		**-**	

Consolidado

Moeda	Tipo	Taxa	31/12/2025 Valor	31/12/2025 Taxa média ao ano	31/12/2024 Valor	31/12/2024 Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	-	-	713.096	25,11%
	NCE	CDI	-	-	201.686	15,09%
	Empréstimos	Pré-fixado	-	-	106.878	5,09%
	Financiamento	IPCA	215.458	9,55%	200.579	6,88%
		IGPM	-	-	358.893	17,41%
		CDI	265.694	16,13%	145.469	15,76%
		Pré-fixado	878	0,25%	-	-
	Capital de giro	Pré-fixado	112.013	21,13%	104.473	20,85%
Total BRL			**594.043**		**1.831.074**	
USD	Bond	Pré-fixado	2.599.943	11,97%	3.773.320	8,86%
	Capital de giro	Pré-fixado	435.256	9,03%	461.716	9,02%
	Empréstimos	Pré-fixado	40.659	0,25%	-	-
	Carta Fiança	Pré-fixado	178.829	9,50%	-	-
Total USD			**3.254.687**		**4.235.036**	
Total			**3.848.730**		**6.066.110**	
	Circulante		**3.848.730**		**6.066.110**	
	Não circulante		**-**		**-**	

17.2 Movimentação:

	Controladora
Saldo em 01/01/2024	**565.936**
Despesas de juros	145.951
Pagamento de principal	(174)
Juros pagos	(28)
Custos de transação	1.411
Saldo em 31/12/2024	**713.096**
Despesas de juros	13.547
Juros pagos	(10)
Pagamento de principal	(2.349)
Reestruturação da dívida (Item 13.5)	(679.106)
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	(5.104)
Custos de transação	1.464
Saldo em 31/12/2025	**41.537**

	Consolidado
Saldo em 01/01/2024	**4.490.836**
Captação de empréstimos e financiamentos	559.126
Despesas de juros	705.214
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	757.725
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	129.212
Pagamento de principal	(459.767)
Juros pagos	(145.085)
Custos de transação	25.809
Ajustes de conversão - Subsidiárias no exterior	3.040
Saldo em 31/12/2024	**6.066.110**
Captação de empréstimos e financiamentos	736.267
Cartas de crédito executadas	172.780
Despesas de juros	325.253
Despesas de juros PIK	262.089
Ganho por variação cambial	(435.738)
Pagamento de principal	(352.376)
Reestruturação da dívida (Item 13.5)	(2.825.098)
Juros pagos	(140.107)
Custos de transação	145.950
Custos de transação pagos em períodos anteriores	(106.400)
Saldo em 31/12/2025	**3.848.730**

17.3 Novos recursos (1L Notes): Em 30/01/2025, o Grupo Unigel concluiu a reestruturação da sua dívida mediante, dentre outros, a emissão de novas notas denominadas Novos Recursos. A captação totalizou US$ 100 milhões com bônus de emissão de US$ 20 milhões, totalizando US$120 milhões, com pagamento de juros trimestrais, a partir de setembro de 2025 e pagamento de principal no final em 2027. Os juros do período de janeiro a setembro (PIK) serão acrescidos ao principal, e tem uma taxa de 15% a.a., os juros que serão pagos, trimestralmente, a partir de setembro de 2025, terão uma taxa de 13,5% a.a. Em virtude da recuperação judicial, os pagamentos trimestrais dos juros estão suspensos. O contrato contempla uma cláusula de *cash sweep* que obriga a Companhia a recomprar a dívida em caso de excesso de caixa superior a US$ 100 milhões. **17.4 2L Notes:** Em 30/01/2025, o Grupo Unigel concluiu a reestruturação da sua dívida mediante, dentre outros, a emissão de notes reestruturadas denominadas 2L Notes. O valor de face da dívida reestruturada foi de US$ 352 milhões com juros de 11% / 12% PIK e vencimento em 2028 conforme detalhado na nota explicativa 1. Esses notes preveem o pagamento de principal no final em dezembro de 2028 pagamento de juros trimestrais, a partir de março de 2026. Os juros do período de janeiro a dezembro de 2025 (PIK) foram acrescidos ao principal, e tem uma taxa de 12% a.a., os juros que serão pagos, trimestralmente e a partir de março de 2026, terão uma taxa de 11% a.a. O contrato contempla uma cláusula de *cash sweep* que obriga a Companhia a recomprar a dívida em caso de excesso de caixa superior a US$ 100 milhões, subordinado ao *cash sweep* do New Money. **17.5 Valores liquidados por partes relacionadas:** Como descrito na nota explicativa 1 - contexto operacional, em 30/01/2025 parte da dívida anterior à reestruturação foi liquidada mediante emissão de *Participating Titles* e ações na recém-criada HoldCo, desta forma, as dívidas do Grupo Unigel onde foram feitas a assunção para ela, estão sendo baixadas na movimentação da dívida (controladora e consolidado) e não representam um desembolso de caixa. **17.6 Valor justo da dívida reestruturada:** Conforme já divulgado anteriormente, em 30/01/2025, foi concluída a reestruturação da dívida do Grupo. A Companhia não concluiu a apuração do valor justo dos empréstimos reestruturados de acordo com Pronunciamento Contábil CPC 48/IFRS 9, e optou por registrar neste período, o valor de custo da operação. **17.7 Cronograma de desembolsos:** Em virtude do processo de recuperação judicial, conforme descrito na nota explicativa 1 - Contexto Operacional, estamos considerando toda a dívida dentro do curto prazo. **17.8 Garantias:** Como forma de garantia para os empréstimos e financiamentos o Grupo disponibilizou parte de suas contas a receber (nota explicativa 9), imobilizado (nota explicativa 15) e estoque (nota explicativa 10), conforme divulgado nesta demonstração financeira. **17.9 Covenants:** Após a reestruturação financeiras com a emissão das novas dívidas, os empréstimos e financiamentos não possuem *covenants* controlados por indicadores financeiros. Devido ao momento financeiro que a companhia se encontra, conforme descrito na nota 1. Contexto operacional, a Companhia rompeu com *covenants* não financeiros, previstos em alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Em razão do não cumprimento desses *covenants* não financeiros, o Grupo reclassificou toda a dívida com vencimento em prazo superior a 12 meses para o curto prazo.

18. Fornecedores:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Matérias-primas e serviços	21.162	18.423	549.034	524.442
Imobilizado	-	-	46.152	43.475
Mercado interno	**21.162**	**18.423**	**595.186**	**567.917**
Matérias-primas e serviços	2.696	5.147	42.715	115.726
Imobilizado	-	-	53.325	224.107
Mercado externo	**2.696**	**5.147**	**96.040**	**339.833**
Partes relacionadas (Nota explicativa 11)	**-**	**1.352**	**13.239**	**6.594**
Fornecedores	**23.858**	**24.922**	**704.465**	**914.344**
Circulante	**23.858**	**24.922**	**704.465**	**791.870**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**122.474**

18.1 Fornecedores convênio: Não havia saldos de operações de risco sacado em 31/12/2025 e 2024.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/09/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

continuação...

19. Passivo fiscal corrente:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
ICMS	28.311	9.683
IPI	-	4.425
PIS e COFINS	646	32.331
REFIS - Lei nº 11.941/09	2.918	3.377
IPTU	7.721	-
Parcelamentos tributários - PRT e PERT	15.193	20.381
Parcelamentos estaduais PEP	-	1.707
Litígio Zero	4.272	7.301
Parcelamentos federais	6.074	5.911
Impostos em subsidiárias no exterior	-	2.855
IR (IRPJ)	11.640	11.786
Imposto de importação	3.667	-
Outros	5.696	3.463
	86.138	**103.220**
Circulante	**64.625**	**79.516**
Não circulante	**21.513**	**23.704**

19.1 Parcelamentos de impostos: Programa de regularização tributária - Lei nº 11.941/09: Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09. **Refis da Copa - Lei nº 13.043/14:** Em novembro de 2014, o Grupo aderiu ao programa de redução e reparcelamento de débitos federais de acordo com a Lei nº 13.043/14 (Refis da Copa). **Programa de regularização tributária e programa especial de regularização tributária - PRT e PERT:** Em 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT e ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Estes programas foram criados conforme Medidas Provisórias 766, 780 e 783 de 2017, respectivamente, que possibilitaram a liquidação parcial de determinados débitos tributários federais, tanto no âmbito administrativo quanto judicial, através da utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social. **Programa de regularização tributária estadual do estado de São Paulo - PEP:** Em abril de 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária Estadual do Estado de São Paulo ("PEP"). O PEP foi um programa criado por lei que permitiu o parcelamento dos impostos (ICMS) em discussão ou atrasados com redução de multa e juros. **Litígio Zero:** Desde 2023 a Companhia tem feito novos parcelamentos tributários exclusivamente no âmbito da Receita Federal, aderindo especificamente ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12/01/2023. Os vencimentos dos impostos a pagar de longo prazo estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
2025	-	8.282
2026	8.718	8.243
2027	7.223	4.893
Após 2027	5.572	2.286
	21.513	**23.704**

19.2 REIQ - Regime especial da indústria química: O Grupo adquire matérias-primas diversas como eteno, benzeno, propeno e butadieno, incentivas por meio do benefício denominado REIQ, no entanto, ao final do exercício de 2024, a Companhia foi notificada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) quanto ao cancelamento deste benefício a partir de março 2024 devido ao não cumprimento de um dos requisitos exigidos para fluição do mesmo, qual seja, a manutenção mínima dos números de postos de trabalho nas empresas do Grupo participantes do referido programa de incentivo. Dessa forma, em dezembro de 2024, a Companhia registrou os passivos referentes aos impostos que deixaram de ser recolhidos em virtude do REIQ, com as devidas incidências de multas e juros. A Companhia está questionando a referida notificação e, caso não logre êxito em suas argumentações, fará o devido recolhimento dos valores através de compensação com créditos fiscais. **20. Depósitos judiciais e provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais:** A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, decorrentes do curso normal dos seus negócios. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências no montante estimado do valor da obrigação e refletem a saída de recursos provável esperada. **20.1 Depósitos judiciais:** O Grupo registrou um valor de R$ 28.019 (R$ 14.250 em 31/12/2024) em depósitos judiciais, substancialmente, vinculados a processos tributários.

20.2 Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais:

	Consolidado Processos trabalhistas	Processos tributários	Processos cíveis	Processos ambientais	Total
Saldo em 01/01/2024	**2.668**	**27.658**	**5.417**	**36.263**	**72.006**
Adições e reversões	3.441	42.017	-	(6.206)	39.252
Baixa por pagamentos	(1.321)	(30.723)	(2.178)	-	(34.222)
Saldo em 31/12/2024	**4.788**	**38.952**	**3.239**	**30.057**	**77.036**
Adições e reversões	2.995	88.438	42.451	35.576	169.460
Baixa por pagamentos	(805)	(20.463)	(1.801)	-	(23.069)
Saldo em 31/12/2025	**6.978**	**106.927**	**43.889**	**65.633**	**223.427**

Processos trabalhistas: Os processos trabalhistas representam reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas. **Processos tributários:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. A Companhia registrou como provisão de contingências os valores de créditos de PIS e COFINS utilizados para compensação de impostos a recolher originados em atualizações monetárias de saldos credores. **Processos cíveis:** A Companhia é parte de um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas, de natureza cível, que envolvem pedidos diversos. As provisões decorrem de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro. No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um ex-acionista minoritário da Polo Ind. e Com. S/A ("Polo"), que tem como atual sucessora a empresa Companhia Brasileira de Estireno ("CBE"), com valor atualizado em setembro de 2025 de R$ 29.675 (R$ 25.500 em 31/12/2024). O autor pretende que, por retirar-se da Polo, deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa, incluindo a Unigel, alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituíram da administração da Companhia, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C Ltda., incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na empresa. Diante da atual fase processual, a Companhia está provisionando integralmente o valor do referido processo. **Processos ambientais:** A Companhia é parte em alguns Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) referentes a determinados sites produtivos os quais detalhamos abaixo: CBE Cubatão: O Grupo adquiriu a planta de estireno de terceiros e, após a aquisição, foi identificada uma área degradada com resíduos de estireno. Em decorrência dessa situação, foi firmado, em 2015, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Companhia, a CETESB e o Ministério Público, estabelecendo um plano de recuperação da área contaminada e medidas compensatórias ambientais. A Administração estima que as obrigações decorrentes da execução do TAC se estenderão até 2031. Os desembolsos futuros estimados para cumprimento das obrigações ambientais totalizam R$ 45.054, os quais foram trazidos a valor presente mediante a aplicação da taxa média ponderada de custo de capital (WACC) do Grupo de 21,91% a.a., resultando em um passivo registrado no montante de R$ 26.509. Em razão de acordos firmados entre as partes responsáveis pela contaminação histórica da área, parte dessas obrigações será reembolsada por terceiros. Dessa forma, a Companhia reconheceu um ativo de reembolso no valor de R$ 22.527, cujo valor presente, calculado utilizando a mesma taxa de desconto, corresponde a R$ 13.254. Assim, as demonstrações financeiras refletem, de um lado, a obrigação integral estimada para execução do TAC e, de outro, o correspondente direito de reembolso perante as demais partes responsáveis, em conformidade com os acordos celebrados. (iii) CBE Camaçari: O Grupo firmou um acordo com o INEMA para remediação de áreas com concentração de benzeno em 2021. O custo estimado total para remediação a valor futuro é de R$ 13.180 até 2031. Esses fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo de 21,91% a.a., o que resultou em um saldo referente ao tema de R$ 6.448. A contaminação antecede a atuação do Grupo Unigel no site e a totalidade dos custos são repassados para o antigo proprietário. Dessa forma também foi reconhecido um ativo de reembolso por cobrar de contingências no valor de R$ 8.658. (iv) Proquigel Candeias: O Grupo firmou cronograma junto ao INEMA para avaliação de atenuação natural monitorada com custo estimado de R$ 5.000 até 2034. Os fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo, o que resultou em um saldo referente ao tema de R$ 2.619. **20.3 Saldos avaliados com o risco de perda possível:** As empresas do Grupo são partes em diversos processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, avaliou os riscos de perdas como possíveis. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas	28.151	40.495
Processos tributários	803.637	590.869
Processos ambientais	-	84.064
Processos cíveis	51.570	39.944
	883.358	**755.372**

Processos trabalhistas: Em 31/12/2025, o Grupo era réu em aproximadamente 195 (217 em 31/12/2024) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R$ 28.151 (R$ 40.495 em 31/12/2024). Em termos gerais, as reclamações trabalhistas referem-se a discussões de horas extras, verbas rescisórias, passivos envolvendo prestadores de serviços terceirizados e determinadas disputas sindicais quanto à implementação das regras coletivas no local de trabalho, promovida pelo SINDIQUIMICA contra outras Petroquímicas da Bahia, conjuntamente, pleiteando direitos decorrentes de índices de reajustes salariais. **Processos tributários:** O Grupo faz parte de determinados processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores de Tribunais de Justiças no montante de R$ 803.637 (R$ 590.869 em 31/12/2024) e entendem que os resultados serão favoráveis em decorrência da jurisprudência vigente, sendo que as ações mais relevantes envolvem: • Auto de Infração n° 10314.720422/2024-09 no valor de R$ 237.726 (R$208.962 em 31/12/2024) lavrado contra as empresas Cargill e Proquigel (responsável solidária), onde é exigido o pagamento de Multa Aduaneira no montante originário de R$ 208.962, cujo fatos geradores são de março e abril de 2020, por entender a fiscalização que a Cargill, foi a responsável pelas exportações formalmente promovidas em nome da Proquigel, estando oculta nas operações. • Auto de infração AIIM nº 4.001.617-1 no valor de R$ 64.266 (R$ 74.872 em 31/12/2024 pela SEFAZ/SP em face da empresa POLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ nº 29.510.765/0008-20 (sucedida pela controlada Companhia Brasileira de Estireno), em 22/03/2012, com as supostas infrações: Creditamento indevido de ICMS em operações de recebimento de mercadorias para exportação (guerra fiscal). Creditamento indevido de ICMS em operações de retorno de mercadorias não comprovadas e emissão de notas fiscais sem saída de mercadorias. Não pagamento de ICMS em operações de remessa para empresa não cadastrada como armazém geral e em vendas para não contribuinte de outro estado. Creditamento indevido de ICMS em serviços de transporte de contribuinte optante pelo Simples Nacional. Creditamento indevido de ICMS em devolução simbólica de mercadoria em consignação industrial. Creditamento indevido de ICMS em operações com filial que determinou preço superior ao real dos produtos. Escrituração irregular de documentos fiscais no livro Registro de Entradas de Mercadorias. • Auto de Infração n° 10314.720423/2024-45 no valor de R$ 23.773 (R$ 20.896 em 31/12/2024) lavrado contra a empresa Proquigel Química S.A, onde é exigido o pagamento de Multa Regulamentar no montante originário de R$ 20.689, por entender a fiscalização que houve cessão de nome para a realização de operações de comércio exterior de terceiros com vistas ao acobertamento dos reais beneficiários. • Execução Fiscal n° 0500850-74.2014.8.05.0039 no valor de R$ 15.721 (R$ 14.755 em 31/12/2024), consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa nº 98046-17-0000-14, oriunda do Auto de Infração nº 206857.0104/12-2, através da qual se objetiva a cobrança de suposto débito de ICMS, entre os períodos de 2008 e 2009, no qual se consubstancia na suposta não comprovação da saída das mercadorias sob o regime de Drawback. • Execução Fiscal n° 0500987-22.2015.8.05.0039 no valor de R$ 12.283 (R$ 11.510 em 31/12/2024), que visa a cobrança de ICMS em razão de registro de operação tributada como não tributada, nas saídas de mercadorias acobertadas por notas fiscais com fim específico de exportação (exportação indireta), sem a comprovação da saída efetiva do país. • Execução Fiscal n° 0009617-23.2008.8.26.0157 no valor de R$ 10.039 (R$ 9.523 em 31/12/2024) ajuizada para cobrança do crédito originário de ICMS de R$ 5.051, conforme a CDA nº 1.001.079.359, derivada do Auto de Infração nº 246.733. Originalmente, o Auto de Infração incluía 11 infrações, mas após retificações e cancelamentos parciais por decisão administrativa, restaram três débitos: (i) ausência de recolhimento de ICMS na importação de mercadorias; (ii) remessa para industrialização sem comprovação de retorno; e (iii) multa por irregularidade na escrituração do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque. • Auto de infração n° 10580.730325/2017-47 no valor de R$ 5.536 (R$ 7.832 em 31/12/2024) exigindo contribuição adicional do GILRAT, incidentes sobre as remunerações dos trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais, das unidades de Camaçari e Candeias (agentes nocivos - Benzeno, Cádmio, Cromo, Mercúrio, N-Hexano e Ruído) referente ao período de apuração de 2013 a 2015. • Outras contingências possíveis tributárias que versam sobre diversos temas tributários, como ICMS, PIS/COFINS, IPI e IRPJ/CSLL pulverizadas no valor de R$ 434.293 (R$ 242.519 em 31/12/2024). **Processos ambientais:** Em 31/12/2025, o Grupo não era réu em processos ambientais em que o prognóstico de perda fosse possível, (95 em 31/12/2024). Em 31/12/2024 o Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo R$84.064. Durante o primeiro semestre de 2025, a Companhia realizou uma análise do andamento e prognóstico de seus processos, com êxito em algumas ações, resultando na redução de valores contingentes. **Processos cíveis:** Em 31/12/2025, o Grupo era réu em aproximadamente 7 processos cíveis (20 em 31/12/2024), representando um total em discussão de R$ 51.570 (R$ 39.944 em 31/12/2024). **20.4 Reembolsos por cobrar de contingências:** Conforme informado na nota explicativa 20.2, referente a provisões para contingências ambientais, em 31/12/2025, a Companhia tem registrado um ativo de contingências a cobrar dos antigos proprietários das plantas de Cubatão/SP e Camaçari/BA, no montante de R$ 28.162 (R$ 14.907 em 31/12/2024), decorrente de parte das provisões para contingências ambientais registradas correspondentes aos custos previstos para saneamento, regularizações e monitoramentos ambientais já pactuados junto aos órgãos ambientais responsáveis pelas localidades das citadas plantas. **21. Patrimônio líquido: 21.1 Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2025 e de 2024 é de R$ 920.963, composto por 920.962.726, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **21.2 Ajustes de avaliação patrimonial:** (i) Hedge de fluxo de caixa: Abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados no hedge de fluxo de caixa líquido de impostos cujo reconhecimento no resultado está pendente até que os fluxos de caixa ou itens protegidos afetem o resultado do período. No período de de março de 2025 ocorreu o desreconhecimento do hedge de fluxo de caixa cujo instrumento eram *cross currency swaps* e o objeto de hedge era o antigo Bond do Grupo devido a reestruturação e consequente fim do objeto de hedge. O valor acumulado reclassificado para o resultado do período está demonstrado na nota explicativa 27.5; (ii) Ajustes de avaliação atuarial: Compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais líquido de impostos; (iii) Ajustes acumulados dos efeitos de conversão de operações no exterior: Inclui todas as diferenças resultantes da conversão das demonstrações financeiras de operações estrangeiras para a moeda funcional; (iv) Custo atribuído aos ativos imobilizados líquido de efeitos tributários: No contexto da adoção das IFRS pela primeira vez no Brasil, a partir de 1º/01/2010, o Grupo realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados pelo valor justo (custo atribuído) na data de transição. A parcela apurada desta reavaliação foi contabilizada líquido de impostos como ajuste de avaliação patrimonial e vem sendo realizado contra lucros ou prejuízos acumulados na proporção da depreciação, lançada no resultado do exercício, dos itens do imobilizado que deram base à citada reavaliação (realização do custo atribuído). **21.3 Dividendos:** O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos. Em 31/12/2025, assim como em 31/12/2024, a Companhia não apurou dividendos a distribuir.

22. Receita líquida: 22.1 Reconciliação entre receita bruta e receita líquida:

Receita bruta	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Venda de serviços	94.572	-
Venda de serviços total no mercado interno total	**94.572**	**-**
Receita bruta		
Venda de produtos	3.018.913	3.321.628
Partes relacionadas (Nota 11)	16.468	44.295
Venda de produtos no mercado interno total	**3.035.381**	**3.365.923**
Venda de produtos	134.370	344.383
Venda de produtos no mercado externo total	**134.370**	**344.383**
Receita bruta total	**3.264.323**	**3.710.305**
Impostos sobre vendas e serviços	(601.960)	(669.483)
Incentivos fiscais	120.674	140.949
Devoluções e descontos	(10.694)	(22.033)
Abatimentos comerciais	(2.771)	(10.801)
	(494.751)	**(561.308)**
Receita líquida total	**2.769.572**	**3.148.937**

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano. **22.2 Desagregação de receita de contratos com clientes:** O Grupo gera receitas, primariamente, por vendas de produtos, nos segmentos de Químico e Agro. Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas por mercado geográfico e por segmento de mercado (Nota explicativa nº 22).

Regiões principais	Químicos 31/12/2025	31/12/2024	Agro 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Brasil	2.399.629	2.556.586	234.529	175.978	2.634.158	2.732.564
Américas (menos Brasil)	92.491	361.458	-	-	92.491	361.458
Ásia	-	4.141	-	-	-	4.141
Europa	-	12.942	-	-	-	12.942
Oriente-Médio	5.288	412	-	-	5.288	412
África	37.636	37.420	-	-	37.635	37.420
Receita líquida	**2.535.044**	**2.972.959**	**234.529**	**175.978**	**2.769.572**	**3.148.937**

23. Despesas por natureza e função:

Classificados por função:	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos	(2.891.049)	(3.277.690)
De vendas	(20.759)	(33.574)
Administrativas	(111.189)	(166.333)
	(3.022.997)	**(3.477.597)**
Classificados por natureza:		
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(2.131.180)	(2.461.933)
Despesa com pessoal	(183.234)	(243.597)
Serviços de terceiros	(107.559)	(138.369)
Seguros	(33.244)	(35.205)
Adesão a parcelamentos	-	(19.935)
Reestruturação	(6.962)	(21.534)
Provisões para contingências	(41.382)	(35.729)
Depreciação ativo de direito de uso	(46.037)	(53.717)
Depreciação e amortização	(123.457)	(137.767)
Logística, fretes e *demurrage*	(255.708)	(317.817)
Outras despesas	(94.234)	(11.994)
	(3.022.997)	**(3.477.597)**

23.1 Despesas de reestruturação: Em linha com o contexto operacional da Companhia foram realizadas diversas ações para preservação do caixa, incluindo a hibernação de plantas e redução de despesas de forma geral. Estas ações, por vezes, ensejaram despesas adicionais não-recorrentes na operação do Grupo como aquelas relacionadas ao desligamento de pessoal, totalizando R$ 6.962 em 31/12/2025 (R$ 21.534 em 31/12/2024) que foram registradas na rubrica de reestruturação.

24. Outras (despesas) receitas operacionais:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Reversão de provisão de PPR	6.591	-
Bônus de adimplência - Fornecedores	8.342	-
Reembolsos a cobrar - Fornecedores	11.085	-
Sucata	202	243
Ganho na venda de ativos	30.813	299.463
Indenização de seguros	1.127	-
Reembolsos a cobrar - Provisões Ambientais	-	4.704
Resultado na reavaliação de leasing	15.129	-
Baixa de passivos de arrendamento	137.647	-
Estorno provisão REIQ	20.398	-
Outras receitas	9.727	6.512
Total outras receitas operacionais	**241.061**	**310.922**
Impairment de ativos	(98.188)	(62.591)
Baixa definitiva de ativos	-	-
Pagamento de multas fiscais	(3.062)	-
Desconto Recebimento Créditos Eletrobrás	-	(2.597)
Confissão de dívida - Hidrogênio Verde	-	(1.389)
Perdas baixa imobilizado - México	(32.790)	-
Provisão TAC	(40.707)	-
Total outras despesas operacionais	**(174.748)**	**(66.576)**
	66.314	**244.346**

Bônus de adimplência - Fornecedores: No exercício de 2025 o Grupo efetuou o pagamento no prazo de uma confissão de dívida de fornecedores que previa um bônus de adimplência de R$ 8.342. A totalidade do bônus de adimplência foi reconhecida no resultado do período no momento que os seus requisitos foram atingidos. **Reembolsos a cobrar - Fornecedores:** Durante o primeiro semestre de 2025 o Grupo apurou despesas passíveis de ressarcimento decorrente de discussões contratuais com fornecedores. O valor de R$ 11.085 foi reconhecido em contrapartida de outros ativos de curto prazo e aguarda a conclusão das negociações para liquidação. **Ganho na venda de ativos:** A Companhia concluiu a venda da Plastiglas de México S.A. de C.V. por US$ 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) caixa mínimo da operação; (ii) diferença entre o capital de giro entregue e o capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação; e (iv) parcela retidas em garantia de forma contingencial. Dessa forma, o valor líquido recebido pelo Grupo na transação foi de US$ 83 milhões, convertido para reais pela taxa próxima ao momento do fechamento do câmbio. Os recursos líquidos da venda foram utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo.

25. Resultado financeiro:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre aplicações financeiras	5.418	16.898
Receita de juros sobre recebíveis	131	284
Descontos obtidos de fornecedores	114	590
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	3.169	21.996
Ajuste a valor presente - TAC	18.386	-
Outras receitas financeiras	10.361	102
Total das receitas financeiras	**37.578**	**39.870**
Juros sobre empréstimos e debêntures	(587.342)	(731.212)
Custos de transação	(145.950)	-
Juros de fornecedores	(18.316)	(40.775)
Custo do hedge	-	(7.367)
Juros de passivos de arrendamento	(25.992)	(36.441)
Despesas bancárias, com impostos e comissões	(8.500)	(24.418)
Ajuste a valor justo de derivativos	(169.368)	(222.768)
Multas	(24.088)	(5.143)
Juros benefício pós-emprego	(2.505)	(2.533)
Juros adesão PRLF	-	(3.496)
Juros de tributos	(15.856)	(21.590)
Juros sobre empréstimos e debêntures - Operação Descontinuada	-	(3.300)
Outras despesas financeiras	(1.750)	(3.840)
Total das despesas financeiras	**(999.667)**	**(1.102.883)**
Variações cambiais, líquidas	434.510	(768.349)
Resultado financeiro	**(527.579)**	**(1.831.362)**

25.1 Ajuste a valor justo de derivativos: O ajuste a valor justo de derivativos refere-se ao encerramento antecipado, em 07/06/2023, do instrumento de hedge contratado para proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre a emissão de *Bonds* no exterior, com efeito de R$ 214.847 reclassificado para o resultado no período de 31/03/2025, conforme detalhado na nota explicativa de Instrumentos financeiros - Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps. **25.2 Hedge de fluxo de caixa:** O Grupo possuía operações de hedge de fluxo de caixa, as quais foram baixadas em 30/09/2025, com efeito na variação cambial no montante de R$ 184.226. **26. Informação sobre segmentos: 26.1 Base de segmentação:** O Grupo é, preponderantemente, um produtor de químicos intermediários atuando na 2ª geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores. Esse segmento de negócios é determinado como "Químicos". O Grupo também é um representativo produtor de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Em resumo, o Grupo adquire determinadas matérias-primas básicas, em especial, gás natural, e converte-o em sulfato de amônio e amônia. Esse segmento é denominado como "Agro". A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) avalia o desempenho dos negócios separadamente por suas divisões estratégicas. Estes segmentos são gerenciados separadamente, pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas. O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento: **Químicos:** O segmento de Químicos abrange, substancialmente, a produção e venda de estireno, poliestireno, látex, tolueno, acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas, cianeto de sódio e sulfato de amônio (vide nota abaixo de Agro). Estes produtos são vendidos a diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, têxtil, materiais de construção, embalagens e descartáveis plásticos. Estes produtos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos. **Agro:** Esse segmento compreende, essencialmente, a produção e venda de sulfato de amônio e amônia, que são direcionados, preponderantemente ao mercado de agronegócios, e, em menor escala, para fabricantes e conversores de produtos químicos. No segmento Agro, os resultados apresentados referem-se exclusivamente às plantas arrendadas da Petrobras, uma vez que os resultados da operação de sulfato de amônio foram realocados para o segmento de Químicos, pois com a paralisação das plantas arrendadas da Petrobras, o sulfato de amônio, que é subproduto do segmento de químicos passou a ser analisado dentro do contexto desse segmento para a tomada de decisões. Dessa forma, reapresentamos os resultados do período comparativo com o sulfato de amônio reclassificado para o segmento Químicos para preservar a comparabilidade. Conforme divulgado na nota 1. Contexto Operacional, as FAFENs, localizadas nos polos de Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE) foram entregues, em 24 de outubro e 26/11/2025, e com isso esse segmento foi descontinuado. A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerenciais de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém, ele é incluso apenas para fins de reconciliação com a demonstração do resultado. A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota explicativa 22. **26.2 Informações sobre segmentos reportados:** As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro (prejuízo) do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva.

31/12/2025	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações	Total
Receita líquida	2.542.069	183.637	-	43.867	2.769.573
Custo dos produtos vendidos	(2.634.462)	(212.721)	-	(43.867)	(2.891.050)
Prejuízo bruto	**(92.393)**	**(29.084)**	**-**	**-**	**(121.477)**
Despesas administrativas e com vendas	(97.367)	(30.745)	(10.418)	-	(138.530)
Outras receitas (despesas) operacionais	99.395	2.998	(36.079)	-	66.314
Resultado operacional	**(90.366)**	**(56.831)**	**(46.497)**	**-**	**(193.694)**
Resultado financeiro	-	-	(527.579)	-	(527.579)
Resultado antes dos impostos	**(90.366)**	**(56.831)**	**(574.076)**	**-**	**(721.273)**

31/12/2024	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações	Total
Receita líquida	3.061.933	129.972	-	(42.968)	3.148.937
Custo dos produtos vendidos	(3.031.160)	(289.498)	-	9.499	(3.277.690)
Prejuízo bruto	**30.773**	**(159.526)**	**-**	**-**	**(128.753)**
Despesas administrativas e com vendas	(155.499)	(15.599)	(35.388)	-	(204.486)
Impairment ativo imobilizado	-	(62.591)	-	-	(62.591)
Outras receitas (despesas) operacionais	302.339	(916)	5.514	-	306.937
Resultado operacional	**177.613**	**(238.632)**	**(29.874)**	**-**	**(90.893)**
Resultado financeiro	-	-	(1.831.362)	-	(1.831.362)
Resultado antes dos impostos	**177.613**	**(238.632)**	**(1.861.236)**	**-**	**(1.922.255)**

27. Instrumentos financeiros: A Companhia detém alguns instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que tiveram como objetivo manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento. Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

27.1 Ativos financeiros:

Ativos	Nota	Controladora 31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado (VJR)			
Investimentos de curto prazo	8	1.478	-
		1.478	**-**
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	112	65
Partes relacionadas	11	7.638	4.020
		7.750	**4.085**
		9.228	**4.085**

Ativos	Nota	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado (VJR)			
Investimentos de curto prazo	8	3.638	79.218
		3.638	**79.218**
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	127.041	102.942
Contas a receber de clientes	9	212.085	129.720
Créditos contratuais		2.919	18.458
Partes relacionadas	11	-	1.650
		342.045	**252.770**
		345.683	**331.988**

27.2 Passivos financeiros:

Passivos	Nota	Controladora 31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado			
Fornecedores	18	(23.858)	(24.922)
Empréstimos [1]	17	(41.537)	(713.096)
Dividendos a pagar	11	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas [1]	11	(1.852.410)	(1.242.442)
Outros passivos		(123)	(533)
		(1.982.891)	**(2.045.956)**

Passivos	Nota	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado (VJR)			
Outros passivos		-	(45.479)
		-	**(45.479)**
Custo amortizado			
Fornecedores	18	(704.465)	(914.344)
Empréstimos, financiamentos e debêntures [nota 23.3]	17	(3.848.730)	(6.066.110)
Dividendos a pagar	11	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas [nota 27.3]	11	(2.674.923)	(222)
		(7.293.081)	**(7.045.639)**
		(7.293.081)	**(7.091.118)**

27.3 Cálculo do valor justo: Não houve alterações na metodologia de cálculo do valor justo dos ativos e passivos financeiros em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras de 31/12/2024. O valor do custo amortizado de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31/12/2024 é de R$ 2.368.645. Já, para 31/12/2025, conforme informado na nota explicativa 17.6, a Companhia não realizou a apuração do valor justo dos empréstimos e optou por registrar o valor de custo da operação, o valor em 31/12/2025 é de R$ 2.674.901. **27.4 Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Grupo se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Decorre principalmente dos recebíveis do Grupo e equivalentes de caixa.

	Nota	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes (i)	9	212.085	129.720
Créditos contratuais		2.919	18.458
		215.004	**148.178**

O valor registrado dos ativos financeiros representa o máximo da exposição de crédito. (i) Contas a receber: A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera outros fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, tais como, o risco padrão associado à indústria e ao país em que os clientes operam. Ao monitorar o risco de crédito de clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, inclusive se eles são um indivíduo ou uma entidade jurídica, fabricante ou cliente individual, sua localização geográfica, histórico comercial com o Grupo e existência de antecedentes de dificuldades financeiras. Existem vendas sujeitas a garantias, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode ter um crédito garantido. Exposição ao risco de crédito do contas a receber por segmento e mercado (vide nota explicativa 9):

	Químicos 31/12/2025	31/12/2024	Agro 31/12/2025	31/12/2024	Total 31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	198.349	121.508	511	2.976	198.860	124.484
Mercado externo	16.393	14.703	-	-	16.393	14.703
Partes relacionadas (Nota 11)	8.652	33	-	159	8.652	192
	223.393	**136.244**	**511**	**3.135**	**223.904**	**139.379**

Abaixo está demonstrado o *aging* por segmento:

	Químicos 31/12/2025	31/12/2024	Agro 31/12/2025	31/12/2024	Total 31/12/2025	31/12/2024
A vencer	218.044	127.847	511	1.917	218.554	129.764
Vencidos:						
Entre 1 e 30 dias	2.561	6.677	-	-	2.561	6.677
Entre 31 e 60 dias	586	557	-	-	586	557
Entre 61 e 90 dias	40	-	-	-	40	-
Acima de 91 dias	2.162	1.163	-	1.218	2.163	2.381
	223.393	**136.244**	**511**	**3.135**	**223.904**	**139.379**

Risco de liquidez: O risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras nos respectivos vencimentos. Em decorrência do processo de recuperação judicial, a gestão do risco de liquidez passou a ser conduzida considerando as condições estabelecidas no plano de recuperação judicial homologado e as decisões judiciais aplicáveis, priorizando a preservação do caixa necessário à continuidade das operações e o cumprimento das obrigações correntes não sujeitas aos efeitos da recuperação judicial. Adicionalmente, a Administração monitora continuamente as projeções de fluxo de caixa, as entradas previstas de recursos provenientes das atividades operacionais, bem como as necessidades de desembolso para manutenção das operações e dos investimentos considerados essenciais. O Grupo também acompanha a evolução das negociações com credores, clientes e fornecedores, buscando preservar sua liquidez e assegurar a continuidade operacional. Abaixo são apresentados os vencimentos contratuais dos passivos financeiros, incluindo os respectivos encargos financeiros, quando aplicáveis.

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Consolidado 31/12/2025 01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos	17	3.848.730	-	-	-	3.848.730
Fornecedores	18	704.465	-	-	-	704.465
Outras contas a pagar		16.459	-	-	-	16.459
		4.569.654	**-**	**-**	**-**	**4.569.654**

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Consolidado 31/12/2024 01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos	13	6.066.110	-	-	-	6.066.110
Fornecedores	14	791.870	122.474	-	-	914.344
Outras contas a pagar		9.770	16.561	-	-	26.331
		6.867.750	**139.035**	**-**	**-**	**7.006.785**

Os pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures incluídos no quadro acima, refletem as taxas de juros de mercado, que estavam em vigor naquela data. E esses valores podem mudar à medida que as taxas de juros de mercado mudem. Com a implementação da reestruturação o Grupo alongou e reduziu as dívidas existentes, conforme demonstrado nos quadros acima, mitigando de forma significativa o risco de liquidez do Grupo. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado tais como, taxas de câmbio, taxas de juros e preços, afetarão o lucro do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo em que otimiza os retornos. **Risco cambial:** O Grupo está exposto ao risco cambial na medida em que existe uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras, empréstimos e financiamentos são denominadas em contrapartida às respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real. Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondam aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo, principalmente dólares americanos e/ou reais. Isso fornece uma cobertura econômica sem derivativos e contabilização de hedge (Nota explicativa nº 27.5). Para a operação de Bond, denominada em dólares americanos, o Grupo utilizava swaps de fluxo de caixa com barreiras para a proteção de parte do risco cambial. A dívida reestruturada, Notas 1L e Notas 2L, também é denominada em dólares americanos. Em relação a outros ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, a política do Grupo é assegurar que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas pontuais, quando necessário, para solucionar desequilíbrios de curto prazo. Os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, reportados à administração, estão convertidos pela última taxa de conversão do período reportada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Nota	Consolidado 31/12/2025 BRL	USD	31/12/2024 BRL	USD
Taxa de conversão		1,0000	5,5024	1,0000	5,4481
Caixa em bancos em dólares	8	88.348	16.056	70.172	12.880
Contas a receber	9	16.393	2.979	14.703	2.699
Empréstimos e financiamentos	17	(3.254.687)	(591.503)	(4.235.036)	(777.342)
Contas correntes com partes relacionadas	11	(2.674.901)	(486.133)	-	-
Fornecedores	18	(96.040)	(17.454)	(339.833)	(62.376)
Exposição líquida		**(5.920.886)**	**(1.076.055)**	**(4.489.994)**	**(824.139)**

(i) Análise de sensibilidade: Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano frente ao real em 31/12/2025 e 31/12/2024 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.

Consolidado 31/12/2025 Cenários em USD	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	5,5024
Exposição líquida	(5.920.886)	(1.076.055)
Sensibilidade	**BRL** Possível +25%	**BRL** Remoto +50%
Taxa de conversão	6,8780	8,2536
Exposição líquida (cenários)	(7.401.108)	(8.881.329)
Efeitos em R$ mil	**(1.480.222)**	**(2.960.443)**

Consolidado 31/12/2024 Cenários em USD	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	5,4481
Exposição líquida	(4.489.994)	(824.139)
Sensibilidade	**BRL** Possível +25%	**BRL** Remoto +50%
Taxa de conversão	6,8101	8,1722
Exposição líquida (cenários)	(5.612.469)	(6.735.029)
Efeitos em R$ mil	**(1.122.475)**	**(2.245.035)**

Risco de taxa de juros: Em decorrência do processo de recuperação judicial, a exposição do Grupo ao risco de taxa de juros encontra-se substancialmente relacionada às condições financeiras estabelecidas para suas obrigações correntes e às negociações realizadas com fornecedores e demais credores. Na data-base das demonstrações financeiras, o Grupo não mantinha operações relevantes de financiamento contratadas em condições normais de mercado nem instrumentos financeiros destinados à proteção contra oscilações nas taxas de juros. Dessa forma, eventuais impactos decorrem, principalmente, de encargos incidentes sobre obrigações operacionais e negociações realizadas no curso normal dos negócios. O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos a taxa fixa		
Passivos financeiros (Nota explicativa 17)	(3.188.749)	(5.005.859)
	(3.188.749)	**(5.005.859)**
Instrumentos a taxa variável		
Ativos financeiros (Nota explicativa 8)	3.638	79.218
Passivos financeiros (Nota explicativa 17)	(659.981)	(1.060.251)
	(656.343)	**(981.033)**

(i) Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir: O Grupo selecionou os riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa CDI. Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% e 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Análise de sensibilidade das variações de taxa:

	Consolidado 31/12/2025 Cenários em CDI		Consolidado 31/12/2024 Cenários em CDI	
Taxa	14,32%		12,15%	
Instrumentos financeiros	(659.981)		(1.060.251)	
Efeitos na demonstração do resultado	(94.509)		(128.820)	
	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa	17,90%	21,48%	15.1875%	18,2250%
Instrumentos financeiros (efeitos no balanço patrimonial)	(778.118)	(801.745)	(1.221.277)	(1.253.482)
Efeitos na demonstração do resultado	(118.137)	(141.764)	(161.026)	(193.231)

27.5 Ativos e passivos designados a hedge de fluxo de caixa: O Grupo optou pelo modelo de *hedge accounting* do CPC 48/ IFRS 9. (i) Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira: O Grupo mantinha operações de hedge de fluxo de caixa para proteção contra variação cambial de empréstimos em moeda estrangeira e sobre emissão de Bonds no exterior. Esses instrumentos foram utilizados para mitigar os efeitos da volatilidade cambial sobre os fluxos de caixa futuros relacionados às exportações e ao serviço da dívida. Em 30/09/2025, devido ao processo de RJ, esses instrumentos de hedge perderam sua efetividade e foram encerrados, e os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa foram reclassificados integralmente para o resultado, conforme previsto no item 6.5.11(d) do CPC 48. A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao hedge de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de hedge.

	Consolidado 31/12/2025 Ativos - faturamento projetado em dólar	Passivos - empréstimos e financiamentos em dólar	31/12/2024 Ativos - faturamento projetado em dólar	Passivos - empréstimos e financiamentos em dólar
Saldo contábil	-	-	351.055	(351.055)
1-12 meses	-	-	96.393	(96.393)
13-24 meses	-	-	-	-
25-35 meses	-	-	-	-
Acima de 35 meses	-	-	254.662	(254.662)
	-	-	**351.055**	**(351.055)**

(ii) Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps: O Grupo havia contratado instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de *Bonds* no exterior. Ambos os instrumentos possuíam vencimento em 2026. O instrumento de hedge foi liquidado de forma antecipada em 07/06/2023. Como o instrumento de hedge foi encerrado de forma antecipada, de acordo com o CPC 48 - Item 6.5.11(d), o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa deve ser reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado. Com a renegociação da dívida a totalidade do valor no montante de R$ 214.847 foi reclassificada para o resultado no período em 31/03/2025.

(iii) Hedge de fluxo de caixa - Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes: Empréstimos e financiamentos - Variação cambial.

	Consolidado 31/12/2025 DRA	DRE	31/12/2024 DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	-	270.703	(56.861)	10.372
Impostos diferidos sobre variação cambial	-	(92.039)	19.333	(3.526)
	-	**178.664**	**(37.528)**	**6.846**

27.6 Gerenciamento de capital: A Companhia mantém uma política de gestão de capital que visa o equilíbrio entre o capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e o capital de terceiros que o Grupo capta para financiar suas operações. Para mitigar eventuais riscos de liquidez e manter o custo médio ponderado do capital em níveis adequados, o Grupo monitora, permanentemente, os resultados gerados por essa escolha através do seu grau de endividamento com base no cálculo de dívida líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação). No entanto, devido ao atual contexto operacional da Companhia, que se encontra em Recuperação Judicial, como apresentado na nota explicativa 1, a Companhia vem adotando medidas extraordinárias de gerenciamento de capital incluindo a captação de recursos a taxas menos atrativas e a postergações de compromissos com foco na gestão do risco de liquidez. **28. Subvenções e assistências governamentais: 28.1 Incentivo fiscal estadual - Desenvolve/Bahia:** O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longínquo permanecerá em vigor até abril de 2032. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estirênicos, acrílicos e fertilizantes (segmento Agro). O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento do ICMS. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS. Sobre este montante de desconto, a Companhia tem que recolher o equivalente a 10% para o Fundo da Pobreza, instituído pelo Governo da Bahia. No período findo em 31/12/2025, o Grupo obteve um benefício de R$ 120.674 (R$ 155.270 no período findo em 31/12/2024), que foi lançado como redutor de impostos na rubrica "impostos sobre vendas" nas "demonstrações dos resultados". **28.2 Incentivo fiscal federal - Lucro da exploração:** Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do Imposto de Renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2028. Nos períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, o Grupo não apurou nenhum benefício por estarem apurando prejuízos fiscais. **28.3 Reintegra - Reintegração de valores tributários para empresas exportadoras:** O Grupo está contemplado pela Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais. No período findo em 31/12/2025 o Grupo obteve um benefício de R$ 137 (R$ 209 no período findo em 31/12/2024) através das empresas Proquigel, Companhia Brasileira de Estireno e Unigel Químicos, que foi lançado como redutor de custos na rubrica "custo dos produtos vendidos" nas "demonstrações dos resultados". **28.4 REIQ - Regime especial da indústria química:** O Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo estava beneficiado, até dezembro de 2024, pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias-primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira. No dia 31/12/2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.095 extinguindo o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de 1º/04/2022. As empresas químicas impetraram, através da Associação Brasileira das Indústrias Químicas - ABIQUIM, ação contra os efeitos desta Medida Provisória, conseguindo restabelecer o benefício até o julgamento final do pleito. No entanto, o Congresso Nacional, no momento da conversão da Medida Provisória na Lei 14.374/2022, modificou a redação original e, ao invés da extinção do benefício, determinou apenas a sua suspenção até 12/2022, voltando a viger, a partir de 01/2023, as reduções e prazos de vigência do REIQ, previstas na Lei 14.183/2021, desde que as empresas beneficiadas firmem alguns termos de compromisso com determinadas exigências adicionais. Em agosto de 2023, o Governo Federal regulamentou, através do Decreto nº 11.668/2023, as condições necessárias para o aproveitamento do "REIQ" pelas empresas enquadradas no benefício. Desta forma, a Companhia iniciou o atendimento a todos os requisitos necessários para a sua adesão ao citado benefício, com aplicação desde 01/01/2023, conforme previsto na Lei nº 13.374/2022. Como divulgado anteriormente, ao final do exercício de 2024, a Companhia foi notificada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) quanto ao cancelamento deste benefício a partir de março 2024 devido ao não cumprimento de um dos requisitos exigidos para fruição do mesmo, qual seja, a manutenção mínima dos números de postos de trabalho na empresa do Grupo participante do referido programa de incentivo. A Companhia está questionando a referida notificação e, conservadoramente, suspendeu a fruição do citado benefício até a conclusão final da discussão. Enquanto aguarda a conclusão da análise do questionamento relativo ao exercício de 2024, a Companhia protocolou novo pedido de habilitação ao REIQ, com o objetivo de evitar a descontinuidade da fruição do benefício e a consequente oneração de sua operação. O referido pedido foi deferido em 30/04/2025, possibilitando que a Companhia retomasse a apuração do benefício normalmente a partir dessa data, que resultou no montante apurado de R$ 6.089 para o ano de 2025. **29. Garantias:** O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor de R$ 1.044.938 em 31/12/2025 (R$ 567.032 em 31/12/2024). **30. Eventos subsequentes: Encerramento de atividades:** Em janeiro de 2026, após uma análise profunda e responsável sobre a situação atual dos seus negócios, e diante do atual cenário da indústria química global, que atravessa um ciclo de baixa sem precedentes, marcado por forte sobre oferta de commodities, a Companhia tomou a decisão de paralizar as atividades da fábrica de estireno e tolueno em Cubatão e da fábrica de poliestireno em São José dos Campos, ambas no estado de São Paulo. **Reestruturação:** Em 28/04/2026, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, os temas abaixo mencionados: i. A implementação do acordo estruturado entre Cigel Participações S.A. e determinados credores estratégicos da Companhia para a reestruturação estratégica do Grupo Unigel ("Operação") e dos atos nela contemplados, incluindo, mas não se limitando ao Plan Support Agreement ("PSA"), e ao Backstop Agreement ("BA"). ii. a contratação e assinatura pelo Grupo Unigel do financiamento na modalidade debtor-in-possession ("DIP"), no valor equivalente em reais a US$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos), sob a forma de notas comerciais a serem emitidas pela Companhia, de acordo com os termos e condições previstos no PSA e no BA. iii. O recebimento de adiantamento, em 06/04/2026, no valor de R$ 5 milhões, referente a operação mencionada no tópico acima. iv. A destituição da Diretora Presidente e Diretora Financeira e de Relação com Investidores do Grupo Unigel Helena Vasconcellos Prisco Paraíso Ramos Valente e a nomeação de Raphael Caetano Machado de Oliveira como Diretor Presidente da Companhia e de suas subsidiárias e de Henrique Magno Paranhos Ferreira como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e de suas subsidiárias, para um mandato de 2 (dois) anos, nos termos do Artigo 16, §2º, do Estatuto Social da Companhia. v. A renúncia, como administradores estatutários, apresentada pelo Diretor Operacional, José Roberto Heleno de Marquis, que continua na Companhia, e do Diretor Comercial, Marcelo Natal, que deixou a Companhia em maio de 2026. Em 29/04/2026, Gabriel Slezynger assume o comando da reestruturação da Companhia, centralizando a liderança da Família Slezynger, na Companhia.

DIRETORIA

Raphael Caetano Machado de Oliveira - Diretor Presidente

Henrique Magno Paranhos Ferreira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Tiago Rangel Batistel - Gerente de Controladoria - CRC nº SP-326594/O-0.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da **Unigel Participações S.A.** - Em Recuperação Judicial São Paulo - SP. **Abstenção de opinião:** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas, pois, devido à relevância e aos possíveis efeitos pervasivos e cumulativos, em conjunto, dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião",não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Base para abstenção de opinião:** *Continuidade operacional:* Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia incorreu, no exercício findo em 31/12/2025, em prejuízo bruto consolidado de R$721.273 e em prejuízo líquido consolidado de R$572.051. Em 31/12/2025, a Companhia possui um capital circulante líquido consolidado negativo de R$3.458.483 e possui uma dívida consolidada de R$3.848.730 referente a empréstimos, financiamentos e debêntures a vencer no curto prazo, em decorrência do não atendimento de cláusulas restritivas, além de obrigações vencidas e não pagas. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 08/10/2025, a Companhia protocolou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, pedido de Recuperação Judicial, cujo Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") ainda será elaborado e submetido à aprovação da assembleia de credores e, posteriormente, à homologação pelo juiz. A Diretoria em exercício não elaborou nem nos forneceu estimativa de fluxo de caixa projetado ou plano estratégico aprovado pela Diretoria para, no mínimo, os próximos 12 meses a partir da data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Considerando a ausência de estimativa de fluxo de caixa projetado aprovada pela Diretoria e o fato de que o Plano de Recuperação Judicial, a ser elaborado, está sujeito à aprovação pela assembleia de credores e à subsequente homologação pelo juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado nas notas explicativas, eventos que não estão sob o controle da Companhia, de suas controladas e de sua controlada em conjunto, bem como considerando seus possíveis efeitos pervasivos e cumulativos, estas circunstâncias não nos permitem, neste momento, reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir se o pressuposto de continuidade, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é apropriado nessas circunstâncias, incluindo se e como os ativos serão realizados, os passivos liquidados, bem como se os julgamentos da Diretoria e as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são adequados. *Mensuração e contabilização dos instrumentos financeiros que foram emitidos e convertidos no âmbito da reestruturação financeira:* Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.3 e nº 17.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu, em 30/01/2025, a reestruturação financeira prevista no âmbito do Plano de Recuperação Extrajudicial ("PRE"), que incluiu tanto a emissão quanto a conversão de dívidas. A Companhia não concluiu a análise técnica contábil à luz do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros referente à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros que foram emitidos e convertidos no âmbito da reestruturação financeira e não registrou os efeitos de tal reestruturação financeira no passivo, no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como continua registrando despesas financeiras e variação cambial sem considerar os efeitos de tal reestruturação financeira. Se a Diretoria tivesse concluído tal avaliação e refletido os efeitos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2025, muitos elementos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, teriam sido afetados de forma relevante. Esses efeitos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não foram determinados pela Companhia e, consequentemente, não nos foi possível determinar os montantes de quaisquer ajustes necessários nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *Redução ao valor recuperável de ativos:* Em 31/12/2025, a Companhia apresenta, no balanço patrimonial consolidado, ativo fiscal corrente no montante de R$514.412 mil, estoque de almoxarifado no montante de R$162.661 mil, impostos diferidos ativos no montante de R$836.990 mil, ativo imobilizado no montante de R$1.746.380 mil, ativo de direito de uso no montante de R$152.752 mil e ativo intangível no montante de R$19.348 mil. Os eventos divulgados nas notas explicativas nº 1, nº 13, nº 15.6 e nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas indicam que seus ativos possam ter sofrido desvalorização e que os ativos fiscais correntes e impostos diferidos ativos não sejam recuperáveis. Conforme o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 36) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar se há indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e estimar o valor recuperável do ativo. Da mesma forma, segundo o pronunciamento técnico CPC 32 (IAS 12) Tributos sobre o Lucro, o saldo de imposto de renda diferido deve ser revisado e registrado pela Companhia pelo montante provável de recuperação. A Companhia não realizou, para o exercício findo em 31/12/2025, a análise do valor recuperável dos ativos imobilizado, de direito de uso e intangível e do estoque de almoxarifado, bem como da recuperabilidade do ativo fiscal corrente e dos impostos diferidos ativos, conforme requerido pelas normas aplicáveis. Caso a Diretoria tivesse realizado essa avaliação e refletido os efeitos resultantes em suas demonstrações financeiras, alguns elementos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, poderiam ter sido afetados de forma relevante. Esses possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não foram determinados pela Companhia e, consequentemente, não nos foi possível determinar os montantes de quaisquer ajustes necessários nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *Mensuração e divulgação de bens destinados à venda:* Em 31/12/2025, a Companhia apresenta, no balanço patrimonial consolidado, ativos não circulantes classificados como bens destinados à venda no montante de R$378.789 mil. O pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 - Ativos não circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas requer que o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda seja reconhecido pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. A Companhia não realizou, para o exercício findo em 31/12/2025, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda sob a ótica do referido pronunciamento técnico. Caso a Diretoria tivesse realizado essa avaliação e refletido os efeitos resultantes em suas demonstrações financeiras, alguns elementos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, poderiam ter sido afetados de forma relevante. Esses possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não foram determinados pela Companhia e, consequentemente, não nos foi possível determinar os montantes de quaisquer ajustes necessários nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *Contratos onerosos:* A Companhia possui contratos firmados de longo prazo para aquisição de energia elétrica, com vigência superior a 10 anos, que contêm cláusulas de compromisso firme de compra *("take-or-pay")*. O pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes requer que seja avaliado se a entidade detém um contrato oneroso e que, em caso afirmativo, a obrigação presente de acordo com o contrato seja reconhecida e mensurada como provisão e que sejam realizadas as divulgações apropriadas conforme a norma. A avaliação e a divulgação requeridas pela referida norma não foram realizadas pela Diretoria para o exercício findo em 31/12/2025. Caso a Diretoria tivesse realizado essa avaliação e essa divulgação e refletido os efeitos resultantes em suas demonstrações financeiras, alguns elementos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, poderiam ter sido afetados de forma relevante. Esses possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não foram determinados pela Companhia e, consequentemente, não nos foi possível determinar os montantes de quaisquer ajustes necessários nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nosso relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. e suas controladas, devido à relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de opinião" e, portanto, não efetuamos procedimentos sobre a consistência das informações constantes em outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 24 de agosto de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/09/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 708B-6193-C296-415E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/708B-6193-C296-415E ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 708B-6193-C296-415E

Hash do Documento

346F9516EBC7DD7285D69B81A9878D566EA4D59711276270C8186A236759BB17

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/09/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Administrador) - 39.732.792/0001-24 em 26/09/2026 00:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646856 Longitude: -46.556301 Accuracy: 120

IP: 172.16.4.11

AC: AC Certisign RFB G5